



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CENTRO DE CIÊNCIAS INTEGRADAS – ARAGUAÍNA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE CULTURA E  
TERRITÓRIO - PPGCULT**

**ANTONIA LAUDECI OLIVEIRA MORAES**

**“Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá”  
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS**

**ARAGUAÍNA – TO  
2023**

**ANTONIA LAUDECI OLIVEIRA MORAES**

**“Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá”**

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação (PPGCULT) da Universidade Federal do Norte do Tocantins – UFNT, para obtenção do título de Mestre em Estudos de Cultura e Território.  
Orientador: Prof. Dr. Dornival Venâncio Ramos Júnior.  
Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sariza Oliveira Caetano Venâncio.

**ARAGUAÍNA – TO  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

L368“ Laudeci Oliveira Moraes, Antonia .

“Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá” : A  
TRAJETÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA PEREIRA DOS  
SANTOS / Antonia Laudeci Oliveira Moraes. - Centro de  
Ciências Integradas - CCI, TO, 2024.

108 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação -  
Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e  
Território - PPGCult) -- Universidade Federal do Norte do  
Tocantins, 2024.

Orientador: Dernival Venâncio Ramos Júnior .

Coorientadora: Sariza Oliveira Caetano Venâncio.

1. Dona Raimunda. 2. Gleba Tauá . 3. Conflito de Terras  
Território. **CDD 301.09**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde  
que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

ANTONIA LAUDECI OLIVEIRA MORAES

“Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá”  
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE RAIMUNDA PEREIRA DOS SANTOS

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT) para obtenção do título de mestre.

Orientador: Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior.

Coorientadora: Dr.<sup>a</sup> Sariza Oliveira Caetano Venâncio.

Aprovada em: 30 /09/2024

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Júnior – UFNT (Orientador)

---

Profa. Dra. Sariza Oliveira Caetano Venâncio – UFNT (Coorientadora)

---

Prof. Dr. Vinicius Gomes de Aguiar – UFNT (Examinador)

---

Profa. Dra. Idelma Santiago da Silva – Unifesspa (Examinadora)

---

Profa. Dra. Aline Campos – UFNT (Examinadora)

***Foi de mãe todo o meu tesouro***

*O cuidado de minha poesia  
Aprendi foi de mãe  
mulher de pôr reparo nas coisas  
e de assuntar a vida.*

*A brandura de minha fala  
na violência de meus ditos  
ganhei de mãe  
mulher prenhe de dizeres  
fecundados na boca do mundo.*

*Foi de mãe todo o meu tesouro  
veio dela todo o meu ganho  
mulher sapiência, yabá,  
do fogo tirava água  
do pranto criava consolo.*

*Foi de mãe esse meio riso  
dado para esconder  
alegria inteira  
e essa fé desconfiada,  
pois, quando se anda descalço  
cada dedo olha a estrada.*

*Foi mãe que me descegou  
para os cantos milagreiros da vida  
apontando-me o fogo disfarçado  
em cinzas e a agulha do  
tempo movendo no palheiro.*

*Foi mãe que me fez sentir  
as flores amassadas  
debaixo das pedras  
os corpos vazios  
rente às calçadas  
e me ensinou,  
insisto, foi ela  
a fazer da palavra  
artifício  
arte e ofício  
do meu canto  
de minha fala.*

*(Conceição Evaristo)*

À Maria Silma Oliveira Moraes (*in memoriam*), minha querida e amada mãe.

## AGRADECIMENTOS

*“Nasci em tempos rudes. Aceitei contradições, lutas e pedras como lições de vida e delas me sirvo. Aprendi a viver.”*

(Cora Coralina)

É no partir e repartir que eu compartilho versos da poesia de Cora Coralina, que representa a vida como essa arte dos encontros e desencontros, dos desafios, das lutas, das lições, das pedras no caminho e do quanto elas nos ensinam a viver. Porque foi assim, no meio dos muitos desafios que construí esse trabalho, em meio às lutas das comunidades, à luta das mulheres, de Dona Raimunda e das lutas que também foram minhas.

Os agradecimentos aqui postos, são frutos dos inúmeros encontros, reencontros e desencontros que me levaram, que me deixaram e me transformaram no decorrer desse processo. Primeiro enfatizo que é muito difícil definir o que me levou a querer escrever a trajetória de vida Dona Raimunda, essa mulher que representa tantas coisas para o mundo em que ela existe. Dona Raimunda é um universo que me conecta às minhas vivências enquanto mulher, enquanto filha de trabalhadores camponeses, enquanto filha de uma mulher também negra, quebradeira de coco, benzedeira, lavradora. Falar de Dona Raimunda, é falar de humildade, saberes, fé, coragem, espiritualidade, resistência e dentro de todas as subjetividades também é uma forma de falar de mim porquê vejo muito da minha mãe nesta mulher.

Neste sentido, eu início agradecendo a ela, à Dona Raimunda por me confiar cada detalhe de sua vida, por me permitir adentrar seu mundo, suas vivências, seus caminhos percorridos, sua história. E me consentir escrever sua trajetória.

Agradeço também a sua família, especialmente a Edilma, filha de Dona Raimunda, a quem em muitos momentos recorri para acessar minhas buscas aos detalhes da trajetória com Dona Raimunda no município de Barra do Ouro.

Agradeço ao Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Norte do Tocantins, assim como, aos professores que me propiciaram novas perspectivas no caminho que tenho percorrido em busca do conhecimento. De forma especial, agradeço ao meu orientador, professor Dernival Venâncio Ramos Júnior, por todo o processo de conhecimento compartilhado, pela competência e zelo da orientação, da compreensão humana que demonstrou no

desenvolver do trabalho para comigo e principalmente sua solidariedade e apoio na fase em que perdi minha mãe em meio ao desenvolvimento dessa pesquisa. Por sua humildade e olhar cuidadoso com a trajetória de Dona Raimunda e com a comunidade Tauá nesse período de caminhada do mestrado.

À minha coorientadora, professora Sariza Oliveira Caetano Venâncio, que lado a lado e de maneira muito profissional, sempre trouxe grandes contribuições com suas orientações e competência, de forma que o feminismo que reconheço nela proporcionou desenvolvermos o trabalho também pelo olhar sobre os corpos de nós mulheres e as diversas formas de como nossas vidas são atingidas pelo patriarcado, pelo capitalismo, pelo machismo e as estruturas sexistas que violam nosso ser mulher.

Agradeço ao professor e às professoras, membros da banca de Qualificação e Defesa do mestrado, o professor Vinicius Gomes de Aguiar, a professora Idelma Santiago da Silva, e a professora Aline Campos pela disponibilidade, sugestões, pelo olhar responsável sobre este trabalho e todas as contribuições necessárias para o desenvolvimento e finalização desta pesquisa.

Agradeço à Comissão Pastoral da Terra por me proporcionar a convivência, o conhecimento, a tão válida contribuição para o aprimoramento da minha formação humana, missionária, ecumênica e principalmente por ter me apresentado essa mulher da qual tenho imenso prazer de escrever a respeito. Esta é Dona Raimunda.

Agradeço à minha família, aos meus amigos, bem como, aqueles e aquelas que de forma direta e indireta me apoiaram na fase de desenvolvimento do trabalho, especialmente a Wanessa Lorena com quem trilhei a caminhada do mestrado, a Débora Lima e Cristiano Apolucena, dois dos meus principais incentivadores na escrita do projeto para a pesquisa que não mediram esforços para me fazer acreditar que chegaria até aqui. Aos amigos Dhiogo Thomaz, Valéria Santos, Rodrigo Gomes, e o querido colega de turma Josiel Ferreira dos Santos com quem troquei muitas ideias e dividi grande parte da experiência no desenvolvimento da pesquisa. Com todo carinho e amor agradeço a eles, responsáveis diretos por esta conquista.

Enfim, agradeço a todos e todas que de um jeito especial, companheiro, intencional e às vezes despretensioso, contribuíram para que eu alcançasse a realização deste trabalho.

*“Foi aí que eu disse, e pra onde é que eu vou? Eu não tenho pra onde ir, e o meu lugar é aqui. Me chamam de invasora, aí eu digo, por que que você me chama invasora? Eu disse, olha qual é de nós dois que somos o invasor, porque quando vocês chegaram aqui vocês me encontraram, bem aqui nesse lugar.”*

*(Dona Raimunda)*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar momentos da trajetória de vida de Dona Raimunda da Gleba Tauá. A metodologia utilizada foi centrada na história oral (Ramos et al.,2018), com uso de técnicas da observação participante e da pesquisa documental. Essa metodologia possibilitou o entendimento da narrativa produzida colaborativamente nas entrevistas como pensar memorioso (Ramos, 2019), o que possibilitou organizar o texto a partir dos momentos nos quais Dona Raimunda divide a própria vida. Por outro lado, a metodologia da história oral também possibilitou nomear e situar a relação de militância e afeto entre as sujeitas envolvidas na pesquisa, Antônia Laudeci e Raimunda Pereira dos Santos, o que foi realizado no primeiro capítulo. O texto a seguir faz um apanhado da vida de Raimunda, sua infância, nos reportando ao seu nascimento, crescimento e vivência familiar, em que se destaca a figura do pai, quando ainda era uma menina, volta-se também a atenção para os eventos que ela traz como significativos em sua vida. Posteriormente, são analisadas as relações de poder e os desafios enfrentados em seu casamento, um casamento arrumado pela família e que representou parte de sua vida de violências sofridas, em sua maioria, expressas pelas desigualdades de gênero. Por fim, discute-se os desafios enfrentados por Dona Raimunda na comunidade Gleba Tauá, em termos da luta pela posse da terra e o papel de Dona Raimunda nessas lutas e resistências, apresentando as conclusões do estudo, refletindo sobre o legado de Dona Raimunda e as implicações mais amplas de sua trajetória para a compreensão das comunidades tradicionais no Tocantins em sua luta pela terra e o território.

**Palavras-chave:** Dona Raimunda; Gleba Tauá; Conflito por terra; Território.

## ABSTRACT

This study aims to examine moments from the life trajectory of Dona Raimunda from Gleba Tauá. The methodology used was centered around oral history (Ramos et al., 2018), employing techniques of participant observation and documentary research. This approach allowed for an understanding of the narrative produced collaboratively in the interviews, as a form of "reminiscent thinking" (Ramos, 2019), which made it possible to organize the text based on the moments in which Dona Raimunda shares her life story. On the other hand, the oral history methodology also enabled the identification and situating of the relationship of activism and affection between the subjects involved in the research, Antônia Laudeci and Raimunda Pereira dos Santos, which was discussed in the first chapter. The following text provides an overview of Raimunda's life, including her childhood, from her birth and upbringing to her family life, where the figure of her father stands out. Attention is also given to the events that she considers significant in her life. Subsequently, the power dynamics and challenges faced in her marriage are analyzed, an arrangement made by her family, which became a part of her life marked by violence, most of which stemmed from gender inequalities. Finally, the study discusses the challenges faced by Dona Raimunda in the Gleba Tauá community, particularly in the struggle for land ownership, and her role in these struggles and resistance. The conclusions reflect on Dona Raimunda's legacy and the broader implications of her journey for understanding traditional communities in Tocantins in their fight for land and territory.

**Keywords:** Dona Raimunda, Gleba Tauá, Conflict over land; Territory.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

UFNT	Universidade Federal do Norte do Tocantins
PPGCULT	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COEQTO	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
Getat	Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins
MPF	Ministério Público Federal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERTINS	Instituto de Terras do Tocantins

## LISTA DE ILUSTRAÇÃO - FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Raimunda Pereira dos Santos após o trabalho em sua roça, 2023.....	15
<b>Figura 2</b> – Dados sobre o limite espacial do território da GeoWeb – Embrapa e informações provinciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).....	22
<b>Figura 3</b> – Localização das comunidades quilombolas e o percentual da população negra na Região Integrada de Araguaína, considerada aqui como o Norte do Tocantins.....	28
<b>Figura 4</b> – O casal, Liberata e Natalino, avós maternos de Dona Raimunda.....	36
<b>Figura 5</b> – A trajetória percorrida por Dona Raimunda e sua família, da comunidade Vão/MA até a Gleba Tauá em Barra do Ouro/TO no ano de 1952.....	43
<b>Figura 7</b> – Localização da Gleba Tauá no município de Barra do Ouro – TO.....	45
<b>Figura 8</b> – Perpétua e Dona Raimunda no festejo do Divino Espírito Santo na casa de seu André – Comunidade Gleba Tauá – Maio de 2023.....	52
<b>Figura 9</b> – Festejo do Divino Espírito Santo na casa de Dona Raimunda.....	56
<b>Figura 10</b> – Joana (Mãe de Dona Raimunda).....	61
<b>Figura 11</b> – Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara - Carolina, MA – Década de 1960.....	67
<b>Figura 12</b> – Dona Raimunda e o ex-esposo Raimundo.....	70
<b>Figura 13</b> – Dona Raimunda em sua “fonte” – Comunidade Gleba Tauá.....	81
<b>Figura 14</b> – Gleba Tauá – Perímetro da posse de Dona Raimunda.....	84
<b>Figura 15</b> – Casa de Dona Raimunda na Comunidade Gleba Tauá.....	85
<b>Figura 16</b> – Localização da casa de Dona Raimunda na Gleba Tauá.....	92
<b>Figura 17</b> – Reintegração de posse de Dona Raimunda (Novembro, 2015).....	97
<b>Figura 18</b> – A segunda casa de Dona Raimunda derrubada (Novembro, 2015).....	98
<b>Figura 19</b> – A entrada do território de Dona Raimunda na Gleba Tauá.....	100
<b>Figura 20</b> – Cemitério destruído na comunidade Gleba Tauá.....	101
<b>Figura 21</b> – Dona Raimunda em sua roça – Comunidade Tauá.....	103
<b>Figura 22</b> – A entrada do território de Dona Raimunda.....	104

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO 1 – DONA RAIMUNDA E A PESQUISADORA, RELAÇÕES FORMADORAS NO CONTEXTO DE LUTA.....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 – “MEU PAI ERA POBRE, MAS EU FUI CRIADA ZELADA”: DE VAQUEIROS E AGREGADOS À COMUNIDADE GLEBA TAUÁ .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1 Formação da Comunidade Gleba Tauá e infância e escolarização de Dona Raimunda.....</b>	<b>44</b>
<b>CAPÍTULO 3 – “EU SOFRI DEMAIS COM ESSE TAL DE MARIDO”: CASAMENTO ARRUMADO E REPRODUÇÃO CAMPONESA.....</b>	<b>63</b>
<b>CAPÍTULO 4 – “AÍ FOI QUE ENTROU A PERSEGUIÇÃO”: A CHEGADA DOS “SOJEROS” E DO CONFLITO PELO TERRITÓRIO.....</b>	<b>79</b>
<b>4.1 “De 77 pra cá, a vida virou remanso”: Dona Raimunda e a luta pelo território .....</b>	<b>86</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>103</b>
<b>Anexo A – Quadro de nomes e a relação com Dona Raimunda. ....</b>	<b>110</b>

## APRESENTANDO A INTERLOCUTORA

As narrativas sistematizadas nesse trabalho é fruto das vivências, lutas e experiências de uma mulher, que mesmo diante de várias violências vem enfrentado o patriarcado, grileiros e o Estado, para se manter em seu território. A história de **Raimunda Pereira dos Santos** se inicia em 4 de novembro de 1944, na comunidade Vão, no interior do Maranhão. Nasceu entre os municípios maranhenses de Estreito e Carolina, sendo a primeira de doze filhos. Em uma das viagens do pai a trabalho, ele descobriu uma terra que não possuía donos, oportunidade para trabalhar livremente em Barra do Ouro/TO. Ali era o território Gleba Tauá, uma área de 17.735,000 ha, sendo reconhecida como da União e com grande valor histórico e cultural. Raimunda tinha 8 anos e, junto com os pais, avós e irmãos, migrou para o lugar que seria a nova morada da família.

**Figura 1** - Raimunda Pereira dos Santos após o trabalho em sua roça, 2023.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023).

## APRESENTAÇÃO

Este estudo se propõe a investigar momentos da vida de Raimunda Pereira dos Santos, a Dona Raimunda da Gleba Tauá, uma liderança comunitária que se apresenta como representativa<sup>1</sup> (Portelli, 2010) das diversas lutas sociais no campo tocantinense. Visando a compreensão das fases de sua vida, das violências enfrentadas e os processos de luta de luta vivenciados por ela, iremos descrevermos e analisamos o seu protagonismo na formação da memória comunitária e na defesa dos direitos dos moradores de Gleba Tauá, especialmente em um contexto de desafios relacionados à posse da terra e ao desdobramento que o plantio da soja trouxe para a região.

Este trabalho também é o resultado de uma pesquisa de quase três anos que busca compreender e valorizar a vida e a luta de Dona Raimunda, uma figura que se destaca na Gleba Tauá, cujas experiências refletem importantes aspectos históricos, sociais e culturais da região. A partir dos estudos realizados sobre a comunidade, descrevemos a formação da comunidade, evidenciando os processos históricos que influenciaram a ocupação e o desenvolvimento da região. Abordamos também os desafios ambientais e sociais enfrentados pela comunidade ao longo dos anos. Contudo, fizemos isso tomando como aspectos fundamentais momentos da vida de Dona Raimunda.

Dona Raimunda, conhecida entre os momentos e comunidades de luta pela terra e território no Tocantins, por sua força, resistência e papel central na preservação das tradições culturais e sociais da região, representa uma ponte entre o passado e o presente dessa comunidade. Como afirmou Pica-pau, uma das lideranças das comunidades, “Dona Raimunda é que segura a gente ali na Tauá.” Através de sua história de vida, é possível compreender não apenas as transformações ocorridas na Gleba Tauá, mas também a forma como essas

---

<sup>1</sup> Representatividade: como a comunidade Tauá e outras comunidades legitimam a luta de Dona Raimunda.

mudanças se conectam com a identidade de seus habitantes enquanto um coletivo que luta pela terra e território.

O território da comunidade Gleba Tauá está situada em Barra do Ouro, no estado do Tocantins. Localizada no bioma cerrado, a Gleba Tauá se destaca pela sua diversidade socioecológica e por ser o cenário de uma disputa acirrada por suas terras, principalmente após a criação do estado do Tocantins em 1988. As terras da região, historicamente habitadas por comunidades camponesas de posseiros tradicionais e pequenos agricultores, passou a ser alvo do interesse de grandes latifundiários e empresários do agronegócio, resultando em práticas como grilagem e expulsão dos camponeses, o que resultou em inúmeros episódios de conflito pela posse do território. Nesse contexto, Dona Raimunda se construiu como uma figura de destaque, simbolizando a resistência dos habitantes locais da Gleba Tauá na defesa de suas terras e tradições. Sua vida e nome estão fortemente ligados à história da comunidade, não apenas por se apresentar como matriarca e liderança da comunidade, mas também pela sua habilidade em unir e mobilizar a comunidade em prol de seus direitos.

A sua trajetória no enfrentamento à grilagem e a violência dos sojicultores fez com que a figura de Dona Raimunda fosse conhecida além das fronteiras da Gleba Tauá, tornando-se para comunidade e movimentos do Tocantins um símbolo da resistência das comunidades tradicionais do Tocantins diante das pressões externas para deixar a terra. Contudo, Dona Raimunda não é vista apenas como um símbolo da luta comunitária, mas também como uma guardiã da cultura e das tradições locais. A vida da matriarca se contextualiza nas mudanças que a Gleba Tauá e a região de Barra do Ouro enfrentaram ao longo das últimas décadas. Nascida em uma época em que as terras ainda eram comuns, Dona Raimunda testemunhou o avanço do agronegócio e da privatização da terra e dos recursos, bem como e a crescente pressão sobre a comunidade e seus modos de vida.

Com o objetivo de conhecer alguns momentos chave da trajetória de vida de Dona Raimunda, esta dissertação busca contribuir para o preenchimento de uma lacuna na literatura acadêmica sobre a história das comunidades tradicionais no Tocantins, oferecendo uma perspectiva centrada na experiência de uma mulher negra camponesa, matriarca e liderança política comunitária. Além disso, o estudo contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais da Gleba Tauá,

abordando como essas dinâmicas são moldadas pela ação de indivíduos que, assim como Dona Raimunda, também desempenham um papel importante na manutenção da coesão social e na defesa dos direitos coletivos. Dona Raimunda (Santos *et al.*, 2021) durante o desempenho de suas funções como liderança, torna perceptível a integração de suas experiências individuais com as vivências compartilhadas por outras mulheres, sendo essa ligação importante para compreendermos o percurso de sua atuação política.

Esses momentos chave de sua trajetória foram selecionados em diálogo com a narrativa que ela organizou durante as entrevistas de História oral. A metodologia teve como procedimento central as entrevistas em profundidade com Dona Raimunda, de abril de 2022 a março de 2023, bem como com outros membros internos e externos a Gleba Tauá. As fontes utilizadas na pesquisa se constituem principalmente de entrevistas orais detalhadas, investigadas e vivenciadas no território, foram realizadas duas entrevistas, uma de duas horas (2h) e outra de duas horas e trinta minutos (2h30), todavia também foram utilizadas fontes escritas e iconográficas como: matérias jornalísticas, dados dos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), laudos e fotografias; entre 2022 e 2023 foram realizados sete encontros para coleta de dados.

As entrevistas foram tomadas como uma narrativa de conhecimento sobre a vida, um construir sentido para as etapas da vida, articulando momentos do ontem e do hoje com as questões que o presente coloca; ao mesmo tempo dando a conhecer a vida, a história e suas articulações com o território e a luta política. Neste sentido, entendemos esse movimento através da ideia de pensar memorioso (Ramos, 2020) de uma mulher que é sujeita de sua vida e sujeita de conhecimento sobre a sua vida e a realidade social na qual se encontra, e dentro da qual atua de diversas formas. Além dessas entrevistas, nos apoiamos também em pesquisa documental, utilizando fontes primárias e secundárias, como registros históricos, documentos legais, e publicações acadêmicas sobre a região. Por fim, tomamos proveitos da observação participante, pois além de pesquisadora, a autora é agente pastoral e, não poucas vezes, acompanhou Dona Raimunda em momentos de luta, eventos e formações políticas. Essa observação permitiu uma compreensão mais profunda das práticas culturais e da dinâmica social da comunidade e de afirmações que ela realizou nas entrevistas.

Narramos os resultados em quatro capítulos.

O Capítulo 1, **Dona Raimunda e a pesquisadora, relações formadoras no contexto de luta**, aborda as relações formadoras que foram estabelecidas entre mim e Dona Raimunda nos diversos encontros que tivemos no contexto de lutas das comunidades.

O Capítulo 2, **“Meu pai era pobre, mas eu fui criada zelada”**: de vaqueiros e agregados à comunidade Gleba Tauá, é dedicado à biografia de Dona Raimunda fazendo um apanhado desde sua infância, nos reportando ao seu nascimento, crescimento e vivência familiar, em que se destaca a figura do pai, quando ainda era uma menina, destacando os eventos que ela traz como significativos em sua vida.

No Capítulo 3, **“Eu sofri demais com esse tal de marido”**: casamento arrumado e reprodução camponesa, são analisadas as relações de poder e os desafios enfrentados em seu casamento que, arrumado pela família, representou parte de sua vida de violências sofridas em detrimento das desigualdades de gênero.

Por fim, no capítulo 4, **“Aí foi que entrou a perseguição”**: a chegada dos sojeros e do conflito pelo território, discute os desafios enfrentados por Dona Raimunda na comunidade Gleba Tauá, em termos da luta pela posse da terra e o papel da matriarca nessas lutas e resistências, apresentando as conclusões do estudo, refletindo sobre o legado de Dona Raimunda e as implicações mais amplas de sua trajetória para a compreensão das comunidades tradicionais no Tocantins em luta pela terra e o território.

## **CAPÍTULO 1 – DONA RAIMUNDA E A PESQUISADORA, RELAÇÕES FORMADORAS NO CONTEXTO DE LUTA**

*“Eu não saio daqui, aqui é meu lugar! Se chegar a oportunidade de tirarem minha vida, pois vocês tiram bem aqui, pois não saio de maneira nenhuma.”*

(Dona Raimunda da Gleba Tauá)

Esse trabalho é fruto de uma história muito bonita, história esta, que foi se construindo ao longo desses dez anos de caminhada em que eu pude estar ao lado de tantos trabalhadores e trabalhadoras enquanto educadora social da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Na vivência dos espaços, das visitas, das reuniões, do cafezinho embaixo do pé de manga, das conversas no pé do canteiro de cebolinha, da andança no meio da roça, das inúmeras narrativas ouvidas e experiências vividas, esse trabalho se desenhou. Em minha cabeça essa pesquisa foi aos poucos se estruturando desde que encontrei, por tantas vezes, as inúmeras mulheres que acompanho pela CPT. Ali tenho a honra de trabalhar na luta contra as violações de direitos, contra a escravização, na resistência junto aos povos das terras, das águas e das florestas. Nesta partilha, na caminhada do bem comum que trilho junto a tantos e a tantas, o trabalho me apresentou Dona Raimunda, uma mulher de 76 anos, que com seu sorriso manso, transforma as dores em impulso para a luta e inspira muitas outras mulheres a ser resistência, a dividir e repartir a terra e o pão.

No dia 04 de fevereiro de 2014, iniciei meu trabalho como educadora social na CPT – Araguaia Tocantins, compondo uma equipe de dez agentes pastorais, no município de Araguaína – TO, para atender os trabalhadores e trabalhadoras das vinte e oito comunidades que acompanhamos. Iniciava-se naquele momento uma nova jornada em minha vida, não imaginava o quanto ela me traria a um universo de conhecimentos diferentes de muitos do que eu havia construído até ali; desde então aprendera com os pés, literalmente na terra, sobre os saberes e as resistências dos trabalhadores e trabalhadoras, o que me tornou mais humana, tive então a oportunidade de compreender as necessidades específicas das pessoas, necessidades estas que vão muito além de recursos materiais e que envolvem

empatia e amparo. Passei a conhecer comunidade por comunidade, o povo do campo e seus mais variados modos de vidas.

Nesta caminhada ouvi muitas histórias de luta, de enfrentamento, de grandes durezas, como costume ouvir, mas também de muitas celebrações da vida e de muitas resistências. Passei a vivenciar, através do trabalho pastoral junto às comunidades, muito do que cada homem e cada mulher me contavam. Muitas dessas histórias e dessas vivências me chamavam a atenção, entre elas a de Dona Raimunda da <sup>2</sup>Gleba Tauá sempre se destacou nos meus ouvidos; todas as vezes que eu tinha a oportunidade, eu parava para ouvir os colegas da CPT falarem sobre ela, e em todas as ocasiões em que eu a encontrava me sentava para ouvir suas histórias. Já no ano de 2015, passei a acompanhar as mulheres através do trabalho de combate à violência na região em que Dona Raimunda reside. Nas tantas idas e vindas fui conhecendo melhor Dona Raimunda; nas visitas e partilhas, nas vivências, nas reuniões da comunidade e com o grupo de mulheres. Participando com mais frequência das atividades na comunidade, fui criando um laço de maior proximidade com ela, que sempre nos recebia com um café e uma boa dose de prosa em sua casa. Essas conversas despertaram o interesse em tentar entender mais profundamente sobre a vida desta mulher, que não era qualquer Raimunda, era a Dona Raimunda da Gleba Tauá. Quando a conheci, eu já ouvira falar muito dela, o que acontece com todo mundo que a conhece por sua resistência em um território de conflito. Perguntei-me por que ninguém ainda havia se debruçado academicamente sobre sua história.

Também em 2015, comecei a desenvolver o trabalho específico com atividades na articulação das CPTs do Cerrado. Tendo a tarefa de desenvolver trabalhos junto às comunidades em defesa do bioma. Lá estava eu como uma das coordenadoras do primeiro evento que realizamos em Araguaína/TO, o primeiro Seminário do MATOPIBA ocorrido na casa Dona Olinda no período de 23 a 25 de novembro de 2015. De acordo com a campanha em defesa do cerrado (Aguiar *et al.*, 2021, p. 03), o MATOPIBA<sup>3</sup> é uma região definida para a exploração de terras voltadas para fins de projetos governamentais, que envolvem os quatro estados –

---

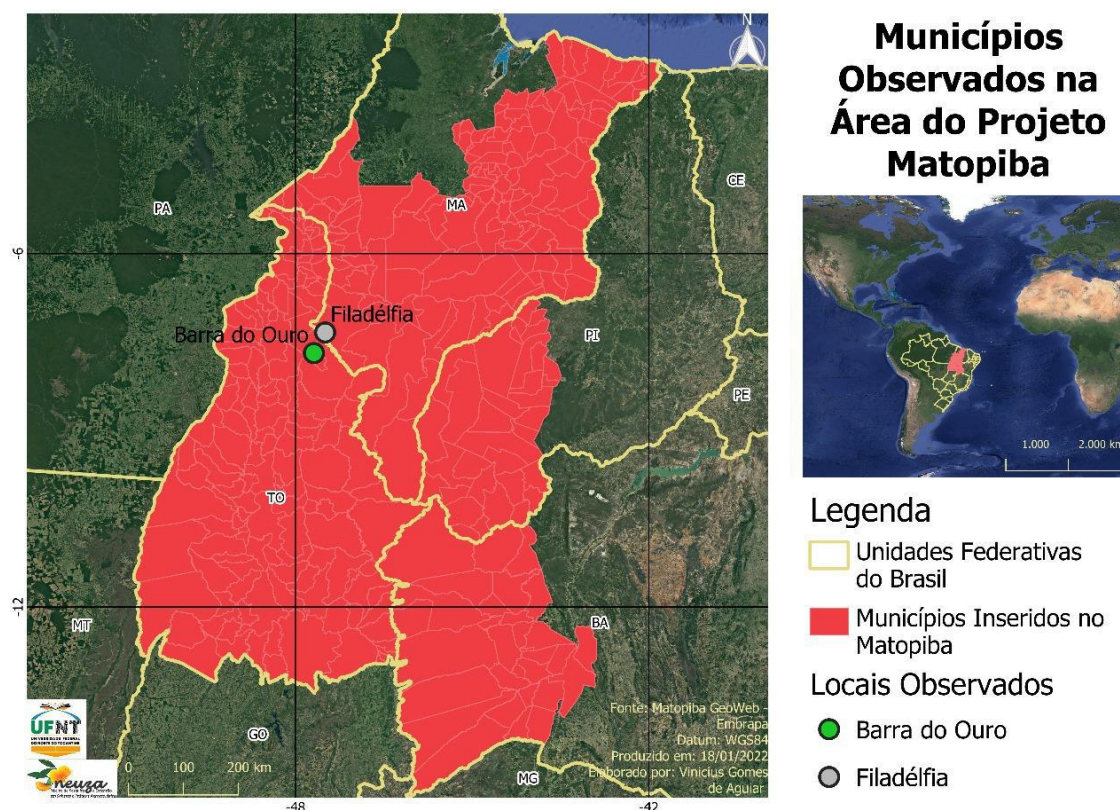
<sup>2</sup> Gleba é uma porção de terra delimitada com a finalidade de promover o ordenamento e a regularização fundiária por meio de loteamentos urbanos ou rurais, legitimação de posse, ações de reforma agrária e projetos de colonização (AGUIAR, et al; 2021)

<sup>3</sup> Ver AGUIAR; BONFIM; CORREIA (2021).

Maranhão, Tocantins, Piauí e a Bahia –, e que é tratado como "a grande fronteira agrícola da atualidade"; um espaço de reprodução do capital através da expansão do agronegócio, que ignora os territórios e seus povos, gerando uma série de conflitos nestes espaços. No encontro se reuniram cerca de 150 pessoas, camponeses(as), agricultores(as) familiares, povos indígenas, quilombolas, geraizeiros(as), fundos e fechos de pasto, pescadores(as) e quebradeiras de coco. Estavam comunidades dos Estados do Tocantins, Maranhão, Bahia e Piauí que vieram se posicionar contrárias ao programa MATOPIBA.

O mapa a seguir (Figura 1) demonstra a localização e extensão do MATOPIBA.

**Figura 2** - Dados sobre o limite espacial do território da GeoWeb – Embrapa e informações provinciais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Fonte: RAMOS *et al.* (2023).

Durante o seminário, nos momentos em que se debatiam as inúmeras conflagrações, voltei toda minha atenção para Dona Raimunda enquanto ela contava sobre os conflitos vivenciados e o sofrimento que estes causavam a ela e à comunidade. Todos a escutavam extasiados, e então, compreendi por que Dona

Raimunda se destacava e era tão citada pelos colegas. Eu vi ali uma mulher que na sua simplicidade e jeito humilde de falar, carregava consigo saberes de lutas e episódios de resistência. A fala de Dona Raimunda remetia muito às lutas que cresci vendo minha mãe traçar. Silma, minha mãe, também mulher negra, quebradeira de coco, dona de casa, benzedeira, vivia da roça, das hortaliças e das plantas medicinais. Mulher que teve sete filhos e criou todos entre o cabo da enxada e da bacia de cheiro verde na cabeça, em meio à luta por terra, junto a meu pai, em Goianésia, na região<sup>4</sup> sudeste do Pará. Eu identificava em dona Raimunda a conexão comigo e com minhas raízes. Ela se interligava, pela sua fala e ação, ao tempo passado, nos seus mais de 40 anos na luta pela terra, mas também ao tempo presente em que essa luta persiste.

Neste sentido, a atuação política de Dona Raimunda e a minha se entrecruzam como mulheres negras envolvidas em conflitos por diversos territórios e terras. Essa identificação entre nós, portanto, é um dos elementos-chaves para a realização desta pesquisa. Ouvir seu conhecimento da realidade do conflito por território e terra no centro-norte tocantinense foi fundamental para a minha formação como agente pastoral. Deste dia em diante, quis aprender mais com ela e sobre ela. Esses momentos formadores, que Ramos (2019) chama de encontro epistêmico, me mostrou que:

(...) para que uma experiência seja reconhecida como formadora, é preciso enxergá-la sob o “ângulo da aprendizagem”. Ela destaca-se com uma intensidade particular dentre as demais experiências e nos proporcionam reflexão e compreensão do que vivemos e sobre os sentidos atribuídos ao que vivemos (Ramos, 2019, p. 259).

Minhas reflexões se deram a partir do que Ramos (2019, p. 360) destaca quando diz que “é preciso trazer para dentro da História Oral a discussão epistemológica e pensar, ainda, em uma ética que oriente a nossa relação enquanto pesquisadores com esses sujeitos e saberes”. Nesse sentido, Dona Raimunda contava com uma linguagem muito potente que a Comunidade Gleba<sup>5</sup> Tauá se constituiu em seu território de vida, e que desde sua chegada na década

---

<sup>4</sup> <https://goianesia.pa.gov.br/o-municipio/historia/>

<sup>5</sup> Gleba é uma porção de terra delimitada com a finalidade de promover o ordenamento e a regularização fundiária por meio de loteamentos urbanos ou rurais, legitimação de posse, ações de reforma agrária e projetos de colonização (AGUIAR; BONFIM; CORREIA, 2021).

de cinquenta, nunca sentiu vontade de sair dali. Portanto, ao considerar esta declaração, percebemos que Dona Raimunda se conecta com as definições de território como apropriação social do espaço natural. Para Haesbaert e Bruce (2002), a criação do território se dá por meio de agenciamentos coletivos de enunciação e apropriação pelos corpos ou de desejo; e que estes se relacionam a uma condição de mistura e relações entre os corpos e a natureza em uma sociedade.

Dona Raimunda demonstra ver o território em que vive, como lugar de pertencimento. Evidenciamos isso a partir das reflexões feitas e da abordagem territorial adotada no desenvolvimento deste trabalho. As ações participativas e as narrativas da matriarca durante a pesquisa são componentes fundamentais que nos ajudam a compreender sua consciência de território, luta política, resistência, o território comum cercado, modos de vida e de solidariedade com a comunidade. Naquele momento, ouvindo-a, decidi que eu me dedicaria a conhecer e a escrever sobre momentos de sua trajetória de vida e sua compreensão dos conflitos territoriais no MATOPIBA.

A consciência de Dona Raimunda sobre os direitos territoriais emerge da relação cognitiva direta com o Cerrado, em que sua história se expressa pelas manifestações culturais e políticas que estão intimamente ligadas à sua vida e a de sua comunidade. Para Milton Santos (1999, p. 08) “território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.” Em outras palavras, a consciência territorial, para Dona Raimunda, leva-nos a observar que o território precisa ser compreendido não apenas como um conjunto de coisas, ou de uma combinação de sistemas naturais e artificiais sobrepostos. Mas que deve ser compreendido como o espaço utilizado pelas pessoas para produzirem e reproduzirem a vida.

Esta consciência dá lastro à luta e à resistência política de Dona Raimunda dentro de processos complexos de enfrentamento da invasão e grilagem do território; e se apresentam como fatores que contextualizam a mobilização social e política da qual ela toma parte desde o início em 1992 com a expansão de diversas monoculturas. Conforme Gonçalves (2011), o processo de difusão do agronegócio e as biotecnologias que confrontam o campesinato se relacionam desde a industrialização da monocultura, às diferentes articulações do capital, que dialogam

entre o comércio, a indústria, os bancos e o fundiário. O autor chama a atenção para o fato de que as empresas e o Estado são os principais agentes de articulação para o agronegócio: “[...] esses agentes operam em favor da disseminação de produtos biotecnológicos na agricultura e redesenham o jogo de forças no campo e na cidade, determinando a estruturação do Agronegócio na escala global” (Gonçalves, 2011, p. 5-6). Esse modelo excludente de desenvolvimento que recebe políticas públicas de apoio estatal é convergente com a expropriação de terras camponesas, conflitos e o aumento da violência no campo, especialmente, violências contra as mulheres.

Os atores da violência possuem gênero definido, e estas agressões são estabelecidas na representação de figuras individuais que pertencem ao feminino e ao masculino. A violência contra as mulheres camponesas que resistem na luta por seus corpos e território precisa ser analisada dentro da contextualização de um sistema guiado pelo avanço do capital e pelo patriarcado enraizado que, conseqüentemente, impõe regras que naturalizam as hostilidades que confrontam o universo das mulheres.

A resistência e a luta política caminham lado a lado com os modos de vida e as formas de solidariedade dentro da comunidade, e que Dona Raimunda significa como elementos fundamentais ao bem-estar coletivo. O território comum cercado, as relações de vizinhança, os festejos e os costumes tradicionais representam os valores e comportamentos que orientam as interações e o apoio mútuo entre os membros da comunidade. Essa experiência do coletivo é constantemente desafiada pelos muitos episódios de violência ocorridos na comunidade desde a chegada da soja em 1992; e é importante ressaltar que aqueles que envolvem Dona Raimunda diretamente, ou a área de Cerrado que está sob seu domínio, não se restringem a ela como mulher e representante, mas são destinados também à sua família, bem como ao conjunto do território que se tornou local de violência sobre os corpos das mulheres, marcados por questões de gênero (Santos, 2019), de raça e da desvalorização do trabalho feminino intrafamiliar pelos companheiros (Petarly, 2023). Para Santos (2019), o avanço do agronegócio e dos chamados projetos de desenvolvimentos (Parente, 2012) impactam diversas esferas da vida das mulheres. Por isso a resistência política se faz em muitas frentes: a socioambiental,

a de classe, de raça e do gênero. A narrativa de Dona Raimunda articula de forma muito potente a necessidade e a prática desse enfrentamento.

Enquanto mestranda, procurei descrever um conjunto de eventos que envolvem Dona Raimunda, em um contexto de acontecimentos que atravessam sua vida e a história da região e do país. Vamos contar a história de uma mulher negra, que é de uma comunidade camponesa, e que vive uma realidade pouco conhecida ou visibilizada se comparadas às realidades dos meios sociais urbanos. Visibilizar Dona Raimunda pela cor de sua pele e ressaltar que a inferiorização da mulher negra também se relaciona com os traços de seu corpo e as expressões de sua alma, suas características físicas, como cabelos, lábios grossos e nariz largo, pode vir a explicar como se fundamenta um sistema de segregação social racista e sexista que marginaliza sua religiosidade sincrética, seu modo de vida comunitário, as tecnologias pelas quais faz a terra produzir, e os sentidos que atribui à vida e ao Cerrado.

Esses elementos são potencializados quando se trata da mulher negra, de uma comunidade camponesa que está na luta pelo acesso e permanência no território, que desafia estruturas de classe, raça e gênero e (re)age às expropriações territoriais e à destruição da vida tal como ela a concebe. É bom informar que Dona Raimunda e o conjunto da Comunidade Gleba Tauá fazem parte de um agrupamento de comunidades camponesas tocantinenses que são majoritariamente negras.

Neste sentido, Vinicius Gomes Aguiar (2023) ajuda a situar a Gleba Tauá dentro desse conjunto de comunidades camponesas negras da região, onde, nos últimos anos, se acentuam os números de casos de conflitos ambientais, e que expressam situações de racismo e injustiças ambientais que impactam comunidades negras camponesas na região norte do Tocantins. Para este pesquisador:

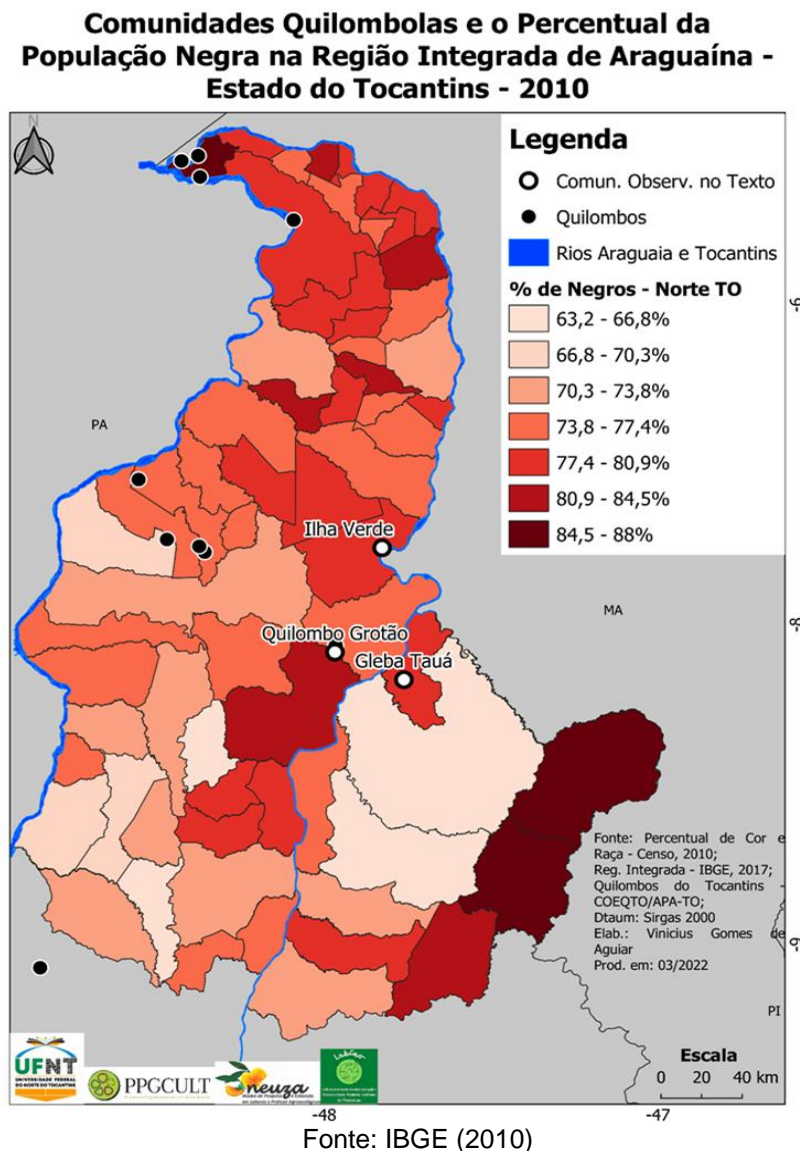
A totalidade dos grupos sociais de um determinado território são impactados quando empreendimentos (seja do agronegócio, ou de infraestrutura) como estes são instalados em um determinado local, porém isso tem se intensificado no Norte do Tocantins durante as últimas décadas, justamente na região que possui população majoritariamente negra, sendo que o município que possui menor quantidade de pessoas negras, têm mais de 60% de sua população considerada preta ou parda, portanto negra. (Aguiar, 2023, p. 11).

As comunidades negras camponesas do norte do estado do Tocantins se estabeleceram, historicamente, em terras devolutas, áreas de domínio da União e terras que não cumprem sua função social, principalmente nas regiões que abrangem a área do centro-norte tocantinense. Na região do Bico do Papagaio estão os municípios de Axixá do Tocantins e Esperantina onde se localizam as comunidades de Sete Barracas, P.A. Nova União e Acampamento Padre Josimo. Mais ao sul, nos municípios de Ananás, São Bento do Tocantins, Darcinópolis, Araguaína, Nova Olinda, Colinas, Barra do Ouro, Filadélfia e Palmeirante, localizam-se as comunidades Alto Bonito, Luar do Sertão, Formosa, Levinha, Comunidade quilombola Grotão, Boa Esperança, Deus é Grande, Santo Antônio, Santa Maria, Comunidade Barriguda, Reginaldo Lima, Comunidade Vitória e Gleba Tauá.

Essas comunidades são formadas por pessoas negras que mantêm tradições culturais próprias, tradições que estão estritamente ligadas à sua relação com a terra e a natureza. Muitas dessas comunidades têm sua origem em processos históricos que retornam à resistência ao Brasil escravista quando a resistência dos(as) escravizados levaram muitos a se estabelecerem em quilombos, suas origens também estão relacionadas ao momento pós “abolição” da escravidão, quando muitas pessoas se estabeleceram em pequenas áreas de terras, formando comunidades camponesas que mantinham e mantêm até hoje, suas tradições e culturas (Oliveira, 2010). Também é importante destacar, como mostra Paul Little (2004), que essas comunidades são algumas das primeiras a entrar em áreas que, no século XIX, eram fundões do território nacional, onde o Estado possuía pouca presença, como o Sul do Maranhão e o antigo Norte de Goiás. Muitas dessas comunidades foram, inclusive, entrando mais no território à medida que o estado nacional estimulava áreas antes pouco povoadas por não-indígenas.

No mapa a seguir, é possível perceber o percentual da população negra, na região centro-norte tocantinense, com destaque para algumas comunidades, entre as quais está Gleba Tauá, onde reside e resiste Dona Raimunda.

**Figura 3** - Localização das comunidades quilombolas e o percentual da população negra na Região Integrada de Araguaína, considerada aqui como o Norte do Tocantins.



Como podemos ver neste mapa que representa as comunidades negras rurais abordadas no texto, cerca de 80,9% das pessoas que compõem a Comunidade Gleba Tauá são negras. O contexto social e histórico que marca a vida de Dona Raimunda é o mesmo de grande parte das mulheres negras que vem das comunidades descritas acima. Essas mulheres tem suas vidas marcadas por relações de gênero, raça e classe, que contextualizam as suas condições de vida, oportunidades e desafios enfrentados diariamente. Ainda assim, elas desempenham um papel fundamental ao longo da história da região.

Mas, de modo especial, a partir da chegada das lavouras de soja e da grilagem do território da Comunidade Glebá Tauá, temos que adicionar à essas relações sociais de gênero, classe e raça as questões socioambientais e de luta pelo direito ao território e a terra. No caso de mulheres como Dona Raimunda, esses pormenores envolvem o direito à terra que tradicionalmente esteve ocupada por essas comunidades e que estão relacionados às diversas dimensões de suas vidas. No entanto, esses direitos não são validados pelo Estado já que este não reconhece a campesinidade dentro das tradicionalidades como podemos ver abaixo:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:  
I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;  
II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os artigos 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e  
III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (Brasil, 2007, p. 911)

Uma estratégia importante usada por organizações de apoio como a Comissão Pastoral da Terra, é a associação da função social da terra com os modos de vida tradicionais. Para Melo (2019, p.138):

[...] a função social da terra é o princípio que norteia a atividade agrária, sendo inseparável do direito à propriedade privada, por sua grande importância no uso adequado e racional dos bens naturais, na proteção ao meio ambiente e salvaguarda dos direitos trabalhistas (Melo, 2019, p. 138).

Assim, o autor aponta que a noção de função social da terra se fundamenta na ideia de que a terra é um bem coletivo, essencial para a existência de todas as formas de vida, servindo como suporte para a sobrevivência de todas as populações e a expressão de suas culturas. Desta forma, as comunidades, através

dos seus modos de vida e o cuidado com a biodiversidade, cumprem a função social da terra.

Conforme Aguiar (2023), as comunidades negras camponesas do centro-norte do Tocantins enfrentam muitos desafios, como a falta de acesso à terra, a discriminação racial e a falta de políticas públicas que atendam suas demandas específicas. Mesmo assim, elas continuam o processo de luta e resistência política em busca de seus direitos territoriais através da articulação institucionais e a assessoria de organizações como a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Tocantins (COEQTO), a Comissão Pastoral da Terra – Araguaia Tocantins e outras instituições parceiras com atuações no estado.

Em suma, as comunidades camponesas negras do norte do Tocantins representam um importante exemplo de resistência e luta pela preservação e pelos direitos da cultura afro-brasileira no campo, caracterizam-se pela riqueza de sua cultura e forças produtivas. São inúmeros trabalhadores e trabalhadoras que tiram da terra seu sustento familiar e movimentam o comércio local de vários dos pequenos municípios onde estão localizadas.

Dona Raimunda fala a partir desse lugar (Ribeiro, 2019). A luta pela terra e por justiça social tem sido uma constante na vida das mulheres negras camponesas. Para Lélia Gonzalez (2018), inúmeras destas mulheres negras são violentadas majoritariamente pelos atores brancos do colonialismo, e elas estão como lideranças em movimentos sociais, nas comunidades e sindicatos, lutando pela reforma agrária, por direitos trabalhistas, por melhores condições de vida e pelo reconhecimento de sua importância na agricultura familiar. Estas mulheres enfrentam múltiplas formas de discriminação e violência, incluindo o racismo, o machismo, os incontáveis conflitos e a violência no campo.

Portanto, a escolha pelo estudo da vida de Dona Raimunda corresponde, a critérios que me foram importantes, subjetivos e de representatividade social que especificam uma discussão aprofundada sobre seu (e meu) processo formador como mulher militante dos direitos territoriais. Mesmo tendo o objetivo de conhecer a vida de Dona Raimunda da comunidade Gleba Tauá, a reflexão que o processo de investigação exigiu, me levou a considerar o quanto a convivência e as trocas de saberes e experiências com ela foram importantes para a minha formação como mulher negra, agente pastoral e educadora popular. Ramos (2019) chama essas

experiências, ancorado em Marie-Christine Josso, de momentos formadores que emergem a partir de encontros e, no caso, reencontros epistêmicos. E foi e é assim, todas as vezes que encontro e reencontro Dona Raimunda: formação. Neste sentido, desse lugar de onde falo, considero pertinente avançar em uma discussão da relação raça e gênero. Evoco de novo a aprendizagem desenvolvida com Dona Raimunda nestes anos de convívio.

O recorte de gênero com o qual me propus a trabalhar, me possibilitou afinidade com esta mulher, com suas vivências e experiências que foram trazendo a pluralidade do feminino, do ser mulher sem desvincular a figura de Dona Raimunda de sua pertença racial, como citei anteriormente. Essa é a realidade de milhares de mulheres que tiveram que lutar para ter seu lugar de fala e reconhecimento na sociedade brasileira; que por muito tempo tiveram suas falas deslegitimadas e silenciadas no campo das ideias políticas, culturais, sociais e econômicas.

Saffioti (2015) quando se volta ao poder, raça e gênero, traz uma análise reflexiva afirmando que os sujeitos envolvidos na violência possuem uma posição dos quais são os detentores do poder. Nesta análise, a autora indaga que “na ordem patriarcal de gênero, o branco encontra sua segunda vantagem. Caso seja rico, encontra sua terceira vantagem, o que mostra que o poder é macho, branco e, de preferência, heterossexual” (Saffioti, 2015, p. 31).

O encontro das muitas culturas e modos de vidas de diferentes formas, formaram as organizações das famílias, desde muitos séculos no Brasil. Isso possibilitou a construção para uns de uma estrutura de dominação e para outros a exploração e exclusão social que se reflete até os dias atuais; uma marginalização presente principalmente na vida da população negra e muito mais na vida das mulheres negras e pobres.

Segundo Gomes (2018), a inferioridade das mulheres negras no Brasil pode ser analisada e compreendida paralelamente às suas semelhanças e diferenças com a condição das mulheres brancas, através dos processos históricos que constituem as relações sociais. É importante observar como as características fenotípicas, aliadas ao gênero e à classe dão sustentabilidade à estrutura da sociedade brasileira privilegiando uns e umas, e marginalizando outros e outras. Esta inferiorização se dá não somente nos territórios urbanos, mas principalmente

nos territórios do campesinato, alicerçados pelos sistemas de hierarquização social, do capital, do racismo e do sexismo.

Desta forma, compreendemos que no contexto territorial, as mulheres negras, em maiores situações de vulnerabilidade, são submetidas aos processos de conflitos provocados pelo agronegócio (Santos, 2019). Isso fica evidente na Gleba Tauá, um território majoritariamente negro em que vive Dona Raimunda, e que a tem como expoente de resistência.

## CAPÍTULO 2 – “MEU PAI ERA POBRE, MAS EU FUI CRIADA ZELADA”: DE VAQUEIROS E AGREGADOS À COMUNIDADE GLEBA TAUÁ

*“Porque meu pai andava muito [...] e trabalhava era nas fazendas alheias, não tinha terra, ninguém tinha terra, e aqui não tinha dono.”*

(Dona Raimunda da Gleba Tauá)

Vinda com os pais adotivos da cidade de Pastos Bons, onde nascera e localizada na região norte do Maranhão, Joana chegou ao povoado Vão, também no interior do estado. Ali conheceu Pedro que era nascido lá. Este seria o casal que se tornariam os pais da menina Raimunda.

Ainda jovens, namoraram e se casaram no povoado onde as famílias residiam. No período em que se casaram, os padres andavam fazendo a desobriga, que era uma viagem realizada pelos religiosos anualmente com o objetivo de visitar as regiões mais distantes da sede paroquial da igreja católica. Assim, ocorreu tanto o casamento do casal, como o batismo da pequena Raimunda.

Para Gilberto Paiva (2007, p. 272) em seu estudo histórico-pastoral, a desobriga se conceitua como uma prática missionária, pela qual se consolidou a fé católica nas áreas rurais que visavam atender às necessidades espirituais das populações afastadas dos centros urbanos, tendo como seus principais aspectos as missas realizadas em localidades sem igrejas, confissões, batismos, casamentos e crismas. Foi em uma dessas visitas dos religiosos, que os pais de Dona Raimunda aproveitaram para realizar o batizado da pequena filha:

É por causa que, naquela época os padres andavam na desobriga, no interior, celebrando missa [...] aí ia fazer, ia pra casa de um fazendeiro pra celebrar aquela missa, aí o pessoal dali do ao redor juntava tudo lá pra ir pra aquela missa, casar, batizar, eu fui batizada assim, nós fomos batizados lá [...] era de ano em ano.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Assim, em 04 de novembro de 1944, Raimunda Pereira dos Santos, a primeira filha de Joana Pereira dos Santos e de Pedro Alves da Silva, nascia na comunidade em que seus pais se casaram, o Vão. Dona Raimunda chegou ao mundo pelas mãos de uma parteira da região. Vale lembrar o papel importante que

essas mulheres desempenhavam e ainda desempenham no trabalho produtivo e reprodutivo camponês:

A parteira cuida do corpo através das medicinas naturais; cuida do espírito; cuida dos sentimentos, das emoções, da sexualidade, dos carmas ancestrais. A parteira cuida e respeita não só a gestante, mas o pai, as avós, a família. Vira comadre e madrinha. (Brasil de Fato, 2023, on-line)

Ofrasa, a mãe de pegação, como Dona Raimunda se refere a ela, fez seu parto em casa. Essa era prática comum naquele momento. Em parte, por ser típico da cultura camponesa, e por outro lado, pela dificuldade de acesso ao hospital e médicos mais próximos, que ficavam somente na cidade de Carolina. Na época era uma cidade ainda bem pequena e sem muitos recursos assistenciais: “Era parteira, não tinha hospital não, não tinha doutor, não tinha nada não. [...] Lá andava era vinte légua, de lá pra Carolina.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Joana deu à luz a uma menina negra, de cabelos negros na madrugada de um sábado, quando os galos cantavam e o dia se preparava para nascer. A menina que ali chegava tão pequena, mais tarde se tornaria uma importante liderança feminina das comunidades camponesas da região que hoje é conhecida como MATOPIBA.

Dona Raimunda explicou, ao narrar sua vida, que o lugar em que nasceu se chamava Vão, porque era dentro de um vão de serra, cercado de serras aos arredores. Na época, seus pais e os avós maternos, o Natalino e a Liberata, que eram os pais de criação de sua mãe, não possuíam terra. Eles eram trabalhadores de uma fazenda onde seu avô, o Natalino era vaqueiro:

Eles eram vaqueiro de uma senhora de Oliva Jafa que morava em Carolina, e aí ela tinha essa fazenda lá, e ele foi vaqueiro. Naquele tempo a pessoa entrava de vaqueiro, era dez anos de vaquerisse [...] aí era que saía daquela fazenda. Aí quando eles saíram de lá da fazenda, eles vieram pra cá. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda nos diz sobre o trabalho do avô como vaqueiro, e de como ela percebe hoje que Natalino enfrentava grandes dificuldades quando moravam no Maranhão. Ser vaqueiro dentro da penetração da pecuária na região do Sul do

Maranhão, naquele momento, se convergia com as dinâmicas apresentadas pelas ideias centrais do autor Otávio Guilherme Velho (2009), quando o autor faz uma abordagem sobre a relação da pecuária e das frentes de expansão.

Embora vivessem na região centro-sul do estado, essa caracterização “ser vaqueiro” envolvia uma dinâmica produtiva e de colonização do Sul do Maranhão e Norte do Tocantins. Conforme Velho (2009) as frentes de expansão no Maranhão movimentavam-se em grupos de ações governamentais que ocorreram a partir do século XVII. As frentes possuíam o objetivo principal de viabilizar a ocupação territorial, culminando com o “desenvolvimento econômico” e a defesa da região maranhense que, de forma estratégica, era significativa para a Coroa Portuguesa. Velho (2009) explica que as várias expedições foram saindo em diversas direções e com isso as fazendas começaram a se espalhar em diferentes locais do Maranhão, alcançando as margens do Rio Tocantins e fixando instalações no antigo Norte de Goiás: “Durante toda a primeira metade do século XIX e boa parte da segunda prossegue a expansão pastoril no Maranhão. Atravessa-se o Tocantins e vai-se ocupando os campos do Norte de Goiás entre o Tocantins e o Araguaia” (Velho, 2009, p. 22).

O processo de colonização, através da pecuária, do Sul do Maranhão e Norte do Tocantins, do ponto de vista do Estado, enquadra as migrações dos avós e pais de Dona Raimunda, cada vez mais para dentro do território. Dona Raimunda ao se reportar ao trabalho do avô como vaqueiro, descreve situações vivenciadas pelos trabalhadores que buscavam meios de melhores condições de vida neste período no Maranhão. As vivências de Dona Raimunda com o avô Natalino na migração para o antigo Norte de Goiás nos refletem as condições de vida de quem se propunha a ser vaqueiro durante o processo de expansão da pecuária na região.

Os vaqueiros cumpriram um papel fundamental na criação e no manejo do gado, além de “desbravarem” terras e enfrentarem condições adversas e desafiadoras, considerando a fase em que a pecuária começou a se desenvolver no Sul do Maranhão; uma região de serras coberta por extensas áreas de cerrado e florestas pouco conhecidas, em que se apresentavam como um ambiente que ao mesmo tempo preservado era também um ambiente de difícil acesso, como Dona Raimunda nos relata a ausência de estradas e a inexistência do trânsito de veículos na época. Mesmo neste ambiente, Natalino desempenhava tarefas de longas

jornadas de trabalho, assim como os demais vaqueiros da redondeza; o trabalho geralmente começava antes do amanhecer e estendia-se até o entardecer, enfatiza Dona Raimunda.

Para além dos desafios enfrentados, a narrativa de Dona Raimunda nos remete a hipótese de que os vaqueiros tinham que lidar com a presença de animais selvagens, como cobras, onças e outros animais que representavam uma ameaça tanto para o rebanho, quanto para eles. Era necessário ter habilidade para garantir a segurança do gado cuidado por Natalino, um trabalho que, entre as partes vaqueiro e fazendeiro, era firmado um acordo comum de “dez anos de vaqueirice” como narra Dona Raimunda. Os vaqueiros cuidavam do gado dos fazendeiros e de dez em dez anos, faziam a partilha, repartindo as crias do rebanho no período. Não se sabe ao certo como era feita essa partilha, se era à meia ou alguma porcentagem.

A figura abaixo nos apresenta Natalino ao lado de Liberata.

**Figura 5** - O casal Liberata e Natalino - avós maternos de Dona Raimunda.



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda

De acordo com Alcimar, homem de quarenta e dois anos e que é morador da região do Vão, a comunidade onde nasceu Dona Raimunda está localizada a sessenta quilômetros de Carolina – MA. Hoje a estrada de acesso à comunidade possui trinta quilômetros de pavimentação asfáltica e trinta quilômetros de estrada de chão. Segundo Alcimar, os moradores mais antigos da comunidade já faleceram quase todos. Ele se recorda dos anciãos Messias e de Rosa, contudo, afirma que a comunidade continua a existir com outros moradores que, assim como na época dos pais de Dona Raimunda, são famílias que vivem de suas roças e de suas criações; alguns são herdeiros, filhos e netos dos antigos moradores.

Alcimar relata que embora seja uma comunidade com poucas políticas públicas aplicadas no local, é um lugar que continua vivo. O Vão não cresceu a ponto de se tornar um povoado por não haver um aglomerado de pessoas. As famílias possuem pequenas propriedades de terras afastadas umas das outras, e estas formam a comunidade. De acordo com Alcimar, a comunidade Vão poderia ter se tornado um local melhor para se viver, se não fosse o descaso da gestão pública municipal com o lugar. Em sua fala, com um ar desolado, Alcimar conta que é uma comunidade rica de cachoeiras e pontos turísticos, entre elas, ele cita a cachoeira do Rio Prata e a cachoeira do São Romão no Rio Farinha, uma região de muitas águas no interior do Maranhão.

Entre os moradores do Vão está João Teles, que ainda reside na comunidade, com seus quase noventa anos. Ele é o proprietário de terras que cedia local para que Pedro, pai de Dona Raimunda, pudesse plantar sua roça, na condição de agregado, quando ela ainda era criança:

Ainda há muita gente lá, cada um cuida dos seus afazeres. Não é uma comunidade assistida, mas também não é das mais precárias. Todo mundo tem suas atividades, suas roças e cuida ainda, não tem uma boa estrutura de colégio, assistência, como acabei de lhe falar, assim meio precária, mas o pessoal vive, tão por lá. A comunidade existe sim, a comunidade Vão (GAMA, Antonio Alcimar Martins. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 06 de maio de 2023)

Os sistemas de relações sociais dos quais a família de Dona Raimunda faz parte implica relações de trabalho entre figuras como João Teles, latifundiários, e dos trabalhadores que não possuíam terra. Esses forneciam sua mão de obra e

conhecimentos agrícolas em troca de moradia e uma parte da produção, o que formava o sistema de agregados. Conforme Luciano Gomes (2022):

Em diferentes documentos produzidos na América portuguesa e no Império do Brasil, a expressão “agregado” (ou assemelhadas, como “vive a favor” ou “doméstico”) foi utilizada como um qualitativo destinado a indivíduos ou famílias dependentes de um proprietário de casa ou terras. Ao estudar os agregados encontrados nesses registros, historiadoras e historiadores transformaram o termo em um conceito histórico instrumentalizado para compreender a inserção de indivíduos livres, majoritariamente pobres, em suas comunidades. (Gomes, 2022, p. 02)

Os estudos nos proporcionaram compreender que o sistema de agregados no campesinato especificamente do Maranhão a partir de 1950, foi uma prática amplamente difundida e que trouxe destaques para a economia e a sociedade da região. Para Corrêa (2012), o Maranhão possuía uma estrutura socioeconômica marcada pela predominância da economia agrária, como a cana-de-açúcar e, posteriormente, a soja, o algodão e a pecuária sendo os principais produtos agrícolas.

A figura do agregado remonta a um arranjo social no qual as famílias de trabalhadores do campo se uniam a um proprietário de terra, geralmente um latifúndio, para trabalhar nas atividades agrícolas. Esses trabalhadores eram parte de um sistema que resultava em relações desiguais e precárias para os trabalhadores, que tinham pouca autonomia e eram submetidos a condições de trabalho muitas vezes degradantes.

A partir de 1950, com o avanço da modernização e a expansão da fronteira agrícola, o sistema de agregados adaptou-se às novas realidades do meio rural maranhense. Almeida (2005) explica como grandes áreas de terra foram concentradas nas mãos de poucos proprietários, resultando em um acúmulo fundiário agravante. Esta situação proporcionou a continuidade e a degradação do sistema de agregados, mantendo uma relação de dependência econômica e social com os trabalhadores do campo.

Além disso, vale ressaltar que a estrutura fundiária do Maranhão também foi influenciada pelo contexto político e social do país. Nesse período, o Brasil viveu um período de industrialização e urbanização, de expansão da infraestrutura e de modernização de determinados setores econômicos, afetando o sistema agrário maranhense.

Dona Raimunda vivenciou, na primeira infância, no período em que moravam no Vão, uma vida de desinquietação e aperreio. Os pais e avós se dividiam entre o trabalho da fazenda e o labor da roça para viverem na terra de outro fazendeiro da região, o João Teles, que lhes cedia terra para plantar. Dona Raimunda relata que era criança, mas se lembra como a família vivia e o que cultivavam na roça para sobreviverem:

[...] meu pai, minha mãe, meus avós. Porque eu era criancinha véia não prestava pra nada (risos), eles trabalhavam era de roça. [...] Era arroz, era mandioca, era fava, era feijão, banana, quando eu tomei conhecimento [...] era pra nós consumir e eles vender pra comprar outras coisas pra dentro de casa, que era longe da cidade [...] vinte léguas [...] pra comprar o sal, comprar os temperos, comprar roupa, comprar o calçado [...] o remédio. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022)

A família de Dona Raimunda estava ligada a dois sistemas de trabalho do campesinato sem-terra do sul do Maranhão. Avô vaqueiro e pai agregado que viram na possibilidade de “entrar mais” na fronteira uma oportunidade de conseguir terra livre onde se estabelecer, ter sossego e fartura. Isso se tornou possível a partir de 1950, ano marcado pela movimentação do campesinato no Maranhão, e outros estados do nordeste em busca de “Bandeiras Verdes” que se constituíam em uma grande migração dos nordestinos em busca de terras livres para produção da fartura e vida boa.

Conforme Martins (2019), “bandeiras verdes” é uma expressão que faz referência à terra prometida, a terras livres que inúmeros camponeses e trabalhadores rurais se organizaram para encontrar nas frentes de expansão, animados pelas profecias de Padre Cícero:

Cheguei lá em 1979 partindo de Fortaleza, passando por Juazeiro do Norte, para seguir o caminho dos romeiros do Padre Cícero em direção à Amazônia. Saíam do Nordeste seco em busca das Bandeiras Verdes, animados por uma profecia atribuída ao Padim Ciço, difundida através de antigo folheto de cordel. (Martins, 2019, p. 23)

Vieira (2013) ressalta que os movimentos sociais camponeses que se deslocavam na esperança de encontrar seu lugar social, expressavam na sua luta, os processos de ocupações da fronteira por uma distribuição mais justa das terras e dos recursos que muitos associam à Amazônia. As “frentes” ganhavam cada vez

mais grupos de camponeses que partiam de diferentes pontos, por cerca de oitocentos quilômetros às margens do Rio Araguaia em busca de terra livre, guiados pelas profecias de Padre Cícero sobre a existência de um lugar mítico para se viver, depois de atravessar o grande Rio, como afirma José de Souza Martins (1996, p. 53).

Conforme as Bandeiras Verdes iam se figurando no imaginário popular dos camponeses vindos do interior do Maranhão, Tocantins, Piauí, do Pará e Mato Grosso nos anos de 1950 e 1960, forjava-se a trajetória de um campesinato nordestino que migrava em direção à Amazônia, à procura de seu lugar social. Neste período, a busca dos camponeses se dava a partir de um ponto de vista sociorreligioso inspirado pela profecia do padre Cícero e por melhores condições de vida nesta terra livre.

Martins (1999) detalha da seguinte forma as Bandeiras Verdes:

Os que procuram as Bandeiras Verdes andam em grupos. Geralmente são grupos de parentes e vizinhos no local de origem. Sua trajetória dos pontos de origem no Nordeste aos lugares em que se estabeleceram varia de seiscentos a oitocentos quilômetros. O deslocamento é lento, em vários casos tomando dos peregrinos muitos anos, com paradas demoradas ao longo do trajeto. O fenômeno vem ocorrendo há uns quarenta anos aproximadamente e se tornou muito intenso nos anos 70 (Martins, 1996, p. 54).

Vale ressaltar que as movimentações e mobilizações do campesinato no Maranhão foram marcadas também por confrontos e conflitos com latifundiários, o que resultou em diversos episódios de violência e repressão por parte das autoridades e grupos paramilitares ligados aos interesses dos latifundiários (Neto, 2021). É importante pontuar que esse movimento foi parte de um contexto mais amplo de luta pela reforma agrária no Brasil, que ganhou força especialmente a partir dos anos 1950. Apesar das dificuldades e desafios enfrentados pelos camponeses, o movimento das "Bandeiras Verdes" representou um marco na história da busca por terra e por trabalho digno para os camponeses no Maranhão e Norte do Tocantins, bem como em todo o país.

Apesar de não haver se engajado na busca realizada pelas "Bandeiras Verdes", a família de Dona Raimunda, em conexão a este contexto da tentativa de melhores condições para viver, decidiu sair do Vão. É importante dizer que "busca por melhora" é uma das categorias que os migrantes usam para explicar as

migrações para o Norte do Tocantins. Dona Raimunda, que nasceu em uma família de vaqueiros e agregados, viveu a transição entre um campesinato sem-terra e um campesinato territorializado no Vão e na Glebá Tauá.

Pedro, seu pai, por vezes viajava para outras regiões em busca de outros meios de vida para sobreviver com a família, e em uma de suas viagens para trabalhar em um garimpo na região de Barra do Ouro - TO, descobriu uma terra que não possuía donos e então voltou para buscar sua família. As movimentações de Pedro é algo que o autor Otavio Guilherme Velho (2009) contextualiza com a frente de expansão, mas naquele momento, encaixava-se dentro das mudanças sociais em curso dentro do campesinato Sul Maranhense.

Foi assim que, então, no ano de 1952, os pais de Dona Raimunda migraram para a Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro – Tocantins, região centro-norte do estado:

[...] meu pai andava muito, meu pai veio pra um garimpo que surgiu aqui, garimpo da Coan, na beira da Coan, na beira do Tauá. Meu pai veio trabalhar aqui nesse garimpo, mais um irmão da mamãe, irmão de criação o Nelson. [...] E aí, isso aqui era geração. É porque não era de dono, como ainda hoje, a terra aí não é de dono. Teve uns aí que quando nós chegamos já era habitante. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022)

Após encontrar na Gleba Tauá uma oportunidade para trabalhar e plantar em uma terra livre, Pedro retornou à comunidade Vão, organizando-se com a família e foram embora para o Tocantins, na época antigo Norte Goiano. Dona Raimunda tinha oito anos de idade e junto com os pais, os avós e os dois irmãos que eram Antônia e Odilon, nascidos também lá no Vão, migraram a pé para o lugar que seria então, a nova morada da família.

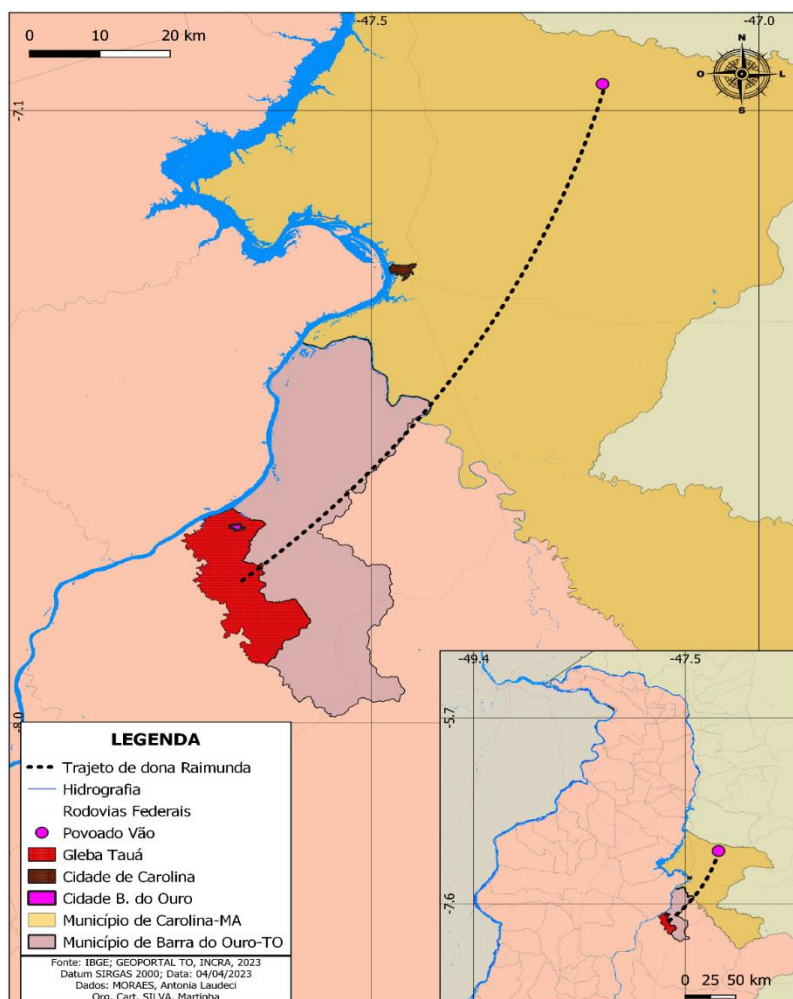
De acordo com Dona Raimunda, as pessoas caminhavam por vários quilômetros e dias para chegarem aos seus destinos, numa espécie de peregrinação. Todos os familiares viajaram a pé, como era comum naquele momento. Relata que os pertences da família eram levados consigo, e ela diz que se lembra de seu pai levar uma esteira feita de talos de buriti, uma das palmeiras típicas da região, e que levava dois tamboretas de couro, como eram chamadas as cadeiras que eles mesmos faziam. Estas duas eram levadas enfiadas em uma vara sobre os ombros do Pedro. Os demais utensílios de cozinha e objetos pessoais

como roupas e calçados vinham na carga de dois, e sua irmã menor, Antônia, vinha no colo de Dona Joana que também fazia a caminhada a pé.

A família de Dona Raimunda saiu do Vão em sentido, primeiro, a Carolina-MA, a cidade mais próxima. Levaram quatro dias de caminhada da comunidade até a cidade. Foram se arranchando por casas dos povoados que existiam no caminho e as vezes à beira da estrada; paravam montavam um breve acampamento onde cozinhavam e dormiam. Em seguida, seguiam a viagem. Pararam para se arrancar e descansar em vários lugares. Dona Raimunda cita que pararam na Santa Cruz, um pequeno povoado da época. Depois seguiram viagem e pararam novamente para arrancharem em um povoado chamado Poção a caminho de Carolina-MA. Ficaram oito dias arranchados na cidade, na casa do Cesário, um conhecido do avô de Dona Raimunda, aguardando Natalino receber o pagamento da venda de um pouco da produção que havia comercializado para então seguirem a viagem.

Passados os oito dias em Carolina-MA, continuaram a jornada em sentido a Gleba Tauá que na época já havia recebido este nome por conta do Rio Tauá que passa na comunidade. Assim, seguiram fazendo rancharia as margens do rio Manoel Alves, até que a família se arranchou no porto do São Bento e descansou em uma comunidade conhecida como Pouso Alto, passando pelo rio Aldeia. Ali descansaram a última noite e saíram ao cantar do galo, as cinco da manhã, em direção a Gleba Tauá onde chegaram por volta de nove horas da manhã finalizando a viagem. Hoje a partir da tecnologia, pudemos calcular o trajeto que a família percorreu e vimos que o percurso teria sido de aproximadamente 98 quilômetros segundo o *Google Maps*.

**Figura 6** - A trajetória percorrida por Dona Raimunda e sua família, da comunidade Vão/MA até a Gleba Tauá em Barra do Ouro/TO no ano de 1952.



Fonte: IBGE; GEOPORTAL.TO, INCRA (2023).

A Figura 6 apresenta o percurso entre as duas regiões pelas quais Dona Raimunda transitou junto com sua família, em viagem a pé migrando da comunidade Vão no Maranhão até chegarem à Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro no Tocantins. Dona Raimunda afirma que a comunidade já tinha esse nome quando chegaram, fazendo menção a um dos rios que passava dentro da comunidade, o rio Tauá.

A cidade de Barra do Ouro, era local de referência para os moradores que ali chegavam na região para comprar o 'rancho.' Dona Raimunda se refere à pequena cidade como local em que faziam as compras dos produtos que não possuíam na comunidade, como o café, o sal, açúcar.

## 2.1 Formação da Comunidade Gleba Tauá e infância e escolarização de Dona Raimunda

A Gleba Tauá é uma área de terra da União Federal, na qual atualmente 82 famílias camponesas a disputam judicialmente com o fazendeiro sulista Emilio Binotto, que invadiu o território em 1992. Ele é conhecido na região por ser um grande produtor de soja vindo de Santa Catarina e alega propriedade de 17.735,000 hectares de terra (Santos, 2018).

As primeiras famílias que chegaram ao território da Comunidade Gleba Tauá são as dos posseiros que fixaram morada na década de 1950. A comunidade foi se formando ao longo dos anos, por diversas famílias que viviam na região e que migraram do Estado do Maranhão para o antigo Norte de Goiás onde hoje é o atual Tocantins. Em busca de melhores condições de vida, em uma trajetória parecida com a da família de Dona Raimunda<sup>6</sup>, ali chegaram essas famílias.

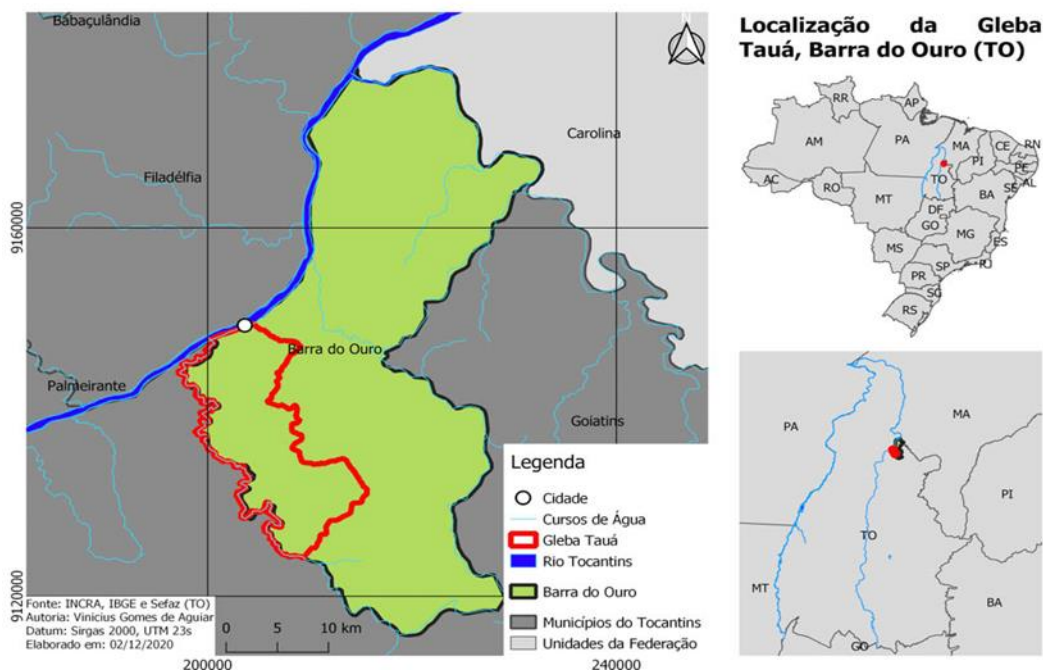
Banhada pelos rios Tocantins, Ouro e Tauá, a Gleba Tauá é formada por uma presença marcante de corpos d'águas, córregos, riachos e nascentes (as famosas cabeceiras) que formam e alimentam os rios e são fundamentais para relações sociais, territoriais, culturais e econômicas estabelecidas pelas famílias que lá vivem. São as águas que inclusive nomeiam as áreas de ocupação tradicional do território. Cabeceira do Duque, Cabeceira do Coã, Rebojento, Santa Rita e Santo Antônio formam um território tradicional único, símbolo da luta pela terra na Tauá, e são exemplos de como as águas orientam as formações territoriais, dando nome aos lugares, ao território. (Aguiar *et al.*, 2021 p. 65).

O mapa a seguir demonstra a localização do território, bem como os cursos das águas pertencentes a Gleba Tauá no município de Barra do Ouro – TO.

---

<sup>6</sup> No ano de 2012, outras famílias que não possuíam terra e que viviam no município de Barra do Ouro e em um povoado próximo conhecido como Morro Grande, ocuparam uma parte da Tauá, fazendo plantações de roças e fixando morada. Em 2013, esse grupo de ocupantes já eram 64 famílias.

**Figura 7 - Localização da Gleba Tauá no município de Barra do Ouro – TO.**



Fonte: INCRA, IBGE e Sefaz (TO)

Chegando para morar na Gleba Tauá nas proximidades de Barra do Ouro, Pedro fixou morada com a família, e iniciava ali uma nova fase de suas vidas, onde já existiam alguns moradores que assim como Pedro e Joana, também buscavam um lugar livre para plantar e colher para o sustento familiar.

Raimunda, ainda menina, segundo nos conta hoje, assim como tantas outras crianças da comunidade, tinha muita vontade de estudar. No entanto, o modelo do ensino na época era um privilégio reservado a uma pequena parcela da população, com acesso restrito e controlado por barreiras econômicas, sociais e culturais. Não havia escola na comunidade, nem condições de pagar professores particulares.

Dona Raimunda explica como ela compreende aquele período da ausência de acesso à educação para as famílias e comunidades empobrecidas. Em um tom de indignação, ela explica o porquê de tantas crianças em sua época, crescerem sem aprender a ler e escrever:

Aí os pais que tinham que se virar, pra poder botar os filhos pra estudar um pouco. Porque é que tem trilhões de gente do outro tempo, do outro século, que não tem estudo nenhum? Porque não tinha. Não existia nem negócio de político, não tinha. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Portanto, em 1952 não existiam escolas na região da comunidade Tauá, e para que as crianças estudassem, os pais precisavam dispor de recursos para poderem pagar por um ensino particular para seus filhos: “[...] não é porque naquele tempo era no tempo do sabido, era do atrasado sei lá (risos) que não tinha governador aí pra governar, pra dar escola pra ninguém não.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Vinda de uma família sem condições financeiras, Dona Raimunda pouco estudou:

Estudei mas foi só um pouquinho véi, porque naquela época não tinha os estudos que tem hoje dado por governo não. Os pais tinham que reunirem e pagar um professor, pôr dentro de casa, pagar o professor pra ensinar os filhos [...] eles contratavam uma pessoa ou fosse um rapaz ou uma moça que sabe direitinho o estudo, aí pagavam e botavam dentro de casa pra ensinar os alunos. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Sem disponibilidade de dinheiro, os pais de Dona Raimunda não conseguiram pagar um professor ou professora que pudesse lhe ensinar em casa, como algumas outras famílias podiam fazer. O pouco estudo que teve foi por meio de sua madrinha que se chamava Genoveva.

Segundo Dona Raimunda, Genoveva morava próxima a casa de seus pais, do outro lado do Rio Tauá, e eles do ‘lado de cá’. A distância não era grande; era possível ouvir quando ela lhe chamava lá da casa onde morava. Conforme Dona Raimunda, sua madrinha sabia ler e escrever, era dona de casa, tinha dois filhos pequenos, ela ‘tinha leitura’.

Dona Raimunda conta que, após Genoveva ter dado à luz ao segundo filho, passou a ter dificuldades para cuidar de alguns afazeres de casa, por não ter quem cuidasse das crianças enquanto ao mesmo tempo precisava cuidar das tarefas domésticas. Entre essas tarefas, era difícil para ir à ‘fonte’ lavar as roupas, por ela não ter com quem deixar os dois meninos. Dona Raimunda, não se reporta a outros familiares ou à existência da figura do esposo de Genoveva.

Conforme descrição de Dona Raimunda, uma hipótese que levantamos, é de que nesta divisão sexual do trabalho, Genoveva possivelmente seria a única responsável direta pelos afazeres da casa e do cuidado com os filhos:

Foi uma madrinha minha que me ensinou, ela gostava muito de mim, aí ela tinha o primeiro filho, depois no outro ano engravidou e teve outro. Aí

ela com aqueles dois meninos pequenos, e nós morava pertinho, de lá de casa na casa dela, que ela morava do outro lado do Tauá e nós do lado de cá. Aí ela gritava lá e aí pedia pra mamãe mais o papai pra deixar eu ficar uns dias mais ela lá, com aqueles meninos. Porque quando era pra ela ir lá pra fonte era perto, mas quando era pra ela ir lavar roupa, mas quem ela ia deixar os meninos? Todos dois pequeno! Que um não dava conta ainda de olhar o outro [...] nesse tempo eu já estava com dez anos. [...] (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023)

Dona Raimunda, então, aos dez anos de idade, ia para a casa da madrinha Genoveva para cuidar dos dois filhos pequenos dela, os quais eram menores do que a pequena Raimunda. Enquanto Genoveva lavava as roupas na fonte:

[...] eu já estava com uns dez anos, aí cuidava desses dois e ela ia pra fonte, lavava a roupa lá, aí eu ia, eu levava o mais pequeno e o maiorzinho e ia, que a fonte era pertinho. Aí eu ia pra lá pra fonte pra banhar mais os meninos [...] Aí ela tinha leitura, ela foi que me ensinou. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Foi o sistema de reciprocidade, tão comum nas sociedades camponesas (Saborin, 2004), o meio pelo qual a Raimunda menina conseguiu acessar às letras. O trabalho com o cuidado dos filhos de Genoveva era retribuído pelo trabalho como alfabetizadora. Tempos depois, por volta do ano 1955, surgiu uma pequena escola na comunidade Matinha, que ficava próxima a Gleba Tauá, situada entre os rios Tauá e o Rio Tocantins. A comunidade Matinha, menor do que a comunidade Tauá, não existe mais, mas Dona Raimunda conta que os moradores que formavam a comunidade eram uma família grande que também tinha vindo do Maranhão, e com o passar do tempo, em busca de melhores condições de vida, foram embora para o município de Tabocão/TO. Foi lá a primeira escola que ela frequentou, ainda que por um curto tempo de estudos: “[...] fui e viajei com as coisas só dois meses, que eu viajei pra essa escola.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Após os dois meses indo para a escola, Dona Raimunda conta que a professora teve que se afastar para fazer uma cirurgia nos olhos, estava com problemas na visão e então foi para a cidade de Balsas no Maranhão. Ela deixou em seu lugar para lhe substituir, o irmão, que, segundo Dona Raimunda, não quis a ensinar: “Aí lá ela inventou que ia pro Balsa, disse que ia operar de uma vista que estava com as cataratas. E aí foi pra lá e deixou o irmão dela. Esse irmão dela não

ensinava nada pra gente. O emprego dele era brigar mais os alunos.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Não havendo mais a professora e com a partida dos moradores da comunidade Matinha para o Tabocão/TO, esta foi a única vez que Dona Raimunda estudou. A menina, que era a mais velha dos cinco irmãos vivos, tinha a tarefa de ajudar nos afazeres da casa e da criação dos animais, mas guardava em si o grande desejo de continuar estudando, sonhava em estudar e por meio dos estudos, viajar e conhecer o mundo: “E estudar, eu tinha vontade que vinha de dentro mesmo, mas não foi realizado meu sonho [...] Mas não era pra perversidade. Eu queria era conhecer muitos lugares grandes”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Esta fala de Dona Raimunda, nos faz refletir sobre qual era sua visão de mundo naquele momento de sua vida, o que seria então esse mundo que Dona Raimunda sonhava em conhecer lá fora? Como notícias desse mundo chegavam até ela? A escola era percebida como um caminho de acesso a esse mundo? Sendo a avó migrante, ela tinha notícias da existência de um mundo para além que os seus sentidos vislumbravam, mas o quanto da reiterada vontade de estudar é trabalho da memória? Verena Alberti (2004) apresenta em seus estudos a relevância e a dificuldade das fontes orais no âmbito da investigação histórica. Ela defende que as fontes orais vão além de simples relatos objetivos, também refletindo as lembranças e as perspectivas pessoais das pessoas que as compartilham.

Alberti (2004) ressalta que a recordação tem um papel fundamental na elaboração dessas histórias, já que não se trata apenas de um depósito simples de informações, mas sim de um processo ativo e em constante mudança de compreensão e reconstrução do que passou. As memórias são moldadas por vários elementos, como o ambiente social, cultural e psicológico do narrador.

Desta forma, ao registrar a atuação da memória, os relatos verbais evidenciam não apenas fatos do passado, mas também os sentimentos, sensações e interpretações atribuídas a esses fatos pelas pessoas. Dessa maneira, as fontes orais se tornam preciosas para entender a forma como os indivíduos lidam e dão significado às suas vivências, agregando assim uma perspectiva mais detalhada e

abrangente à narrativa histórica. A reflexão que se apresenta é, porque ela está narrando para mim, agente pastoral e educadora, que ela sabe que valoriza a educação escolar? Ou, ainda, em que medida essa descrição, também, não é parte de uma reflexão sobre sua vida, sobre a importância que teria a educação formal, na luta que a vida lhe trouxe? Teria sido possível encontrar na escola as armas para enfrentar tudo o que passou? Dona Raimunda narra, como todos, a partir do presente, mas ao fazê-lo lembra e pensa, articula presente e passado e constrói o que Ramos (2020) chama de um pensar memorioso. Mas na verdade se poderia dizer que narrar, também, é sempre um ato memorioso, de produzir memória e pensamento.

Se Dona Raimunda pensa de forma memoriosa na escola, também o faz em outro aspecto de sua formação, a religiosidade popular. Filha mais velha dos doze filhos que Dona Joana tivera - dos doze só cinco se criaram -, ela conta que recebeu o nome de Raimunda para pagar uma promessa que a avó havia feito ao santo São Raimundo Nonato. Se ela não morresse como os irmãos nascidos anteriormente, lhe dariam o nome de Raimunda e que todos os anos a família festejaria o santo em agradecimento à sua vida.

E aí os outros minha mãe perdia, era perca, perdia. [...] morreram. E aí quando engravidou de mim, minha vó fez promessa com São Raimundo, que se eu vingasse, se fosse homem era Raimundo e se fosse mulher, era Raimunda. E aí eu, segurou porque minha vó fez promessa com São Raimundo [...] quando foi pra mim completar, quando eu completei os seis anos de idade, aí ela é que foi fazer o festejo, porque aí eu já tinha um pouco de entendimento. Pra mim saber porque era aquela reza [...] tinha comida. [...] não tinha dança não, só era mesmo a festa da reza mesmo e muita comida, muito café, muito bolo (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022)

A partir dos seis anos de idade de Dona Raimunda, todo dia 31 do mês de agosto, Liberata festejava São Raimundo, em pagamento à promessa feita pela vida da menina. São Raimundo Nonato é conhecido como o santo libertador de escravos, e Liberata fazia a novena dos nove dias anteriores ao dia santo; rezavam o terço todas as noites e no dia trinta e um realizavam o festejo que era conhecido em toda a região da comunidade. Segundo Dona Raimunda, havia a reza com muita comida; e café e bolo que eram ofertados a todas as pessoas que vinham de toda parte para participar do festejo.

Na década de 1950, a grande maioria das pessoas na Comunidade eram católicas e havia vários festejos realizados pelos moradores, para além dos festejos realizados por sua família. Isso se evidencia no estudo de caso realizado por Valéria Pereira Santos (2018) em que a autora argumenta que:

No início, a Tauá era uma comunidade bastante populosa, eram famílias extensas, que ocupavam as terras principalmente nas margens dos córregos, e por isso, de alguns córregos terem o nome dos antepassados (Cabeceira do Rosa, Cabeceira do Duque, etc.). Outro aspecto importante que caracteriza essa comunidade, é a religiosidade e a espiritualidade das pessoas, manifestada especialmente pelo catolicismo popular, através dos festejos e das celebrações dos santos (São Pedro, Divino Espírito Santo, Santo Antônio, Santa Luzia, Santo Reis e Bom Jesus da Lapa). As rezas acontecem em cumprimento de promessas para cura de doenças e proteção das famílias. (Santos, 2018, p. 06)

Neste estudo, a autora nos faz compreender que as tradições religiosas na comunidade Tauá foram guiadas inicialmente pelo catolicismo popular; compreendendo que Santos (2018) está se reportando aos anos que envolvem de 1950 a 1960, quando as tradições religiosas adotadas já eram abrangentes e refletiam o mundo de vida comunitário.

Essas tradições desempenham um papel significativo na vida da comunidade, e ao mesmo tempo articulavam identidade, espiritualidade e vida em comunidade. Numa análise destas peculiaridades que se apresentam por meio da religiosidade da comunidade, a autora descreve a tradicionalidade de outros moradores:

Assim, Dona Carmina e Seu Ananias, moradores da Tauá há 60 anos, falam que celebram no dia 06 de agosto, Bom Jesus da Lapa, em cumprimento de uma promessa que Dona Carmina fez para o santo, pela cura do seu esposo. Eles celebram também, o dia 11 de fevereiro, dia de São Lazaro, também é uma promessa de Dona Carmina, para a cura de uma ferida da sua perna. Pois, mesmo com o tempo moderno das tecnologias, ela acredita que a cura só aconteceu após se apegar a São Lazaro. Dona Raimunda, também é outra moradora antiga, que tem muita fé nos santos, ela celebra o dia de Santo Reis. Pois para ela, os santos lhe protegem e tem dado força para enfrentar o que ela chama de perversidade dos grileiros. Outro morador, o Seu André, celebra o Divino Espírito Santo. (Santos, 2018, p. 06)

Dona Raimunda vivenciou desde a infância, longos períodos de festejos religiosos, e os avós lhe deixaram de herança as novenas e os festejos que deu continuidade em sua vida depois da fase adulta. A foto a seguir, mostra que Dona

Raimunda continua a festejar os santos em sua casa e a participar dos festejos e celebrações realizadas nas casas dos vizinhos na comunidade.

**Figura 8** – Perpétua e Dona Raimunda no festejo do Divino Espírito Santo na casa de Seu André – Comunidade Gleba Tauá – maio de 2023.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023)

Durante sua infância, não haviam dificuldades em festejar os santos na comunidade. Na região, todo o povo era católico e não se viam evangélicos entre os habitantes da comunidade; ainda se reportando à década de 1950. O surgimento de pessoas das religiões protestantes começou após o início de 1960, quando também chegavam novos moradores na região:

Começaram se descobrir nessas, nessa crença que eles encontraram na era de sessenta [...] aí começaram a vim pra cá pra Tauá também. Está aqui mesmo, aí apareceu o outro não sei da donde e aí veio pra cá e iludiu o povo aí, não o caminho de Deus é esse que nós tem que servir a Jesus, tem que servir, eles tem que servir a Jesus. E não esses santos que vocês botam aí em cima dessas mesas aí (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Dona Raimunda apresenta um discurso de posicionamento contrário ao discurso religioso dos evangélicos que chegaram na comunidade alguns anos depois de sua família, conectando esta discordância à maneira como os evangélicos abordavam os moradores para adentrarem a sua religião. Abordavam

ela de forma invasiva, muito parecido com a abordagem dos sojicultores que entraram na comunidade. Para ela, os evangélicos traziam formas hostis para lidar com quem já estava ali:

Isso aí é idolatria, isso aí não vale nada. Não vale nada isso aí. Nós tem que seguir, nós tem que se entregar pro senhor e aí com isso teve muita gente que virou crente, rapaz foi milhares e milhares, hoje então vamos olhar por um livro aí que eles vão levar, lê esse livro aí e vai levar vocês pro céu? [...] Eu que não vou. E nunca fui iludida por ninguém [...] é do jeitinho desses invasores de terra. Eles começaram a aparecer pra iludir o povo. [...] Não morava aqui, eram de outros país pra lá, quando a gente dá fé chega e se arrancha, e aí saíram dizendo que era pra gente sair de um jeito ou de outro. Saio não, a terra é minha que eu não sei se trouxeram terra de lá. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Como podemos ver, Dona Raimunda faz duras críticas aos evangélicos na comunidade. Ela considera que exista uma vinculação importante entre o sentimento de pertencimento do território e a fé das pessoas. Embora exista um presente descontentamento de Dona Raimunda com os evangélicos na Tauá, ela remete-se aos festejos católicos, como momentos sagrados que eram mantidos e que continuam ser praticados na comunidade.

As festas eram momentos religiosos, mas, do mesmo modo, espaços de celebração dos valores ligados ao modo de vida comunitário: fartura, reciprocidade e hospitalidade. Era muito comum convidarem os moradores da região para participarem dos momentos celebrativos, e estes vinham de várias partes da Tauá para rezar e festejar. Sua avó Liberata, que festejava são Raimundo pela graça alcançada à neta, também já festejava São Sebastião, realizando mais de um festejo em sua casa durante o ano:

[...] meus avós festejavam São Sebastião, todo ano de novena, juntava mutirão de gente, muita comida, muito bolo, muita comida pra todo mundo que ia. Parecia um comício, e festa [...] naquele tempo criança não ia pra dentro de sala no meio do povo, só se for pra morrer pisada (risos) (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda conta como eram alguns dos momentos de festividades e dos tradicionais costumes durante a semana santa. Ainda que tenha vivenciado sua infância na década de cinquenta, Dona Raimunda narra com riquezas de detalhes sobre aquele tempo vivido:

[...] quando eu comecei a brincar era nos festejos da minha vó, dia de semana santa aí a semana santa era respeitada, ninguém cantava, ninguém assoviava, ninguém pulava, ninguém ia em festa, entrou a quaresma, ninguém não falava de festa de jeito nenhum, carnaval nunca pisemos dentro, de jeito nenhum, ia nas festas de festejo que festejava, é o que a gente ia. Aí quando era o dia da semana santa como foi essa noite aqui em casa, nesse tempo era bom demais, era muito morador, tinha muita moça, tinha muito rapaz aí da boca da noite até a meia-noite, até às 12 horas da noite, todo mundo de mamando a caducando era no pé do altar todo mundo rezando. Quando o galo cantava as 12 horas da noite, que o galo cantava a primeira vez, aí cada quem que era dono de suas filhas de seus filhos; ei mininada vocês querem brincar? Agora tá na hora, os terrerão muito grandão aí, penhava de moça e de rapaz e aí do meio pro fim já era os velhos mesmo. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Como falamos, a adoração aos santos era uma tradição festiva de fé na família de Pedro e Joana, e Dona Raimunda que cresceu entre as novenas e rezas parece considerar os festejos como uma parte sagrada a ser mantida em sua existência no decorrer de seus anos de vida. De acordo com Dona Raimunda, o catolicismo no início da comunidade Tauá, era a religião predominante. Compreendemos, a partir das falas de Dona Raimunda, que na década de 1950 o catolicismo enfrentava o desafio de se manter vigente e ativo pelo número de igrejas possuírem uma limitação e as comunidades serem assistidas em sua grande maioria apenas pelas desobrigas.

Dona Raimunda narra como os católicos se mantinham na comunidade, o que nos leva a compreensão de que haviam estratégias adotadas pela igreja, para lidar com as realidades da comunidade:

[.] os padres andavam, era desobriga. Todo ano, todo ano os padres saía das paróquia da cidade, e andava na toda, fazendo aí a celebração da missa, tinha casamento, tinha batizado e a crisma [...] Na casa do meu avô mesmo era uma casa dos padres fazer oração [...] Bem aqui no Antônio Aquino também era [...] Todo ano, todo ano antes de chegar a data dessas vindas, aí ele mandava as carta pras casa que eles iam fazer celebração [...] Aí os que ficava muito longe pra vim tinha celebração lá mais perto numa distância que do meio pra lá os de lá e do meio pra cá pros outro pra cá junto [...] Saía dali já está marcado já, as cartas vinha marcando as datas tudinho. Como amanhã era na casa de vovó né? Depois de manhã, lá em outra casa. Quando terminava a missa, o casamento e batizado já a primeira mesa era do padre, pro padre almoçar. Depois o acompanhante já acompanhava o padre pra ir deixar ele na outra morada que era pra ser, da manhã pra depois a outra missa e aí, ia assim. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Desta forma, em vez de se apoiar apenas nas estruturas físicas, a ênfase foi colocada nas pessoas e nas relações sociais estabelecidas. Os católicos reuniam-se em grupos, especialmente em casas designadas como locais de encontro para celebração comunitária, oração e estudo religioso. As reuniões que uniram as pessoas como uma comunidade fortaleceram os laços entre a igreja e os fiéis através de uma fé partilhada, embora nenhuma igreja física tradicional tenha sido construída dentro da comunidade.

E aí eles davam muita explicação pros novos e pros adultos mesmo, os padre dava muita explicação, aconselhando pra não fazer o errado, eles explicava tudinho. E ainda dava mais um catecismo pra gente, olha [...] A gente estudava os dez mandamentos da lei de Deus [...] eu não fiz primeira comunhão não, nesse tempo não precisava isso não [...], mas eu sou batizada e sou crismada, e consagrada. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Conforme Dona Raimunda, a Igreja Católica também buscava utilizar espaços alternativos para a realização de suas atividades religiosas. Como exemplo, as casas em alternância, que era o costume em fazer a celebração em uma casa da comunidade, depois em outra, para que assim fossem alternando as casas de forma rotativa em algumas localidades como ela traz em sua narrativa. As celebrações podiam acontecer em salões comunitários, ou ao ar livre. Os padres e ministros religiosos faziam visitas periódicas às comunidades, levando consigo os sacramentos, como a Eucaristia, e oferecendo orientação espiritual aos fiéis.

Outro aspecto importante que se destaca, era a valorização dos leigos na prática da fé. A Igreja incentivava os católicos a se envolverem ativamente em suas práticas religiosas, assumindo responsabilidades e reforçando assim a realização dos festejos e das novenas na comunidade Tauá. Isso permitia que a comunidade se mantivesse viva e comprometida, mesmo sem a presença constante de um padre.

Desta forma é importante ressaltar que, mesmo nessas circunstâncias, sem a presença diária, os padres eram responsáveis por supervisionar as comunidades, administrar os sacramentos fundamentais e garantir a transmissão correta da doutrina católica. Portanto, o catolicismo conseguiu se manter vivo e atuante mesmo com poucas igrejas por meio do fortalecimento da comunidade, da utilização de espaços alternativos, do envolvimento dos leigos e do suporte da

hierarquia eclesiástica. Essas estratégias permitiram que a fé católica fosse vivenciada e transmitida na comunidade Tauá, mantendo a presença da igreja mesmo em áreas onde a infraestrutura religiosa era escassa.

Dona Raimunda relata os costumes e crenças que tinham, como memórias a serem cultivadas pela confiança que trazia em Deus e nos santos desde quando criança, fazendo das práticas religiosas uma forma de justificar sua fé:

Ah fazia festejo... adoecia uma pessoa da gente, a gente se apegava com Deus e os apóstolos deles e fazia aquela promessa, e aí a pessoa ficava bom daquela doença que tava sofrendo e a gente ia festejar [...] as promessas, a gente faz para uma pessoa que tá doente [...] aquele filho que tá doente, eu me apeguei com festejo de Santo Reis duma filha que adoeceu e eu me apeguei e fui valida, a outra adoeceu, deu uma chaga no corpo dela duma vacina tomou o corpo daquela menina todinha que eu vi o anoitecer e amanhecer aquela criança sem poder dormir nem um pingo chorando, e o corpo daquela menina todo chagado, chagado me apeguei com São Lázaro e ela ficou boa, não ficou com mancha nenhuma, ficou a pele dela normal e aí, cumpri as promessas (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

As festas religiosas e os momentos celebrativos sempre foram vistos de maneira importantes por Dona Raimunda, que as carrega como tradições deixadas por seus antepassados. Percebemos nesse contexto as raízes históricas, espirituais e culturais que envolvem não só Dona Raimunda e sua família, mas boa parte do conjunto da comunidade. São momentos de partilha e reencontros entre os moradores da comunidade e os demais da região da Gleba Tauá. A tradição dos festejos carrega o importante papel da manutenção da cultura, do catolicismo e da fé, tendo entre a comunidade os momentos de compartilharem da união, dos valores e o fortalecimento do grupo.

A fotografia a seguir mostra o festejo ao Divino Espírito Santo registrada em 20 de janeiro de 2002, realizado na casa de Dona Raimunda, onde ela está junto aos filhos, irmãos e vizinhos em um dos momentos celebrativos na comunidade.

**Figura 9** - Festejo do Divino Espírito Santo na casa de Dona Raimunda



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda

Desta forma, Dona Raimunda viveu sua infância em uma família pobre, de trabalhadores e trabalhadoras camponesas, entre os avós, os pais e os irmãos, que de acordo com seus costumes e modos de vidas, tratava-se de uma família tradicional. O conceito de tradicionalidade que apresentamos aqui parte do olhar de Martins (2003). Conforme o autor, esse conceito abrange diversos aspectos relacionados à organização social, econômica e cultural dos grupos que vivem no campo. O fator principal é a relação das famílias tradicionais camponesas com a terra e o meio ambiente, conhecimentos tradicionais e práticas culturais, a resistência as pressões externas e os laços de solidariedade.

Os estudos apresentados nos relatórios antropológicos que foram elaboradas a partir do trabalho da Comissão Pastoral da Terra no acompanhamento à comunidade, corroboram essa hipótese:

A análise das narrativas e das relações entre os camponeses entrevistados evidencia um forte sentimento de pertencimento ao território, possibilitando a emergência, entre estes sujeitos, de uma noção de que têm direitos sobre as terras tradicionalmente ocupadas. O histórico de ocupação da região somente faz sentido e pode ser compreendido quando consideramos a ação das frentes de expansão na região, bem como a dinâmica de circulação das famílias camponesas por terras que eram tidas como públicas. Complementarmente, a expansão da malha rodoviária e as grandes obras de infraestrutura, dentre as quais se destaca

a construção da rodovia Belém Brasília (BR-153), trouxeram consigo tanto o interesse de investidores privados quanto as práticas de grilagem, inserindo no mercado fundiário terras cuja ocupação camponesa anteriormente ocorria sem maiores limites ou restrições. [...] Ressalte-se, em termos analíticos, que, para as Ciências Sociais, o conceito de território assinala uma temporalidade e espacialidade de lugares socialmente ocupados por grupos e populações que os marcam com suas particularidades e definem uma territorialidade, ou seja, uma forma específica de ocupar e vivenciar os espaços nos quais residem e de onde tiram seu sustento. [...] Consideramos fundamental assinalar que a relação dos povos e comunidades tradicionais com um determinado “espaço” ou “pedaço” de terra nunca é apenas utilitária e/ou econômica. Devemos considerar que a concepção de território para uma sociedade tradicional não é aquela de um espaço apropriado, privatizado e fragmentado, como o fazemos na “sociedade moderna”, tratando-se, sim, de um espaço de pertencimento e de apropriação simbólica coletiva. [...] Avaliamos, portanto, que as evidências encontradas neste trabalho mostram que a região da Gleba Tauá e seus arredores é um território tradicionalmente ocupado por camponeses, nos termos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidade Tradicionais (2007), que, no seu artigo 3º, define os “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”. Desta maneira, o processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade de mobilização em torno de uma política de identidade e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam suas lutas e reivindicam seus direitos face ao Estado. (SANTOS, LAUDO TÉCNICO Nº 42/2023-CNP/SPPEAP, 2023, p.25-28).

A família de Dona Raimunda assim como as demais comunidades tradicionais existentes, trazem em seu modo de vida práticas culturais e de subsistência por meio de uma rede familiar, qual sejam, as tradições e os conhecimentos transmitidos oralmente foram se reproduzindo de geração para geração, e mantiveram o modo de vida desde a territorialização (Haesbaert, 2004) na década de 1950.

Estes elementos, para além da preservação e da autonomia que se destacam em suas dinâmicas, passaram a representar, a partir da grilagem do território, uma forma de resistência política e uma alternativa histórica ao longo dos anos às estruturas de poder, que se manifestam contra o controle estatal e às formas de opressões centralizadas. As comunidades possuem seus modos de vidas, intrínsecos na cultura, nos conhecimentos tradicionais e nos costumes (Thompson, 1998) que estão ligados ao território e as gerações que o ocupam.

Se a pequena Raimunda não foi para a escola como queria, essas práticas sociais articuladas ao modo de vida da comunidade que era construída enquanto ela crescia, formaram um conjunto de referências que ela aciona na luta política: a tradicionalidade, a religiosidade e a vida em família e comunidade.

Contudo, é importante dizer que essas relações também se estabelecem com o território, a partir da conduta territorial específica. Como afirma Paul Little (2002), comunidades tradicionais se organizam sobre suas próprias lógicas e condutas territoriais específicas que legitimam suas lutas. A relação que o grupo estabelece com o Cerrado é fundamental dentro do processo de formação de Dona Raimunda. A sua “parentela”, como ela fala, foi ocupando parte do território na década de 1950. Os avós, pais e tios iam anunciando uma ocupação por meio de suas práticas tradicionais, econômicas e sociais na comunidade.

Pedro, pai de Dona Raimunda, que vivia entre o cultivo da terra e a busca pelo ouro nos garimpos da região de Barra do Ouro, trabalhava incansavelmente para dar conta do sustento da família. Ainda de forma concomitante, ele criava gado, mas não mais para os outros. Sua criação visava ter leite e carne para a família, e o excedente ele vendia, como conta Dona Raimunda.

Ela ainda recorda que foi por Pedro estar cansado de “trabalhar para os outros” que se tornou um dos migrantes da frente de expansão em meio a um período de diversos conflitos sociais, em que inúmeros camponeses foram mortos na luta pela terra na Amazônia. Ele chegou com a família na Gleba Tauá, e às margens do Rio Ouro com a esperança de alcançar fortuna, Pedro tornou-se garimpeiro. Antes mesmo de chegarem para fazer morada na Gleba Tauá, já havia um grupo de garimpeiros na região. Homens vindos de ‘todo canto’ e que os primeiros haviam ‘bamburrado’ na divisa do Rio Tocantins com o riacho Gorgulho, que pelo acontecimento se tornaria mais tarde o Rio Ouro, que originou o nome da cidade de Barra do Ouro. Assim como Pedro, muitos homens da região, foram se aventurando na busca pelo ouro naquele lugar.

Embora envolvido com o garimpo, Pedro, que lidava com diferentes formas de trabalhos, sempre se fazia presente junto à família, com a criação dos filhos, na plantação da roça, na colheita, nas rezas e festas da comunidade também. Dona Raimunda conta que as roças eram plantadas de maneira comum, não havia cercas

que dividissem a terra, e os trabalhadores plantavam suas roças cada um onde queria, sem que ninguém mexesse no que era do outro.

Desta terra comum, aproveitavam também as frutas nativas, o buriti, o puçá e o pequi; eram complementos no alimento da comunidade.

[...] quando a gente botava a roça de 4, 5 linha de chão, aí a gente tinha contato com os vizinhos, que aí arrumava os vizinhos, os vizinhos vinha trabalhar mais a gente, a gente trabalhava mais eles trocando os serviços, e aí todo mundo era unido, todo mundo era unido não tinha desunião no pessoal que entrou por conta própria na terra não (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Dona Raimunda ainda nos conta que o garimpo era um intervalo no modo de vida camponês que estruturava a vida da comunidade, ou seja, a organização estava centrada na família e na produção doméstica para autossustento e em posses, não entendidas por eles como propriedade privada.

Klaas Woortmann (1988) ao abordar a questão das relações de parentesco e como estas influenciam as práticas sociais, econômicas e políticas em comunidades camponesas no Brasil, explicita como as relações de parentesco estruturam a vida social nas comunidades rurais. Ele argumenta que essas relações não são apenas vínculos familiares, mas também formam a base das redes de solidariedade e cooperação, essenciais para a sobrevivência e resistência das comunidades. Compreendemos assim, a centralidade da família, e a importância da fala de Dona Raimunda sobre sua infância ter sido um período feliz. Ela diz que ainda que fosse a mais velha dos irmãos, havia sido criada com muito amor pelo pai:

[...] minha infância foi beleza porque meu pai tinha gosto de me levar nos lugar, [...] não era desses pai carrasco, seguro, de a gente não ter liberdade. Mas eu só ia junto com meus pais, eles nunca deixaram eu ir mas ninguém [...] Nós 'adjunto' nas festas, em reza, em missa, e era mais eles, meu pai não mandava eu ir mais ninguém, dizia: 'quem é os pais? é nós, e nós é que tem que levar, porque o mal feito que ela fizer nós tamo vendo, e mandar pelos outros, mesmo que ela não faça, mas o de acolá, diz que foi ela quem fez o mal feito' (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

De acordo com Dona Raimunda, seus pais sempre lhe deixavam participar dos espaços de vivências coletivas da comunidade, no entanto, enfatiza a presença

e o cuidado constante de Pedro para com ela. A figura do pai é exaltada na fala de Dona Raimunda, que visivelmente se destaca mais do que quando ela se refere a mãe, embora ambos estivessem presentes e compartilhassem dos muitos momentos em que a memória de sua infância é lembrada com boas recordações. Neste contexto, o espaço dos festejos, das rezas e novenas, também se tornava espaços de sociabilidades dos encontros e do lazer para ela e para as pessoas que lá estavam. Os sujeitos inseridos no conjunto dessas vivências desenvolviam também uma construção harmônica da boa vizinhança entre as pessoas e destas com o Cerrado.

Várias eram as comunidades que vinham para os encontros na Gleba Tauá. Dona Raimunda lembra que na infância participava dos espaços de brincadeiras e dos momentos de folias em que crianças, jovens e, por vezes, adultos se envolviam para se divertirem e brincarem das diversas brincadeiras da época:

[...] tinha um tal de casamento oculto [...] Tinha o você guarde meu anel bem guardadin, aí tinha roda, a gente cantava roda, fazia aquela rodona de moça e rapaz, cantando roda dançando roda. Aí tinha outra roda que era o tururú [...] Aí tinha os chefe que cantava o Tururú, e aí bate... os véi quem começava a roda, isso era roda grande menino, pois é aí começava numa ponta até quando fechava a roda tudinho, era cantando e os pés batendo tudinho, cada um com seu par do jeitinho de quadrilha. E aí ia trocando, metia o braço aqui rodava para cá e o outro pegava ali, e aí era assim ó, até quando terminava o derradeiro. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

As brincadeiras já eram esperadas nos dias de festejos na comunidade, Dona Raimunda conta, de uma forma sorridente, sobre o envolvimento das pessoas naquele momento de folia e descreve como se cantava e brincava o tururú nas noites festejadas:

[...] fazia a rodona e aí um ficava bem no meio do pião, era do pião e um ficava bem no meio, com o chapéu na cabeça e aí os outros de fora cantando e o pião rodando lá dentro da roda [...] dizia:

*tu roda pião  
bambeia pião  
arrasta as gaia no chão pião [...]*

Aí a gente passava a mão chão:

*arrasta as gaia no chão pião  
levanta pião  
bambeia pião  
tu bota as mão na cadeira pião (risos)  
bambeia pião bambeia pião*

*arrasta as gaia no chão pião  
bota a mão nas cadeiras pião  
bota a mão na cabeça pião  
tu abraça quem tu quiser pião  
tu abraça quem tu quiser pião.*

E aí a gente escolhia um rapaz que quisesse, aí a gente escolhia ia lá e abraçava ele, e aí a gente saia para fora, e aí pegava o chapéu e botava na cabeça daquele que a gente tinha abraçado e aí ele ia ser pião até quando fechava a roda de tudinho brincar daquela brincadeira. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Quando a brincadeira parava, duas ou três horas depois, todos voltavam a rezar e depois da reza prosseguiam as brincadeiras novamente. Em muitas das vezes, a dinâmica entre a reza e a distração se prolongavam até o amanhecer do dia.

Dona Raimunda afirma ter crescido em um ambiente de cuidado e sossego, destacando a forma afetuosa com que fala de Pedro, deixando evidente que sua referência na família era a figura paterna. Na totalidade de sua infância, a memória de Dona Raimunda sobre sua mãe Joana quase não aparece, quando se remete aos elementos do cuidado e do zelo, este espaço é preenchido quase em sua totalidade pelo pai.

**Figura 10** - Joana (mãe de Dona Raimunda).



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda

Apesar do zelo referido, Raimunda era uma menina que cozinhava, lavava, cuidava da criação dos bichos, ajudava na roça e que também cuidava dos irmãos menores. Ainda que, com os cuidados enfatizados por Dona Raimunda, dos quais ela repetidamente exalta o pai, ela era a menina mais velha da família, e foi ensinada desde cedo que como mulher, precisava cuidar das tarefas da casa e dos outros. Em uma família que viveu seus anos morando na roça, em uma cultura predominantemente camponesa, a menina foi crescendo e exercitando tradicionalmente os ensinamentos que lhe deram, aprendendo e compartilhando os saberes que herdou dos pais e dos avós.

Com o passar dos anos Dona Raimunda foi entrando para a pré-adolescência, termo não utilizado na época, quando o ano era 1957. O que mais se ouvia era que a menina de outrora agora era uma 'mocinha'. Esse foi um dos primeiros períodos mais tristes de sua vida, nos conta Dona Raimunda, fase em que ela sentiria ali um dos golpes mais duros que a vida lhe preparou. A menina que tanto foi cuidada, perderia o seu zeloso pai.

Ao narrar sua infância, Dona Raimunda parece saudosista ao falar da perda do pai. Pedro faleceu poucos anos depois que chegaram a Gleba Tauá. Ele foi assassinado a golpes de arma branca em 1960 em uma região próxima à comunidade. O encontraram morto, e sendo uma pessoa de boa convivência com as pessoas da Gleba Tauá, foi um grande susto para a família e vizinhos na época:

Meu pai diz que morreu matado, porque ele apareceu morto [...] E aí eu não sei nem porque, porque meu pai ele era uma pessoa que ele não tinha encrenca com ninguém, nunca tinha brigado mais ninguém, ele não tinha encrenca com ninguém e aí foi quando apareceu morto [...] na era de 60. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Uma reflexão possível nessa fala, é que Dona Raimunda carrega consigo um sentimento de indignação e tristeza por todos esses anos, pois lhe haviam tirado uma pessoa importante, se não a mais importante que tivera. O pai que lhe criou com cuidado e amor havia sido assassinado sem que ela soubesse o porquê, e que dali para frente passaria a ser criada apenas pela mãe e pelos avós.

### **CAPÍTULO 3 – “EU SOFRI DEMAIS COM ESSE TAL DE MARIDO”: CASAMENTO ARRUMADO E REPRODUÇÃO CAMPONESA**

Uma sociedade com predominância camponesa contextualizava as vivências de Dona Raimunda da infância ao início de sua adolescência, e naquele contexto, os casamentos que aconteciam nas famílias – as quais Dona Raimunda conheceu, em sua grande maioria – eram os casamentos arranjados. Enlaces matrimoniais em que os mais velhos de cada família se colocavam como responsáveis por escolher maridos e esposas de seus filhos ou netos, ao invés de permitir que eles ou elas escolhessem seus próprios cônjuges. Este era um costume (Thompson, 1998) muito comum em muitas culturas, especialmente no Brasil e entre as famílias camponesas.

Essa prática foi associada as estratégias reprodutivas camponesas (Menasche, 2000) e patriarcais (Levy, 2009) em que se articulava estratégias reprodutivas e de dominação patriarcal. Nessa prática tradicional, o papel das famílias era significativo, de modo especial dos anciões, na escolha de quem entraria para suas famílias. No Brasil, desde a época colonial, mesmo entre as elites:

A escolha do cônjuge no período colonial nessas classes abastadas excluía a paixão, a atração física ou o amor, e dependia das razões pessoais do pater famílias, evidenciando, assim, a assimetria nas relações, uma vez que a escolha era feita pelos homens, sendo o papel da mulher passivo: ela era ou não escolhida. De acordo com os autores que escreveram sobre esse período, dentro da família, nada era dito ou conversado sobre namoro ou sexo, especialmente diante da presença feminina. A moça tinha de ser virtuosa, honesta, honrada, qualidades não exigidas do marido. Essa noção de honra, para a mulher solteira, significava ser virgem, e a perda da virgindade diminuía, e muito, as chances de casamento (Levy, 2009, p. 03).

Menasche (2000) afirma que “o casamento entendido menos como assunto dos indivíduos diretamente envolvidos do que de suas respectivas famílias, é abordagem recorrente nos estudos sobre campesinato” (p. 186). Esses estudos, mostram que casamentos arranjados (Del Priori, 2004) eram costume e ocorreriam por acordo entre as famílias, mesmo que essa ação não contasse com o consentimento de quem teria que se casar. A família ou os mediadores, que seriam pessoas com alguma 'autoridade', eram os responsáveis por resolver a questão.

Eles cooperavam na busca de um parceiro que julgassem adequado e organizavam todos os assuntos para o futuro casamento da noiva ou do noivo.

Muitos fatores eram levados em consideração para a realização do casamento, como a situação financeira, a religião, a personalidade, a educação e posses. Mais que um negócio individual, tratava-se de uma aliança entre famílias (Menasche, 2000) com objetivos reprodutivos. Quando o parceiro ou a parceira, julgados como adequado para se casar com determinada pessoa, eram encontrados, as duas famílias se reuniam para discutir os detalhes para a realização do casamento.

De acordo com Edward Thompson (1998), os casamentos arranjados, especialmente aqueles que eram praticados em comunidades camponesas tradicionais na Europa Moderna, eram muitas vezes formas de controle social e econômico. Segundo o historiador, esses casamentos eram frequentemente arranjados pelos pais ou outros membros mais velhos da família com base em interesses financeiros, políticos ou de status social, em vez de considerar a vontade ou a felicidade dos jovens que se casavam. Isso, segundo ele, muitas vezes levava a casamentos infelizes e até mesmo a conflitos familiares.

O casamento de Dona Raimunda foi arranjado, ou “arrumado” como diz ela, por sua mãe, Joana, e por seu avô, Natalino, seguindo essa lógica cultural. Para Dona Raimunda, esse costume, esse jeito de proceder da mãe e do avô, teve grande impacto em sua vida, podendo ser uma espécie de retaliação ao fato de que ela “estava conversando com outro rapaz” que, pelo jeito, não atendia os critérios estabelecidos pela família. Aquele que seria o escolhido para ser seu marido era um desconhecido para ela. Dele ela só sabia o nome: Raimundo. Seu prometido era um homem de trinta anos que ela conhecera em uma das festas do Divino Espírito Santo, festejada por uma das tias de Raimunda na Comunidade Gleba Tauá.

Dona Raimunda narra que esse era um grande festejo, com a presença de muitas pessoas vindas de todas as partes da região da Gleba Tauá. No meio de tantas pessoas lá estava Raimundo a quem ela se reporta com ar de indignação por ter sido ele o escolhido por sua mãe e seu avô para se casar com ela:

E aí no dia dessa reza do Divino que era gente demais, aí do outro lado. Todo mundo vinha pra essa reza parecia um comício, e aí todo mundo

vinha pro festejo aí. E aí nessa reza lá que o esquisito apareceu lá. [...] E aí o meu avô mais a mamãe foram congelar isso, e eu disse: eu não quero não. Você não quer? Você tem que querer. Você não sabe de nada, quem sabe é nós. [...] E me deu muita vontade de eu fugir e tacar no mundo e ter ido me embora, pro mundo. Não era pra mim fazer perversidade, era eu sair, porque eu não queria. Meu coração dizia pra mim [...] olha dizia: foge e vai te embora, vai caçar um lugar, numa localidade pra tu ficar. Mas aí no mesmo instante, eu voltava atrás, porque no outro tempo, os pais quando uma filha fugia, fazia era jogar praga, e a coisa que eu tinha mais medo na minha vida, era de praga jogada por pai. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Para Dona Raimunda, era preferível suportar a ideia de se casar com o “esquisito” Raimundo, desconhecido e escolhido por sua mãe e o avô, a fugir e ser rejeitada e praguejada por eles. A vontade do grupo, a pressão social, religiosa e mística se impôs, e ela não fugiu, se submeteu ao arranjo que, depois da morte precoce do pai, coube à mãe e ao avô. Quando perguntamos a Dona Raimunda durante a entrevista sobre o que seria o avô e a mãe terem ‘congelado’ o casamento arrumado para ela, Dona Raimunda nos explicou o ‘congelamento’ como uma ideia imposta, determinada pelos dois membros das famílias.

Esse tipo de estratégia, para Thompson (1998) visava manter o controle das relações sexuais dentro da comunidade, limitando a liberdade individual e mantendo as mulheres em particular subordinadas aos homens. Ele sugere que essa prática era mais comum nas sociedades em que a propriedade e a herança eram importantes e que esses casamentos eram uma maneira de garantir que a propriedade permanecesse nas mãos de poucas famílias poderosas.

Contudo, no caso em questão, não se trataria de heranças ou poder entre as famílias, compreendendo que Raimundo e Dona Raimunda vinham ambos de famílias sem grandes poderes aquisitivos. Mas, como Raimundo, tinha uma pequena terra, acabava que o vínculo entre os dois troncos familiares pelo casamento poderia aumentar a segurança da família, recentemente vítima da violência que fora o assassinato de seu pai. Contudo, salta aos olhos que, neste contexto, o casamento era uma forma de manutenção do controle sexual dela enquanto mulher, jovem e solteira:

[...] eu julgo a falta do meu pai, porque se fosse ele, se tivesse meu pai, o meu pai não ia me obrigar eu ir casar com quem eu não quero [...] porque eu era novinha. E aí eles diziam que eu tinha que casar com ele porque tinha um outro rapaz, e nós tinha uns bate-papo de vez enquanto, mas eu

não tinha o interesse de casamento não, de jeito nenhum porque eu era nova. [...] Dizendo que ia, e eu não queria casar com ele, e eles tinham medo de eu ir ficar solteira com o rapaz lá. [...] ele nunca me falou o assunto de nada, de nada porque no outro tempo os homens tinham respeito rapaz [...] olha os namorados que eu namorei antes dele, olha os rapaz que eu namorei com eles, que eu dançava a festa com eles, nunca disse uma pequena piléira pra mim de maneira nenhuma, de jeito nenhum. [...] Aí pra gente casar com uma pessoa que a gente não tem amizade, não tem nada minha filha? Nam (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

A falta do pai, que em termos sociais significava proteção e segurança reprodutiva, e a existência de namoros e de um outro pretendente, que pelo visto não se encaixava nos valores defendidos pelos responsáveis por ela, levaram a uma decisão que a desagradou e teve repercussões estruturais em sua vida. Ela narra os eventos que marcaram o seu casamento com um descontentamento visível, uma nuance que se remete às críticas aos casamentos arranjados feitas por Thompson (1998). Este autor argumenta que os casamentos arranjados eram uma forma de opressão e controle social que limitava a liberdade e a felicidade individual, especialmente para as mulheres, em contraste com a afirmação do grupo. Essa afirmação encontra lastro nas falas de Dona Raimunda:

Nam, eu não tô te falando que foi meu avô mais a mamãe que inventaram de, de me casar com ele. No outro tempo [...] olha, o negócio era duro, olha, os pais é que arrumava os casamentos pras filhas, tinha delas que ia ver o noivo pra casar, no dia do casamento. Se topava bom, é bom. Mas se topava ruim, minha fia, ia comer amargura (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

A narrativa de desconformidade de Dona Raimunda mostra um aspecto da vida das mulheres camponesas na década de 1960 na região, quando não possuíam o direito de escolha ao esposo. Havia uma pressão reprodutiva sobre o corpo das mulheres, era preciso gerar a nova geração, mas era preciso fazer isso dentro dos padrões morais. Portanto, arrumar marido, algo que em meio a população pequena e movente entre as áreas de fronteiras nas quais ela cresceu, poderia significar um esforço familiar, além do fato que este marido deveria ter certos atributos morais e econômicos que o encaixavam na expectativa dos responsáveis. No contexto em que estavam, o avô e a mãe de Dona Raimunda optaram por um homem mais velho, com 30 anos, talvez reportado como assentado na vida. Mas, como afirma Dona Raimunda, esse era um jogo perigoso, pois “se

topava bom, é bom, mas se topava ruim (...) ia comer amargura” já que a separação era algo impraticável.

Interessante notar que, historicamente, “a Igreja, especialmente os jesuítas, defendia a independência dos filhos na decisão do casamento.” (Levy, 2009, p. 04). Quando isso não acontecia, era comum ouvir histórias de fuga. Dona Raimunda contou que pensou em fugir, e essa era uma possibilidade conforme estudos sobre práticas de casamento entre camponeses (Meneses, 2006). Contudo, ela não encontrou os meios. Será que o rapaz “com que estava conversando” não se habilitou? Ela não conta, apenas afirma que acabou por aceitar os rituais realizados socialmente e religiosamente. Dona Raimunda se casou no ano de 1960, aos seus 15 anos de idade, na igreja matriz de São Pedro de Alcântara em Carolina no Maranhão.

A foto a seguir, trata-se da igreja onde o casamento de Dona Raimunda foi realizado contra sua vontade com Raimundo, ilustra a imposição das tradições e pressões sociais, destacando o contraste entre a solenidade do local e o conflito interno vivido por Dona Raimunda.

**Figura 11** - Igreja Matriz de São Pedro de Alcântara - Carolina, MA – Década de 1960.



Fonte: IBGE

Apesar de morarem na Comunidade Gleba Tauá, Dona Raimunda teve que viajar a Carolina para se casar já que era um desejo da mãe que ela se casasse naquela igreja. O casamento arrumado para Dona Raimunda foi realizado apenas com a presença de alguns poucos familiares e de testemunhas. Ela não teve desejo de vestir vestido branco e não quis que fizessem festa, não fazia questão da tradicionalidade do ritual. Os sonhos habituais de uma noiva, não eram os de sua vontade:

Não, eu não casei de vestido branco não, porque meu coração não pedia pra mim me casar com aquele inseto, meu coração me dizia que não ia dar certo, não ia dar certo pra mim de jeito nenhum. A coisa mais ruim do mundo, é a gente casar contra gosto pra fazer gosto pros outros, e naquele tempo os pais é quem ia arrumar o casamento véi pra pessoa que a gente nunca tinha tido palestra nenhuma nam. [...] Muitos ia ver, minha filha, o tal de noivo pra casar no dia do casamento. [...] não, não foi convidado daqui pra ir não, as testemunhas foi de lá mesmo. [...] E aí o pessoal que vieram foi no dia da chegada, que chegamos aí, lá no rebogento<sup>7</sup>. Aí queriam fazer uma festa, eu só olhei e disse não, ninguém não vai fazer festa. Por mim não é pra ninguém fazer festa de jeito nenhum que eu não quero [...] mas rapaz! Olha aí o que foi que eu senti de felicidade na minha vida? Só inferno (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Associado às práticas conservadoras e patriarcais, contra a qual ela se insurge na juventude (mesmo tendo, ao final, se subjugado à vontade da família) e narrativamente, na velhice, as palavras e expressões (“inseto,” “coisa mais ruim do mundo,” “o casamento véi,” “ver o tal noivo para casar no dia do casamento,” “só inferno” etc.) são usadas para descrever e avaliar a experiência dela e do costume do casamento. Elas indicam que essa experiência foi fundamental para ela construir sua percepção sobre opressão e a necessidade de se alcançar o direito das mulheres, à voz e a decisão sobre sua vida e seu corpo. Se a jovem Raimunda, com 15 anos de idade, não pode resistir ao casamento com Raimundo e fugir, ela se insurgiu ao não querer usar branco, a não querer festa e a não querer demonstrar uma felicidade que não existia, Hoje ela faz uso da narrativa para contrapor àquele costume e ao lugar da mulher nas sociedades camponesas.

---

<sup>7</sup> Rebogento é conhecido como um dos locais da comunidade, mais afastado do conglomerado do grupo, próximo a um riacho onde Dona Antônia, irmã de Dona Raimunda mora.

Embora fosse mais velho, Raimundo não havia tido um casamento ou outra mulher anteriormente. Dona Raimunda seria sua primeira esposa. A diferença de idade era desproporcional. De acordo com Levy (2009, p. 04), “os casamentos desiguais quanto à idade eram usuais [...] essa situação também ensejava desconfiança no que diz respeito ao dote [...] Mas, como a escolha era dos pais [...]” ou responsáveis.

Dona Raimunda perpassou, novamente, por uma de suas experiências mais difíceis da vida, o casamento a ‘contragosto’. Com a perda do pai, muitas coisas mudariam em sua vida, dentre elas o sacrifício do casamento contra sua vontade aos 15 anos de idade:

Não, nós não se gostava não. Porque foi na época que meu pai morreu e aí minha mãe mais meu avô, foi quem ajeitaram aquele casamento que minha natureza nunca pediu, pra mim casar com ele. Eu era novinha véa, eu não tinha interesse de casar, eu tinha vontade era de estudar (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Essa iniciação forçada à vida adulta, começou muito cedo para Dona Raimunda. Além de ser um homem mais velho, e que talvez a família visse nele a expectativa de assumir a “chefia” da família e o cuidado das mulheres e crianças, também pesava o fato de as duas famílias terem vindo do mesmo lugar do Maranhão. Raimundo também havia vindo do Vão no interior do Maranhão, para a Gleba Tauá: “[...] Ele era de lá, mas vim conhecer ele aqui. Eu tinha, naquela época, eu tinha uns (pausa) tava dentro dos quatorze anos. Ele tinha era trinta. Tinha idade de ser era meu pai”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Raimundo morava com a avó na Gleba Tauá e assim como a família de Dona Raimunda, também haviam migrado do Vão para a comunidade. De acordo com Dona Raimunda, Raimundo teria sido criado pela avó, a mãe havia falecido no parto. Ele morava a longa distância de onde ela morava e sua família o conheceu quando ele apareceu acompanhando um primo que cantava nas Folias de Reis e nas festas do Divino Espírito Santo. Foi em uma dessas ocasiões que o conheceram:

[...] ele morava mais a avó dele lá do outro lado do Tauá acolá [...] um primo dele era cantador de Reis, cantador de Divino, cantava Reis, cantava Divino pra todo mundo que tinha promessa com Reis, com santo [...] aí eles iam, e iam atrás deles pra cantar Divino e Reis, aí foi que nós se conhecemos, eles cantando Reis, cantando Divino pro pessoal vizinho (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

O envolvimento com as festas religiosas tão valorizadas pela família de Dona Raimunda também pode ter sido um elemento que o favoreceu na escolha da mãe e do avô. Compreender e elencar social e historicamente as razões para o casamento “arrumado” não significa, de um ponto de vista deste trabalho, aceitá-las ou justificá-las. Dona Raimunda não teve tempo para viver a adolescência, conhecer outras pessoas e se apaixonar para casar-se ou não se casar. Menina ‘moça’ dentro de casa, Dona Raimunda não imaginava que seria obrigada a se casar com um desconhecido, ainda tão nova: “Nesse período eu não sabia nem quem diacho era ele não”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Um dos elementos mais repetidos na narrativa de Dona Raimunda é o fato de que ela não teve tempo de conhecê-lo, e do fato de ter-se casado com um completo desconhecido. De um modo geral, as falas de Dona Raimunda sobre o casamento arrumado, traz um tom de indignação. Transparece revolta, dessoro, descontentamento, transparece a avaliação que ao longo da vida ela construiu sobre essa experiência: “ele fez casamento, mas eu não.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Ou seja, ele se casou com ela, mas ela nunca se casou com ele.

**Figura 12** - Dona Raimunda e o ex-esposo Raimundo.



Fonte: Arquivo pessoal de Dona Raimunda.

A fotografia dos anos iniciais do casamento, a única que resta de Raimundo, mostra os recém-casados e o tom sério do momento. Na verdade, em sociedades camponesas, como mostra José de Sousa Martins (2000), fotografias eram raras e se revertiam de um caráter ritualístico e significavam memória. Era comum tirar poucas fotos durante a vida, as fotos eram comuns na infância, no casamento e no velório. Contudo, a narrativa de Dona Raimunda traz outras camadas para essa fotografia e para sua expressão fechada, quase amuada. Ela não queria estar ali, se mostrando casada, e menos ainda casada com “esse tal de marido”.

Quando se casou com Raimundo, Dona Raimunda foi morar com ele em uma área desocupada da comunidade Tauá, onde ainda não havia pessoas habitando. Dona Raimunda, que assumiu, então, aos 15 anos, a vida de mulher casada (embora fosse uma menina, se pensarmos com os padrões de hoje), passou então a cuidar da casa, da roça e dos filhos; dos doze filhos: “Olha, a gente plantava arroz, plantava mandioca, plantava feijão, plantava fava, plantava abóbora, plantava algodão pra mim fiá e fazer as redes pra deitar o marido, e os filhos”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Todo esse trabalho significou sua entrada na esfera do trabalho reprodutivo familiar e comunitário.

Todo mundo criava os bichos era tudo misturado, junto aí olha, se juntava aí os morador, quando ia caçar os seus que não achava, e ia na casa do outro vizinho, fulano tu viu os meus bichos? Os seus bichos tá junto com os meus lá na cabeceira, tá ali, acolá. Era assim [...] quando a gente botava a roça de quatro ou cinco linha de chão, aí a gente tinha contato com os vizinhos que arrumava e vinham trabalhar mais a gente, a gente ia trabalhar mais eles trocando os serviço, e aí todo mundo era unido. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Além das festas religiosas, que foram descritas no capítulo anterior, e que ela faz até os dias de hoje, e que mantem uma função simbólica e reprodutiva ao reafirmar a identidade comunitária, havia ainda os mutirões nas roças, as visitas aos parentes, as farinhadas etc.

Dona Raimunda, demonstra que sempre foi uma mulher “bem resolvida” e o que Raimundo não fazia como responsável pela família, ela mesma resolvia sem esperar que ele o fizesse. Nesta relação em cuidar da casa, da roça e das crianças, Dona Raimunda conta que o marido não se preocupava em registrar os filhos e decidir junto com ela o nome que cada um teria. Por isso ela sozinha escolheu o nome de cada um e registrou filho por filho, um a um sem o nome do pai nos registros. Todos os filhos foram registrados apenas em seu nome: “[...] Ele nem sabia da idade dos fi, não sabia”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Podemos compreender que essa postura foi construída ao longo dos anos, a medida em que Dona Raimunda se via obrigatoriamente assumindo grandes tarefas intrafamiliares, na ausência do marido em assumir a divisão das responsabilidades com ela e com os filhos.

A vida das mulheres camponesas na década de 1960 no Tocantins era marcada por dificuldades comuns que moldavam suas rotinas e papéis sociais, como demonstra a vida de Dona Raimunda na Gleba Tauá, mas também a de Dona França na Ilha de São José, que se apresenta no estudo de Josiel Ferreira dos Santos (2024). Ele reporta que Dona França lá na ilha, era subordinada ao trabalho doméstico, da roça e ao cuidado com o núcleo familiar, enquanto o marido também não assumia os filhos nem para o registro em cartório. Vemos que não há muita diferença do que viveu Dona Raimunda em sua comunidade.

No período de 1960, a sociedade da época foi assinalada por profundas desigualdades de gênero. Podemos refletir aqui sobre a vida de duas mulheres, Dona Raimunda e Dona França, em contextos parecidos de suas experiências

como mulheres rurais. Mulheres que tinham pouco ou nenhum poder de decisão e eram frequentemente marginalizadas pelos padrões sociais e familiares. Essa falta de voz e de direitos tornavam suas vidas ainda mais difíceis.

Podemos observar a partir desta análise, que existe uma experiência das mulheres rurais dessa época que é comum. Trata-se aqui, de uma mesma geração de mulheres rurais, que vivenciaram os diversos aspectos das desigualdades de gênero, em localidades diferentes do Tocantins. As semelhanças se evidenciam em suas experiências de vida, sobre o que elas enfrentaram com os companheiros, a lida com os filhos e a luta pela sobrevivência na terra em um contexto de desigualdade e marginalização.

Conforme Del Priori (2004), a vida das mulheres entre as décadas de 50 e 60, era moldada por uma sociedade profundamente conservadora. Dentro de uma estrutura familiar, as mulheres eram vistas predominantemente como as que tinham a finalidade apenas para os serviços domésticos, serem esposas e mães, com suas identidades e valores atrelados ao sucesso no cumprimento dessas funções. E dentro desta estrutura, Dona Raimunda foi sendo moldada às normas estritas de comportamento.

As concepções de casamento que Dona Raimunda conhecia era de que as mulheres precisavam manter o casamento a qualquer custo, ainda que fosse um casamento arrumado como o seu. Cuidar dos filhos, da casa e da lavoura também eram tarefas da mulher. Dessa forma, fazia todos esses afazeres e trabalhava na plantação de diversos alimentos e do cuidado com a roça.

As tarefas reprodutivas, em um universo camponês como o que ela vivenciava, se mesclavam com a esfera produtiva e eram compartilhadas por todos, adultos e crianças. Ela entrava, assim, no universo das mulheres adultas da comunidade. O casamento e a maternidade são momento de passagem, de entrada em mundos e grupos novos.

Dona Raimunda tornou-se mãe pela primeira vez aos 16 anos de idade. Os filhos foram chegando e formando a família de Dona Raimunda, que aos 78 anos de idade, se lembra do nome e da ordem de nascimento de todos e todas: Zelina, Eurides, Valdemar, Deusimar, Lorival, Anailza, Lorivan, Anaídes, Angelina, Edvan e Edilma. Quase todos nasceram da mesma forma em que Dona Raimunda nasceu, com exceção de Edvan que nasceu no Serviço Especial de Saúde Pública

(SESP) de Carolina-MA e Edilma que nasceu na Maternidade Dom Orione em Araguaína-TO. Os demais nasceram em casa pelas mãos de uma parteira.

Dona Eva era a parteira da comunidade Tauá e “pegava” todas as crianças da região. Dona Raimunda na contagem dos filhos e filhas deixa de citar o nome do décimo segundo porque ele morreu ainda em sua barriga. Teve doze filhos, mas Raimundo não os reconhecia. “Ele dizia que os filhos não era nem um filho dele, quando eu dizia que estava gestante, ele dizia que era de meus camaradas não dele.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda afirma, que não “conheceu” nenhum outro homem, referindo-se a não ter tido nenhum tipo de relação sexual com nenhum outro homem antes de se casar com Raimundo. A menina que logo se tornou dona de casa, teve poucas oportunidades de conhecer outros rapazes. Ela traz em sua fala a tranquilidade que as moças de sua época tinham em não pensar tanto em namoro, especialmente quando mais jovens: “De jeito nenhum, menino, na minha época as moça ficava moçona aí, e não tinha influência de namoro disso não, nam de jeito nenhum”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Ao abordar a relação entre Dona Raimunda e Raimundo, ela reafirma que “eles não viviam bem” relembrando os maus tratos do marido.

[...] ele me jurava, mas eu não tinha medo dele de jeito nenhum, meu pai nunca me deu um tapa, de jeito nenhum. Por que é que eu vou apanhar? Me diz por que que eu vou apanhar? Eu dizia pra ele, o que é que eu te devo para mim merecer? Eu digo, tu pode me bater eu não digo que tu não me bate não, tu pode me bater, mas tu bate em uma mulher, tu só bate uma vez, mas duas tu não bate. E se eu não puder te matar a peito, eu posso te matar nem que seja tu dormindo, eu te passo o cacete, te mato, quer ver? tu experimenta. Menino, eu pensava o que que eu pensava, mas nunca tive medo dele de jeito nenhum (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Esse tipo de construção discursiva está muito presente na narrativa de Dona Raimunda, na qual Raimundo aparece de forma agressiva da qual sempre era confrontando por ela, já que ela assumia toda a responsabilidade pelos membros do grupo familiar. Dona Raimunda narra que reclamava à mãe e ao avô sobre o

marido, mas que os mais velhos da família aconselhavam ela dizendo para ter paciência e esperar que ele mudasse.

[...] minha mãe e meu avô, dizia olha, a lição de moral que nós vai dá nele, ele vai consertar, e eu digo: conserta quem é errado? O pau que nasce torto, ele morre torto e não tem jeito. Aí diziam: nam mas tem que experimentar, tem que experimentar, se ele muda. Tá rum! Mudou pra cada vez pior (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Na década de 60 e perpassando para a década de 70, a sociedade era predominantemente patriarcal, com expectativas rígidas sobre o papel das mulheres no casamento e na família. Talvez só um pouco diferente de hoje. O casamento era muitas vezes visto como uma instituição indissolúvel. Del Priori (2004) diz que a violência doméstica era frequentemente considerada um assunto privado, a ser resolvido dentro de casa. Muitas mulheres enfrentavam pressão social para manter o casamento, independentemente das circunstâncias.

Para além da contrariedade que vivenciou do não assumir os filhos em registro e de não ter os cuidados e a responsabilidade da divisão de tarefas com ela, Dona Raimunda conta que Raimundo ameaçava agredi-la inúmeras vezes durante o período dos 21 anos que ficaram juntos. Ela suportara muitas das fases difíceis da convivência, por causa dos filhos e dos conselhos da mãe, para manter o casamento. Ainda que não aguentasse calada e o enfrentasse nos momentos de violência:

[...] todo dia ele brigava comigo porque eu tinha duas meninas e a roça era distante, e aí todo dia ele brigava, e eu não sabia brigar, e ele brigava sozinho e eu ia era chorar feito besta [...] porque queria que eu fosse capinar a roça mais ele, e eu com duas menina pequenas pra olhar. Como era que eu ia? Aí um dia, ele caminhou em cima de mim pra me partir com um facão, eu digo desce o facão se tu for macho, filho de macho com fêmea, tu me desce o facão em mim. Aí tinha um pedaço de pau assim na encosta da porta, da porteira, assim, aí eu fui peguei o pedaço de pau, eu digo: parte de facão se tu quiser me partir, parte. Mais uma brecha eu vou te abrir bem aí, que só se for o diabo que vai tampar a brecha que eu fizer bem aí em tu. Olha, o sujeito, meu amigo, quando não pode com o pote não pega na rodia. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda narra que viveu tempos muito difíceis ao lado de Raimundo durante essa época. Na década de sessenta, o Tocantins fazia parte do estado de

Goiás, e a infraestrutura rural era bastante precária. A vida no campo exigia de Dona Raimunda um trabalho árduo e constante, assim como outras mulheres, vivia dividindo seu tempo entre as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e o auxílio nas atividades da roça. O isolamento geográfico contribuía para a falta de acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e também a limitava as oportunidades de lazer e socialização. Raimundo não se preocupava em levar Dona Raimunda a espaços de socialização e de cuidados mais afetuosos. Dona Raimunda diz que ele não lhe dava roupa, não lhe dava calçado, e não queria que ela cortasse o cabelo. E ela, “dona de si”, não se rendia ao marido:

e eu vestia uma roupa e labutava com aquela roupa, quando era de tarde que eu ia tomar banho e trocar de roupa, ele dizia: Ah, pra onde é que tu vai? eu digo eu não sei, tu sabe pra onde é que eu vou. É, porque está toda se alixando. Eu digo, escuta e é pra mim viver é dentro do piseiro? Tu me achou dentro da casa de minha mãe foi nojenta? Chibunga? Nojenta? Vestindo uma roupa só até quando ela rasgue? É pra tirar os mulambo e vestir outro? Se tu tem esses costume eu não tenho não meu amigo. E eu não vou viver feito uma mendiga não. Se eu ia, passava era dias, o cabelo era muito como tu vê aí nessa foto. E aí era muito [...] que cansava meus braços pra mim pentear. Aí meti a tesoura, cortei ele baixinho como cabelo de homem. Ah menina... botou valente pra mim. Rum! O cabelo é meu. Cadê? Algum dia tu comprou ao menos um pente pra mim pentear o cabelo? Tu comprou ao menos um grampo pra mim segurar ele? O cabelo é meu. Eu faço dele é o que eu quiser. [...] Olha, ele nunca a boca dele abriu, convidavam ele pra uma missa, pra reza, pra festa. Tu pensa que algum dia a boca dele abriu pra ele me chamar? Pra ele dizer assim, Raimunda tu arruma pra nós ir lá, em tal parte, assim, assim. Ou na casa de fulano assistir uma reunião lá. Nam, nunca! (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023

Raimundo comportava elementos de sobra em seu temperamento para com Dona Raimunda que justificassem sua decisão de romper o casamento. O que para as mulheres da década de 70 era um desafio social muito grande, para Dona Raimunda vinha a ser a solução após anos vivendo “o inferno”. Del Priori (2004) mostra que:

O desquite, a única possibilidade de separação oficial dos casais nos anos 50, não dissolvia os vínculos conjugais e não permitia novos casamentos. As mulheres desquitadas ou as que viviam concubinas com um homem desquitado sofriam com os preconceitos da sociedade. Frequentemente eram consideradas má influência para as bem casadas, recebiam a pecha de liberadas e ficavam mais sujeitas ao assédio desrespeitoso dos homens. (Del Priori, 2004, p. 532).

Para a mulher que decidia se separar de um homem violento no período em que Dona Raimunda decidiu se separar de Raimundo, era desafiador. A decisão era frequentemente acompanhada de medo e incerteza. Separar-se de um homem violento como Raimundo era uma jornada difícil e perigosa, repleta de obstáculos sociais, legais e emocionais. Todavia, Dona Raimunda não se rendeu às adversidades e decidiu separar-se em meados de 1980.

Com um ar de indignação perceptível em uma das entrevistas, Dona Raimunda narra o que foi a “gota d’água” para colocar um ponto final no casamento de 21 anos:

Um dia de tardezinha em casa, os tambor tavam seco e eu ajeitei pra ir no brejo buscar a água pra não faltar pra fazer dicumê e lavar os trem. Ajeitei e fui com um tambor na cabeça, nisso ele tinha saído na minha frente dizendo que ia matar uns pato, que tinha muito pato brabo comendo lá na roça. E eu carregando água, busquei um caminho d’água e fui de novo, antes dos meninos chegarem da escola. E caminhei pro brejo de novo, aí escutei um chiado no rumo duma moita perto da ribanceira [...] ele foi se escondeu lá. Quando ele me enxergou eu ia descendo pra apanhar a água, ele foi e saiu fora da moita, e aí já cuidou. Aí já arregaçou a espingarda véa que ficou um palmo de boca assim olha, a espoleta amarelinha no vidro na espingarda, quando eu vi ele pisou pra sair de detrás da moita pra fazer a pontaria em mim, ele pisou num monte de folha seca. Aqui tinha um roçado, estava seco [...] e aí... olha, quando eu escutei correr na folha seca, ele estava com o dedo no gatilho já pra me atirar na traição [...] aí olha a vista deu nele lá. Aí ele quis se esconder, mas não pode mais. Aí não, aí eu não dei manchete não, fiz de conta que não vi. Desci minha estrada. Fiz de conta que não tava vendo ele. Disse só comigo: E é pra me matar? Se for me matar, tu mata uma mulher. E eu ir fazer alarme? Eu não vou. Fazia alarme pra quê? Os menino tava pro colégio. Não tinha por quem gritar. Aí fui embora na minha viagem, e ele lá. Caminhei até não enxergar ele mais, eu passava o rabo do olho porque quando ele fosse puxar o gatilho eu caia e o tiro passava por cima, mas ele não atirou. Cheguei em casa e de noite ele chegou, topemos em casa, mas eu não disse nada. Peguei minha rede fui armar lá no quarto das menina lá. Aí no outro dia os meninos foram todos pro colégio. Aí botei uma cadeira lá e botei outra aqui, e aí disse: bora, senta aqui, vamos conversar. Aí me passei pra ele: Porque era que ontem tu saiu daqui dizendo que ia lá pra roça matar pato, e tu estava lá na beira da balsinha com aquela espingarda arregaçada pra mim? O que foi que eu te fiz? O que é que eu te devo? Me diz mesmo o que que eu te devo pra tu andar botando espingarda em mim? ‘Ah que não foi eu não. Não era eu não’. O que? Não era tu? E quem era rapaz? Será possível que eu vivo mais tu e não sei quem tu é? Eu comecei morar mais tu foi de ontem pra hoje? E eu não sei quem é tu? Eu digo, e eu quero saber é o significado que tu andar me botando tocaia! Porque olha até os falso que tu me levantava de me dar camarada, de dizer que os filho não é teu, eu vinha relevando. Mas esse agora, de tu ir botar tocaia lá no caminho da fonte? Tu sair dizendo que ia matar pato, e aí tu vai lá pra beira da fonte lá. Eu sou o pato? Eu virei pato pra tu ir atirar em mim? Eu não te devo nem favor, porque nem favor tu nunca me faz. Que dirá outra coisa. E tu tá endiabado, e você vai viver sua vida meu amigo, que a minha vida eu já destinei. Você vai viver

a sua, e eu vou viver a minha. Tu quer a tua vida? E eu que não quero a minha? E está acabado. Hoje não tem mais marido e mulher mais não. De hoje em diante não tem mais. Eu aguentei até hoje. Tu nunca te consertou, é de mal a pior, pra tu me botar tocaia na beira de fonte [...] pois tu vai acompanhar teu diabo pra lá, os capeta que tá montado em tua cacunda, e eu tô pra cá dos capeta. Mais eu tu não mora mais não. E aí ele arrumou os quase nada e foi embora. Dividimos a terra no meio, aí ele vendeu aí e foi pro outro lado do rio pra lá. Ainda caminhou um ano ainda atrás de mim. Não vem que não tem, meu filho. [...] tu fez casamento, quem não fez casamento foi eu [...] porque felicidade na minha vida, enquanto eu tive mais ele, nunca tive felicidade na vida. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 30 de março de 2023).

Desde então, Dona Raimunda acatou a conduta moral de uma mulher separada, sem baixar a cabeça em uma sociedade preconceituosa e com os estigmas patriarcais vigilantes que lhe cercavam. Dona Raimunda criou os onze filhos na Gleba Tauá, junto aos seus familiares e na constante luta de cuidar da casa, da roça, dos bichos e da própria vida.

Poucos anos após a separação, Dona Raimunda soube do falecimento de Raimundo: “Aí pouco tempo que nós separamos, ele faleceu. É tão qual, que quando ele morreu eu não senti nada por ele”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Dona Raimunda carrega consigo uma gama complexa de ressentimentos, que sugere terem sido moldados por um contexto social e cultural daquele período, mas que parecem reforçados e encarnados na figura de Raimundo, até os dias de hoje.

## CAPÍTULO 4 – “AÍ FOI QUE ENTROU A PERSEGUIÇÃO”: A CHEGADA DOS “SOJEROS” E DO CONFLITO PELO TERRITÓRIO

*“Nós viemos até 77 que foi uma vida livre [...] um tempo bom, porque nós, não tinha perseguição de ninguém [...] uma vida que a gente nunca pensava, nunca imaginava que esse pessoal, ia entrar aqui e invadir.”*

(Dona Raimunda da Gleba Tauá)

Dona Raimunda, tendo chegado à comunidade aos seus 7 anos de idade, perpassou por diversas vivências que marcaram sua formação: a perda do pai, a memória da vida como camponeses sem terra no Maranhão, o casamento e o desquite, e a chegada dos sojicultores na região. A separação de Raimundo em meados de 1970, ao contrário do que ela imaginava, levou a uma vida de sossego e fartura. Logo começaram os grandes desafios que marcam esta última fase de sua vida.

Por mais que ela marque o tempo do casamento como, uma fase difícil na sua vida, parece que a invasão do território marcou o início de algo mais duro. Ela afirma que: “nós viemos até 77 que foi uma vida livre [...] um tempo bom, porque nós, não tinha perseguição de ninguém [...]” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Nesta fase, a matriarca da Comunidade Gleba Tauá, nos mostra que o lugar onde viveu todos esses anos é muito mais do que um conjunto de terras ou casas; é território de vida, deixando transparecer ainda que este espaço é um território sagrado, um local carregado de histórias e memórias. O território, de uma categoria teórica da geografia e antropologia (Haesbaert; Bruce, 2002), tornou-se uma categoria política acionada por movimentos sociais, comunidades e lideranças, como Dona Raimunda.

Neste sentido, ao evocar a ‘vida livre’ que existia no território, ela se refere aos modos de vida comunitário, sem limitações, sem cercas, rodeada por paisagens naturais, florestas, montanhas, veredas e rios, que proporcionavam liberdade e bem-estar. Essa vida livre se remete a seu oposto, a vida presa, como a de seus pais enquanto camponeses sem terra e a que ela mesma passa a viver no território depois da invasão da soja.

Podemos evidenciar por meio das narrativas de Dona Raimunda, que quando ela se reporta a esse lugar, ela nos apresenta um conjunto de memórias que vão entre as lembranças individuais e fragmentadas que ela possui, à aquelas que se cristalizam em torno dos eventos ou de suas narrativas específicas, e ganham um significado vindo também de suas vivências no coletivo e simbólico dentro da comunidade. É o que Stern (2000) irá chamar de memórias soltas e memórias emblemáticas, em uma análise profunda sobre a complexidade da memória em contextos de conflitos, mostrando como memórias soltas e emblemáticas interagem, competem e influenciam a formação da identidade coletiva e das narrativas históricas.

Cada pedaço de terra, cada árvore e cada rio têm um significado profundo, representando a conexão entre o passado, o presente e o futuro para Dona Raimunda. Desta forma, ela demonstra que o lugar visto por ela como espaço de vida, passou a ser o lugar em que “os catarinenses acabaram com tudo”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Antes de discorrermos aqui, como tem se dado a tentativa de apropriação da família Binotto em confronto com as famílias da comunidade Gleba Tauá, é importante ressaltarmos que a forma de conhecer o território articulada por Dona Raimunda se aproxima do “bem viver.” Uma construção que se conceitua e que emerge a partir dos diferentes povos indígenas na América Latina, especialmente os povos Guarani habitantes nos territórios do Brasil, Bolívia, Argentina, Chile, Paraguai, Equador e Peru como explica Wahren (2016) em seu trabalho de análise sobre a noção de natureza entorno dos conceitos de “desenvolvimento” e “bem viver.”

A imagem a seguir mostra Dona Raimunda no córrego onde busca água para beber e cozinhar. Imersa na serenidade do verde, ela encontra na natureza o lar que nutre seu modo de vida e que sustenta suas tradições.

**Figura 13** – Dona Raimunda em sua “fonte” - Comunidade Gleba Tauá.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023).

O olhar de Dona Raimunda está voltado para a vida em relação íntima com a natureza no território, e que ela categoriza como sossego; e que se apresenta não apenas como espaços compartilhados de moradia, mas dos costumes e dos saberes políticos e das resistências que também foram se consolidando com o passar do tempo. Diante desta epistemologia, podemos afirmar que:

Ambos conceitos implicam uma forma específica de relacionamento entre os seres humanos e a Natureza que, ademais, demarcam processos de disputa simbólica e também material (econômica, política e territorial) entorno dos usos e sentidos outorgados por diversos atores - Estados nacionais, empresas transnacionais, povos indígenas, comunidades camponesas, entre outros - a Natureza; a qual é denominada - segundo os diferentes usos e sentidos - como “recursos naturais”, “bens comuns” e/o “Mãe Terra” (Pachamama). Em síntese, apresentamos o “Desenvolvimento” e o “Bem Viver” como noções diferenciadas entorno de projetos civilizatórios que sustentam modos contrapostos (e em disputa) sobre como se relacionar com a Natureza sustentada em diferentes formações sociais; num esquema onde o “Desenvolvimento” aparece como noção hegemônica e o “Bem Viver” como potencial conceito contra-hegemônico para repensar os modelos civilizatórios e a relação da humanidade com a Natureza (Wahren, 2016, p. 07).

Esse tipo de relacionamento com a natureza, que vê o território como um lugar de vida e liberdade, e que sustenta a sua luta pelo direito à terra em que ela vive a mais de cinquenta anos, é ameaçado pelo relacionamento com a natureza que o conceito de desenvolvimento traz.

A Comunidade Tauá se organizava como uma terra comum, de sossego e fartura. Como ela define a Comunidade: “[...] isso aqui era geraizão aí [...] é porque não era de dono, como ainda hoje, a terra aí não é de dono.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022). Com a chegada da monocultura da soja em 1992, territorializa-se o “desassossego” (Santos, 2024) com o início dos conflitos e as várias violações de direitos. A Comissão Pastoral da Terra (2023), entende por conflitos as manifestações de resistência e os confrontos que se desdobram nos variados cenários sociais no campo, envolvendo a luta pela terra, pelos recursos hídricos, pelos direitos e pelas condições de trabalho ou de produção. Desta forma, embora a Gleba Tauá pareça se tratar de uma “briga” localizada, os inúmeros registros de violações de direitos configuram um excedente nos registros relatados, demonstrando uma “briga” geral pelo espaço-território. Esses saberes e práticas de uma política da vida são acionados no enfrentamento da monocultura, representada pela figura do sojicultor Emílio Binotto e sua família.

Para aprofundarmos a apresentação deste quarto e último capítulo, detalharemos o contexto do conflito territorial, que ativa saberes políticos camponeses e, também, leva Dona Raimunda a se aproximar da Comissão Pastoral da Terra e de diversos movimentos de luta pela terra e território no Tocantins, tornando-se uma referência de enfrentamento ao projeto de destruição das vidas camponesas do Cerrado tocantinense.

Como já dissemos nos capítulos anteriores, Dona Raimunda vive em uma das comunidades camponesas mais emblemáticas (tanto do ponto de vista do modo de vida camponês como do ponto de vista das inúmeras violações de direitos que os sojicultores perpetuam na localidade) da Região Centro Norte do Tocantins, por seu longo histórico de conflitos. A Comunidade Gleba Tauá é parte do município de Barra do Ouro, localizada no estado do Tocantins, com uma área de 17.735,000 hectares de terra. A Gleba Tauá, foi delimitada, arrecadada e registrada em cartório

em nome da União em 1984 pelo Getat<sup>8</sup>. Portanto, é uma área reconhecida como terra pública da União Federal e que possui um grande valor histórico e cultural.

O território, que é formado pela vegetação de cerrado, um dos biomas mais ricos e diversificados do Brasil, abriga em sua totalidade 82 famílias que se dividem entre posseiros tradicionais (a família de Dona Raimunda que chegaram e fixaram morada na comunidade na década de 1950) e ocupantes (famílias que migraram do estado do Maranhão, vindos para o antigo Norte de Goiás, hoje atual estado do Tocantins a partir de 2012 em busca de melhores condições de vida). Vale destacar aqui que, o grupo executivo das terras do Araguaia-Tocantins fez a titulação de algumas famílias, no entanto Dona Raimunda e os filhos não foram inclusos no processo de titulação.

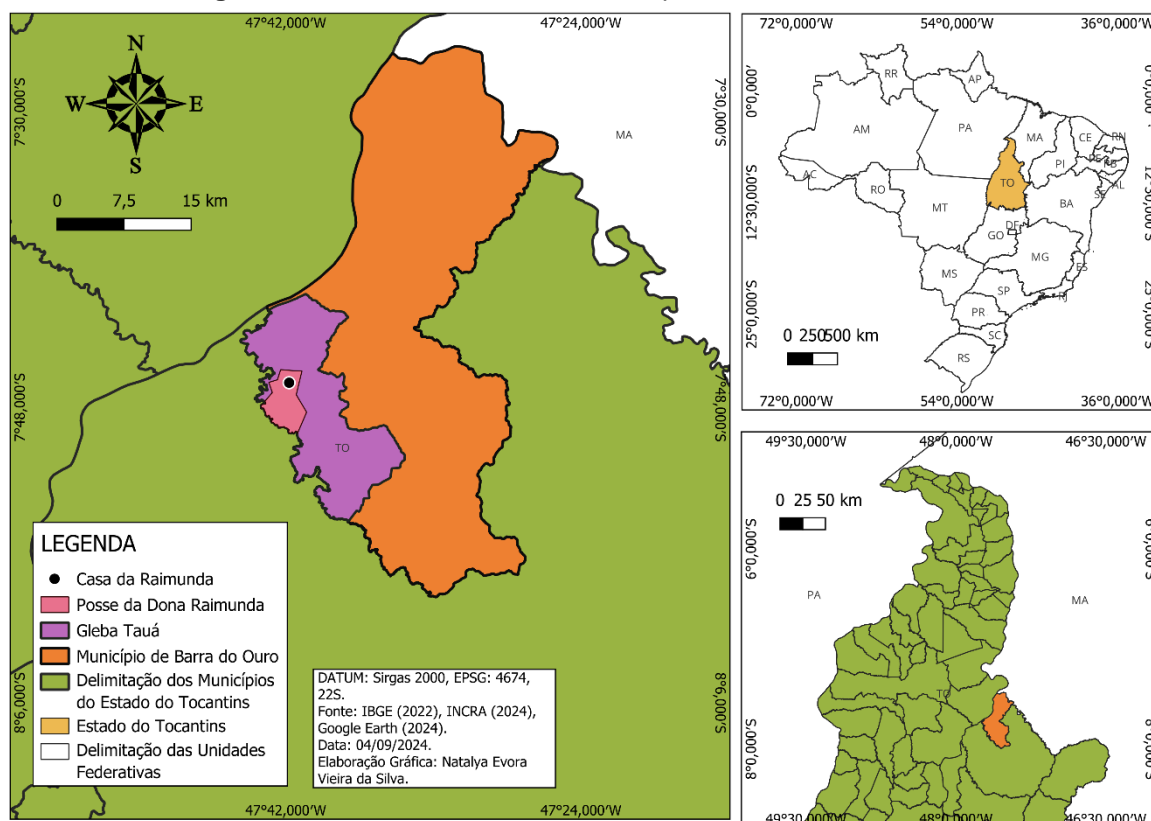
Às famílias que a Comissão Pastoral da Terra chama de ocupantes também se somaram outras da região do povoado de Morro Grande, próximo a Barra do Ouro que chegaram alguns anos depois no ano de 2012. Os ocupantes, que vivem em uma parte da comunidade reivindicam a criação do assentamento. Dona Raimunda e os filhos moram em outra parte do território que, por sua vez, é considerado tradicional devido aos seus modos de vida e por conta da luta pela regularização fundiária da área como território camponês tradicional.

É possível compreendermos o perímetro da área no mapa a seguir.

---

<sup>8</sup> Em 1971, já no contexto da Ditadura Militar, foi editado o Decreto-Lei 1164/71 que federalizou as terras da Amazônia Legal que se encontravam a 100 km das margens das rodovias federais, ou seja, transformou estas áreas em terras públicas federais. Coube aos órgãos fundiários federais delimitar, demarcar e registrar em cartórios estas terras em nome da União. Um desses órgãos foi o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat), criado por meio do Decreto-lei nº 1767 de 1980 com " a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás [que veio a se tornar posteriormente o Estado do Tocantins] e Oeste do Maranhão". Foi extinto pelo Decreto-lei nº 2328 de 1987, com o Incra herdando suas atribuições (AGUIAR *et al.*, 2021).

**Figura 14 - Gleba Tauá – Perímetro da posse de Dona Raimunda.**



Fonte: Google e Pesquisa de campo.

A parte da comunidade Tauá que Dona Raimunda mora desde 1954 é reconhecida pelo perito em Antropologia do Ministério Público Federal (MPF) do estado – Marcio Martins dos Santos (2024) como um território tradicional do Tocantins, ocupado há mais de 100 anos por famílias camponesas que migraram para a região, como mencionamos no capítulo anterior. Segundo Dona Raimunda, quando ela chegou ainda na sua infância junto com seus pais e avós em 54, muitas famílias já residiam no local. Santos (2018, p. 06), nos chama atenção para o povoamento da comunidade na década 1950:

[...] no início, a Tauá era uma comunidade bastante populosa, eram famílias extensas, que ocupavam as terras principalmente nas margens dos córregos, e por isso, de alguns córregos terem o nome dos antepassados (Cabeceira do Rosa, Cabeceira do Duque, etc.) (Santos, 2018, p. 06).

Dona Raimunda morou em diferentes espaços dentro do território, tradicionalmente essas mudanças de morada eram corriqueiras e intergeracionais; os filhos, ao se casarem, se mudavam para outros espaços, como foi o caso de

Dona Raimunda. Mas ela foi obrigada a se mudar por mais de duas vezes por circunstâncias que detalharemos a seguir.

A fotografia abaixo é da casa atual de Dona Raimunda. A imagem foi registrada em 2023.

**Figura 15** - Casa de Dona Raimunda na Comunidade Gleba Tauá.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023)

Como se pode ver, Dona Raimunda vive sem o acesso a políticas públicas básicas, como energia e água encanada; cercada por campos de soja e milho, mercadorias do capitalismo globais, cuja produção é altamente tecnológica, ela está impedida de acessar as políticas públicas, mesmo residindo no território a mais de cinquenta anos. Neste contexto, compreendemos a crítica do geógrafo Milton Santos (2011) quando argumenta sobre o processo de globalização e diz que este se torna caracterizado pela ampliação da interconexão e interdependência entre países e regiões, fazendo destes espaços desiguais e injustos.

#### 4.1 “De 77 pra cá, a vida virou remanso<sup>9</sup>”: Dona Raimunda e a luta pelo território

Dona Raimunda se refere à “vida ter virado remanso” no sentido de que até 76 viviam com tranquilidade na Gleba Tauá, tendo no ano seguinte o início de uma instabilidade, como o remanso da água em agitação de um rio.

Em 1977, Dona Raimunda, iniciava uma fase de reconstrução de sua vida após os 21 anos de um casamento malsucedido e de passar pela separação, vê a chegada no território de estranhos homens brancos (Martins, 1993). Ela e Raimundo teriam feito um acordo verbal sobre onde cada um viveria dentro da terra em que moravam. Segundo Dona Raimunda, ela e o ex-esposo teriam acordado que ela ficaria de um lado da terra e ele do outro, separados, e cada um seguiria sua vida e cuidaria do seu lado, mas Dona Raimunda foi surpreendida ao descobrir que uma pessoa chamada Antônio Beníti havia se mudado para a parte de Raimundo, e afirmava que ele havia lhe passado o direito da “parte dele”: “esse Antônio Beníti morou um ano, com um ano foi e vendeu pra ele, pra o Binotto, que aí foi que entrou a perseguição.” (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

De acordo com Dona Raimunda, com a chegada da família Binotto no território, estes chegaram e trouxeram com eles o intuito de especular a terra. Uma situação desconhecida. A comunidade não imaginava a conflituosidade que estes causariam com o passar do tempo.

Vindos de Santa Catarina, da região Sul do Brasil, os Binotto chegaram à Comunidade Gleba Tauá bem antes da separação de Dona Raimunda com Raimundo. Os Binotto chegaram ainda no ano de 1977, quando completava 25 anos que Dona Raimunda já morava na comunidade. A família catarinense com alto poder aquisitivo, chegou à região com o intuito de explorar a terra para o plantio da soja e a criação do gado de corte. Eles passaram um bom tempo conhecendo a região e pressionando os moradores, tentando convencê-los a vender as bem feitorias. Tentavam, pois, se apoderar do território.

---

<sup>9</sup> Remanso: porção mais ou menos considerável de água que, no mar ou num rio, penetra em recorte curvo do litoral ou da margem e forma uma espécie de pequena enseada tranquila (Definições de Oxford Languages).

Eles chegaram aí olha e pediram rancharia aqui [...] e aí o Fernandi Cana Braba que era genro do João Angélica deu apoio, olha [...] e aí eles se apoderaram, moraram um ano dentro de um ônibus tomando altura do pessoal. Com um ano aí, eles já se apoderaram dessa parte aqui [...] da sede do João Angélica (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

De certa forma, mesmo após a separação, Raimundo contribuiu para que a sucessão de violências sofridas por Dona Raimunda continuasse a acontecer. Agora, ela passaria a enfrentar outras dificuldades e violências que a atingiriam com a intervenção de outros homens, esses, agora brancos, ricos e vindos de outros espaços geográficos. Para além do gênero, o conflito pelo território mobiliza agora marcas geopolíticas de raça e classe. Em sua compreensão do processo, ela marca esse momento a partir do corpo (branco, rico, descendente de italianos) do patriarca do Binotto. Refletindo sobre a chegada desse terceiro homem, que lhe marca a vida, agora disputando o território, passamos a tentar compreender como Dona Raimunda, passa a se mobilizar, usando seu corpo (mulher, negra, matriarca, camponesa e idosa) como figura simbólica de luta e de resistência na Comunidade Gleba Tauá.

O enfrentamento que ela mobiliza buscando meio de defender a permanência do seu modo de vida no território, leva-a a alcançar lugar de destaque como mulher e liderança da comunidade. Com suas mãos calejadas e olhar firme, Dona Raimunda mobiliza um histórico de vida de muitas batalhas que abarcam os desafios da permanência viva entre corpos e território, em um contexto de enfrentamentos a homens brancos, vindos do sul do país; em que distintas realidades sociais se apresentam em uma complexa teia de interesses sociais, políticos, culturais e econômicos. Como afirmam Souza e Ratts (2008):

No que concerne à investigação científica diante do ser mulher negra a partir dos estudos voltados à raça/etnia e gênero, verifica-se que há uma identidade que vem sendo reprimida ou camuflada ao longo dos tempos como se fosse inútil firmar-se como mulher numa realidade social que garante o homem, sobretudo o homem branco, como detentor do poder, do conhecimento e ator hegemônico das mudanças vividas pela sociedade em geral, tanto em nível político, social, como também cultural (Souza; Ratts, 2008, p. 04).

Dona Raimunda configura sua vida a partir da colisão com estruturas que se organizam nas relações de poder dentro dos espaços em que há a construção de

uma pirâmide social que coloca o homem branco no topo, depois a mulher branca, abaixo o homem negro e, na base dessa pirâmide, a mulher negra. Mesmo com a exclusão das mulheres negras que termina por deslegitimar também os seus modos de vida e de existência, ela institui a si mesma e seu modo de vida como validados, aciona memórias e saberes políticos na luta contra invisibilização e discriminação, contra as múltiplas formas de violência, em específico, no seu contexto, as violências que pretendem destituí-la e à comunidade de seu território de vida.

Esse processo de destituição, conforme conta Dona Raimunda, estava presente desde as primeiras ações dos Binotto, quando eles forçaram o senhor João Angélica a sair da “sede” em que morava com a família. O genro de João Angélica, o Fernandi Cana Braba, que os teria acolhido, arrependeu-se da estadia ofertada aos sulistas:

Quando esse povo chegou lá, foram e pediram rancharia ao Fernandi, ele foi e deu. Quando completou um ano aí, já eles não saíram, disseram pra ele 'nam agora nós, quer fazer um negócio com você, nós lhe damos outra terra, n'outro lugar pra nós já fazer a sede bem ali' [...] com um ano aí já, eles já se apoderaram dessa parte aqui [...] da sede do João Angélica [...] e aí ele aceitou, depois foi se arrepender [...] aí eles começaram do Fernandi Cana Braba, foi aí que eles começaram invadir e ameaçar o povo, e o povo foram saindo, foram saindo (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Os Binotto iniciaram um processo de abordagem aos demais moradores, lhes oferecendo dinheiro em troca das benfeitorias de muitos que ali viviam; também iniciaram um ciclo de ameaças àqueles que se recusavam a vender, o que levou ao início do êxodo da comunidade no período de 1977. O catarinense e seus aliados, começaram a procurar um a um para lhes oferecerem dinheiro em troca de que deixassem a terra: “[...] um senhor de Emílio, mas um senhor de Bruço [...] aí veio um filho de Emílio um senhor de Edilson e o gerente dele, que esses que foram os perigosão aqui”. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Conforme narra Dona Raimunda, aqueles que se recusavam a vender, passavam a sofrer ameaças de que seriam cercados e não poderiam circular dentro do território, nem sair, nem entrar:

[...] foi o entre que chegou esse povo aí de Santa Catarina, aí pegaram amedrontando, fazendo ameaça ao povo, que se não vendessem pra eles, iam cercar tudo, que a terra era deles, que tinham comprado não sei de quem, e aí eles iam cercar e não iam deixar estrada pra ninguém (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022

A abordagem levada a cabo pelos Binotto deu início a um intenso conflito pelo território da comunidade que no período era de terras férteis e recursos naturais de uso comum para os moradores. As tensões entre os catarinenses e os moradores locais se intensificaram, com o passar do tempo, cada vez mais. Frequentemente ocorriam as desavenças sobre limites de propriedades e acesso às estradas e aos rios, que rapidamente se transformaram em enfrentamentos violentos por parte dos sulistas que confrontavam com as famílias que residiam no território.

Conforme Santos (2018):

O território comum, sofreu transformação com a regularização fundiária realizada pelo Grupo Executivo de Terra do Araguaia Tocantins (Getat). E, por se tratar de uma terra da União, que está entre o limite de 100 km da Rodovia Federal BR 153, em 1984, o Getat arrecadou a área que corresponde a 17.735,000 hectares. Mas tituló apenas 5.779 hectares em forma de lotes individualizados, restando 11.956.0196 hectares de terras da União, ocupados pelas famílias que não tiveram acesso ao título. O processo de titulação, que poderia ser uma forma de garantia da permanência das famílias na terra, não garantiu, ao contrário, facilitou para o grileiro pressionar individualmente cada proprietário a venderem seus lotes (Santos, 2018, p. 04).

As diferenças entre o sistema de posse comunal e da propriedade privada trazida pelos Binotto e a ausência de uma autoridade central para resolver as disputas contribuíram para o agravamento da situação. Em pouco tempo, em meados de 1990, o conflito se espalhou, envolvendo cada vez mais membros da comunidade e resultando em um cenário de instabilidade e insegurança generalizada. Muitos moradores acabaram por desistir das posses e do território. Diante do cenário conflituoso de cercamento das posses e do território, poucos resistiram:

[...] os que ficou resistindo aí dento, foi o compadre André, foi o Raimundo vaqueiro que fica aqui na minha frente, a Carmina que agora tá com uns cinco a seis meses que ela faleceu, ficou os filhos dela. E aí foi subindo aí de cabeça a cima aí, o pessoal que ficou resistindo, e aí eles botaram pra

comprar, e aí eles disse que não vendia, não vendia, não vendia, é... vocês não vende mas nós vamos circular porque a terra é nossa, nós compramos e aí nós vamos circular todo mundo, que nós não vamos deixar estrada e nem porteira pra vocês. E aí assim foi, aí não deixaram estrada pra o compadre André, não deixaram porteira, e aí ele brigou demais, disse se vocês isolarem as porteiras e os caminhos, e eu tenho que viajar é por meu caminho, que eu tenho que viajar e ir pra Barra do Ouro, ir pra Araguaína, pra Carolina, eu tenho que ir e a minha estrada é essa. E eu não vou ficar sem estrada, aí brigou, olha vocês desenrolam, desenrola o arame ou eu vou derrubar por minha conta porque eu não vou ficar sem estrada não. E aí foi que consegui ficar a estrada livre. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Embora a estrada tenha sido liberada, começaram a colocar gado dentro das suas roças e de seus vizinhos, o gado comia a plantação e como eram bravos, muitas vezes avançavam para cima dos moradores quando estavam nas roças ou passavam na estrada. Essa era mais uma estratégia de expulsão do território. Tentaram comprar, depois cercaram e depois soltavam gado para destruir as roças e impedir a reprodução das famílias.

Dona Raimunda, neste contexto, passava a enfrentar uma luta árdua pelo direito a permanecer vivendo no território, e de continuar a viver da roça e da criação de seus bichos. Tendo como um dos grandes desafios resistir às tentativas dos Binotto para que ela abandonasse a terra. Quando perguntado a Dona Raimunda, em uma das entrevistas sobre como havia sido a abordagem dos catarinenses no caso dela, sobre a tentativa de lhe tomarem a terra, se haviam lhe oferecido dinheiro também, ela narra que diferente do que fizeram com outros moradores, inicialmente os Binotto não lhe ofereceram dinheiro, mas que a procuraram para lhe dizer que saísse da terra.

Não, eles não ofereceram dinheiro primeiro não. Eles viram, chegaram, e disseram que era pra mim desocupar a terra, que a terra era deles que eles tinha comprado, que era pra mim desocupar [...] foi aí eu digo, pra onde é que eu vou? Eu não tenho pra onde ir, e o meu lugar é aqui. Me chamaram, é porque você é uma invasora. Aí eu digo, porque que você me chama invasora? Eu digo, olha qual é de nós dois que somos invasor, é eu que sou invasora como você tá dizendo? Ou é você que é invasor? Porque quando vocês chegaram aqui, vocês já me encontraram, bem aqui nesse lugar. [...] e eu não vou sair não moço, de jeito nenhum! porque se eu não sou dona de terra, vocês muito pior! De quem vocês compraram? Que a terra aqui eu sei que ela é comum, ela é do Estado ela não teve dono. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

De acordo com Aguiar *et al.* (2021), em 1992, Emílio Binotto junto a seus familiares avançaram ainda mais sobre o território da Gleba Tauá, com o intuito de grilarem as terras públicas da União para o plantio da soja. Ele, assim como muitos outros grileiros de terras, vê na monocultura da soja uma perspectiva capitalista de “desenvolvimento” da região.

Comunidades e movimentos sociais tem denunciado o custo socioambiental dos projetos de desenvolvimento pregado pelos governos e grandes empresas que causam graves impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais. Eles acentuam a destruição dos modos de vidas das comunidades e causam o agravamento da pobreza, a destruição ambiental e a segurança territorial, por meio das grilagens de terras públicas.

Esses projetos acabam indo em direção contrária ao que preceitua o artigo 13 da Constituição Federal:

Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal Art. 13. As terras rurais de domínio da União, dos Estados e dos Municípios ficam destinadas, preferencialmente, à execução de planos de reforma agrária (Brasil, 1988).

Como a Constituição prevê, as terras públicas devem ser demarcadas, regularizadas e destinadas à criação de assentamentos de reforma agrária. Portanto, o modelo que o agronegócio nomeia de “desenvolvimento” e que avança sobre as terras públicas da União, caminha em direção contrária ao que rege a constituição federal, e é fundamentado na exploração de bens comuns que estas comunidades salvaguardam por muitos anos. Por este motivo, eles tratam as comunidades como obstáculos para o tipo de “desenvolvimento” local e regional que os grandes projetos de monocultura projetam: monocultura, destruição ambiental e articulação dos recursos locais aos interesses do mercado global de commodities.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (2022), os problemas são muitos quando se trata sobre os conflitos por terra. Alguns deles são a falta de controle das terras públicas por parte do Estado do Tocantins, a morosidade da fiscalização sobre a apropriação dos territórios por parte de grileiros, usando documentos falsos, a insuficiência da aplicabilidade de recursos e trabalho técnico

dos órgãos estatais e federais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Tocantins (ITERTINS), responsáveis pela execução das leis de terras, estes comungam com a intervenção política do Estado. Tendo como resultado destes problemas, ao longo do tempo, processos brutais de conflitos, “aterrorização” e expropriação de grande parte das famílias desta região.

A chegada da família Binotto na Gleba Tauá corrobora os pontos listados acima. Os moradores, como Dona Raimunda, passaram a viver no território, que era comum, de forma limitada. Muitas famílias desistiram e decidiram ir embora, pois não suportaram a violência que foi se instalando no território, mas muitas outras famílias decidiram resistir e não sair, e passaram a viver cercadas e coagidas, entre as quais está Dona Raimunda. Dentro da área dos posseiros tradicionais, liderados por Dona Raimunda, ficaram aproximadamente cinco vizinhos, e apenas ela com seus 11 filhos.

Na foto aérea a seguir, é possível ver a localização da casa de Dona Raimunda e na localização o espaço preservado que ela cuida, assim como, o desmatamento para o plantio da soja ao seu redor promovido pela família Binotto.

**Figura 16** - Localização da casa de Dona Raimunda na Gleba Tauá.



Fonte: Google e Pesquisa de campo.

Na imagem, à direita, a área preservada de Dona Raimunda, na Gleba Tauá, resplandece sua vegetação nativa conservada em contraste com o desmatamento evidente promovido pela família Binotto à esquerda, onde a degradação ambiental se destaca.

Não podemos esquecer aqui as subjetividades que tratam da vida de Dona Raimunda neste contexto que se aplica a uma mulher, negra, camponesa, não alfabetizada e que vive distante dos grandes centros urbanos. Uma adversária de Emilio Binotto, homem branco, empresário e plantador de soja. Para alguns, trata-se de uma batalha entre uma mulher que mora na roça e um sojicultor sulista; para outros, uma luta de classes, como afirma Karl Marx (2015), partindo da hipótese de que a luta de classes é um conceito central na análise da história e do desenvolvimento das sociedades humanas. Segundo Marx (2015, p.19-21), “a história de todas as sociedades é a história das lutas de classes”. Ele argumenta que a sociedade está dividida em diferentes classes sociais que têm interesses opostos, principalmente devido às suas posições econômicas.

Todavia, para o feminismo negro, como para Djamila Ribeiro (2019), em uma conexão elaborada a partir deste contexto de desigualdades que não podemos nos esquecer, e que é um dos pontos-chave necessários, é o reconhecimento de que o racismo também esteja intrínseco aqui, e que ele não é apenas um problema individual ou uma atitude prejudicial, mas um sistema complexo e profundamente enraizado que permeia todas as áreas da sociedade. Dessa forma, a autora ressalta que o racismo no Brasil não se limita às expressões explícitas de ódio racial, mas que também se manifesta nas estruturas institucionais, nas desigualdades sociais e, portanto, faz parte da negação do acesso a recursos e oportunidades, bem como de sua reprodução.

Ribeiro (2019) usa o colonialismo como referência e propõe a partir de sua perspectiva que a voz das mulheres e dos homens negros seja respeitada na luta contra o racismo. Nesta reflexão, que tem como foco principal momentos da vida de Dona Raimunda, não podemos esquecer que o processo de escravização dos africanos e que este lhe negou o acesso à terra, formando a base da estrutura agrária nacional que desde 1850, com a lei de Terras, que proibia a aquisição de terras por outros meios que não a compra, era uma forma de tornar as terras

inacessíveis aos que ainda estavam em cativeiro e seus descendentes livres.

Como afirma a autora:

Havia também a Lei de Terras de 1850, ano em que o tráfico negreiro passou a ser proibido no Brasil — embora a escravidão tenha persistido até 1888. Essa lei extinguiu a apropriação de terras com base na ocupação e dava ao Estado o direito de distribuí-las somente mediante a compra. Dessa maneira, ex-escravizados tinham enormes restrições, pois só quem dispunha de grandes quantias poderia se tornar proprietário. A lei transformou a terra em mercadoria ao mesmo tempo que facilitou o acesso a antigos latifundiários — embora imigrantes europeus tenham recebido concessões, como a criação de colônias (Ribeiro, 2019, p. 06).

O uso do aparato legal para restringir o acesso à terra e território no Brasil é, portanto, histórico e estrutural. Os Binotto judicializaram o conflito, pedindo a reintegração de posse da terra ocupada por Dona Raimunda logo em 1977. Em seguida, Dona Raimunda com a ajuda dos vizinhos e dos filhos, reconstruiu a casa em outro local do território e continuou a sofrer as intimidações dos Binotto na sequência dos anos em que continuava a resistir.

Sentindo-se pressionada a deixar a terra e tendo pela primeira vez sua casa derrubada pelos funcionários dos Binotto, Dona Raimunda decidiu procurar ajuda externa à comunidade, o que a levou a entrar em contato com a CPT – Araguaia Tocantins, por volta do ano de 2009.

[...] de lá eles já me acompanharam, da casa de lá que eles derrubaram, aí eu fui e fiz a casa e entrei pra de baixo mais os meninos, e eles começaram a me ameaçar, aí eu corri atrás cobrando meus direito, fui cobrar no sindicato dos trabalhadores, aí lá do sindicato dos trabalhadores me mandaram pra os direitos humanos, dos direitos humanos me botaram pra CPT, que é quem me acompanham desde essa época [...] (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Com o apoio recebido da CPT e de movimentos sociais, Dona Raimunda continuou a resistir e em todos esses anos. Além da judicialização, as ameaças e a construção de um ambiente de terror em torno da posse de Dona Raimunda continuaram. Ela tem sido envolvida em uma série de conflitos pelo território e pelo acesso à água; sua casa foi derrubada por mais de uma vez, as roças foram destruídas, as ameaças de morte foram muitas; até o envenenamento das águas e a matança de seus animais ocorreu:

[...] o gerente, um senhor de Inácio que ele disse foi pra mim, veio mais o advogado de Emilio e disse foi pra mim, que ele tinha vindo de encomenda pra Binotto, porque ele era costumado alimpar fazenda. E eu digo, olha seu Inácio pois se você é costumado limpar fazenda, pois comigo você não vai alimpar a fazenda Binotto não, você não vai alimpar [...] de jeito nenhum, não é porque eu vá fazer nada com você, que eu não sou ninguém para fazer nada com você, mas você comigo também você não faz não, porque eu tenho aquele bem acolá por cima de mim. E uma coisa que eu não devo a você [...] de você vim me ameaçar aqui, e me jurar! Aí ele largou de me ameaçar, e foi mandar matar os animal tudinho, meus animal, que era solto aí no campo aberto [...] os animal era cavalo, era égua, era burro que eu tinha nesse tempo [...] Mataram tudinho [...] Fiquei com um cavalo e esse mesmo com uma bala bem entre a cabeça das costela. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda vivenciou e tem vivenciado inúmeras violações de seus direitos e aos elementos que poderiam garantir sua sobrevivência no território. Ela assumiu a luta da comunidade - de modo especial do grupo de posseiros considerado tradicional – como liderança política e simbólica, obteve o respeito das demais famílias da comunidade. Uma das questões que torna a vida de Dona Raimunda, e de tantas outras mulheres, carregada de responsabilidades, é o trabalho de cuidado, imbricado à sua vida. Uma reflexão feita acerca das desigualdades de gênero e a organização social do cuidado que se atribui às mulheres, é apresentada pela autora Helena Hirata (2016, p. 60) onde exprime em seus estudos, a partir dos paradigmas dominantes que: “A família é ainda o lugar predominante do cuidado, que é da responsabilidade de seus membros, sobretudo das mulheres”. Imputando, assim, às mulheres o cuidado com a casa, com os animais, com os quintais, com os mais velhos e com as crianças.

Dona Raimunda partilha essas preocupações reprodutivas. Assumir as responsabilidades à frente de tantas lutas no seio do lar e do território, no sentido de garantir acesso ao território a seus filhos e netos, Dona Raimunda se tornou um dos principais alvos do desejo de limpeza do território por parte da família Binotto. São também duas formas de lidar com os recursos que estão em choque: a posse da terra direcionada para a reprodução familiar e a posse da terra para a produção de commodities demandadas pelo mercado global.

Como vimos, ela e suas preocupações reprodutivas se tornou um obstáculo as pretensões produtivas do agronegócio. Os Binotto tentam retirar Dona Raimunda da terra desde que chegaram à comunidade, primeiro tentando lhe amedrontar, vendo que Dona Raimunda não cederia, passaram a lhe oferecer

dinheiro, o que não haviam lhe ofertado no primeiro momento, talvez por acreditar que lhe convenceriam. Estas foram outras tentativas fracassadas, como Dona Raimunda afirma, ela nunca se sujeitou.

[..] eu digo, eu não vou vender terra pra vocês não, porque eu não tenho terra, eu preciso é de terra [...] eu não tenho um palmo de terra numa letra minha constando que eu sou dona dum palmo de terra, e aí eu não vou sair não. Que pra aqui meus pais chegaram, e aqui não tinha dono de terra até hoje, aí não tinha dono de terra e agora vocês chegaram sendo dono de terra? Sendo que vocês mora pra outro Estado. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Partindo do pressuposto de que Dona Raimunda continuaria a resistir no território e agora com o apoio de uma instituição, a CPT, que lhe prestaria o serviço com assessoria jurídica gratuita, a ela e a comunidade, os Binotto deslocaram o conflito para as instituições do Estado. Como dissemos acima, o aparato legal foi usado historicamente para afastar os mais pobres da terra. Agora, ele seria usado para expulsá-los da terra. Buscaram assim legitimar a posse do território grilado por meios judiciais e confrontaram a permanência de Dona Raimunda na posse em 2015, e mais uma vez, por meio do poder judiciário da região, tiveram decisão favorável.

A fotografia a seguir, captura o momento em que Dona Raimunda, especificamente em seu território, foi forçada a abandonar sua casa por meio de uma reintegração de posse em favor do sojicultor Emilio Binotto em 2015.

**Figura 17** - Reintegração de posse de Dona Raimunda (Novembro, 2015).



Fonte: Acervo da Comissão Pastoral da Terra (2015).

Dona Raimunda sofreu reintegração de posse em novembro de 2015. A ação comandada pela Polícia Militar de Araguaína/TO cumpria a ordem judicial do juiz da comarca de Goiatins/TO. Mas conforme a Comissão Pastoral da Terra, no mandato não havia ordem para derrubar as casas, e mesmo sem autorização, Emilio Binotto ordenou que um de seus empregados derrubasse a casa de Dona Raimunda com um trator. O funcionário dos Binotto, após ser reintegrado de sua posse, derrubou e enterrou a casa de Dona Raimunda.

Na fotografia a seguir, podemos ver o registro da segunda casa de Dona Raimunda que foi derrubada durante o despejo de 2015. Na imagem é possível ver parte no chão, enquanto a outra parte já havia sido enterrada em um buraco ao lado da casa, cavado pelo mesmo trator.

**Figura 18** – A segunda casa de Dona Raimunda derrubada (Novembro, 2015).



Fonte: Acervo da Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins (2015).

Esse fato foi noticiado por matérias jornalísticas regionais e nacionais. Um portal regional, noticiou que:

Mais de 40 famílias devem ser despejadas nesta quinta-feira, 12, no município de Barra do Ouro, região norte do Estado. A ação começou na manhã de hoje e está sendo realizada por ordem judicial do juiz de Goiatins, Luatom Bezerra de Lima. [...] Na alegação da CPT as áreas da Gleba Tauá pertencem aos posseiros que estão no local, muitos deles há décadas. “Dona Raimunda, uma das que foi despejada está no local há mais de 60 anos,” disse uma senhora de 73 anos também foi despejada pelos militares (Conexão Tocantins, 2015, on-line).

A matéria jornalística evidencia um dos fatos socialmente relevantes ocorrido na Gleba Tauá, e sobretudo como o Estado, neste caso através da justiça, chega de forma violenta na vida das mulheres que estão na principais frente de conflito: a) o enfrentamento do patriarcado e machismo no seio familiar, que tange a divisão sexual das tarefas do lar; b) à violência doméstica, bem como os casos de feminicídio; c) ao silenciamento político no que diz respeito a tomada de decisões coletivas dentro das comunidades; d) às violências causadas pela monocultura da soja, do eucalipto, do algodão, e da pecuária de corte dentro dos territórios.

Por outro lado, a lógica de avanço do capital sobre as comunidades camponesas e o modelo de dominação dos territórios que comungam com a exclusão social. Conforme afirmar Castilho (2012, p. 172), “o arco do

desmatamento no Brasil, além de coincidir com o arco do trabalho escravo e com a matança de camponeses, é também o arco da posse de latifúndios por políticos de todo país.” O desassossego (Ferreira, 2024) e despossessão camponesa é parte importante da abertura dos espaços do Cerrado e da Amazônia para a exploração do capital global, seja articulado à soja, as usinas ou à mineração.

Mas nem sempre o desassossego acaba em despossessão. Após ter passado pela segunda reintegração de posse, a qual foi suspensa pelo comandante da Polícia Militar após a casa de Dona Raimunda ter sido derrubada a mando do Binotto em 2015, o ato infringia a ordem de despejo, e ela retomou a seu local de moradia. Alguns dias depois em um mutirão no qual participaram filhos e netos, reconstruíram sua casa, a mesma que apresentamos em imagem acima e onde ela mora até hoje.

Esse lugar (de vida, memória e luta) em que Dona Raimunda mora continua se distinguindo de todo o cenário ao seu redor. Ao chegar ao local, é possível perceber que a única parte preservada do Cerrado é o local que ela mora. Todo o restante está desmatado sem presença alguma da natureza ou de animais. Dona Raimunda está cercada pela soja, que quando colhida, dá lugar ao milho transgênico plantado pela família Binotto. O território que compõe o bioma Cerrado virou em sua grande parte a área do monocultivo e do agrotóxico que é disseminado sobre o ele, levando ao envenenamento das águas, das plantas e a morte da fauna no local.

Na fotografia abaixo, podemos observar a diferença entre o local que Dona Raimunda mora preservado, com a natureza em pé, ao fundo da imagem. O desmatamento com o plantio da monocultura que lhe cerca. Um contraste notável entre as duas partes.

**Figura 19** - A entrada do território de Dona Raimunda na Gleba Tauá.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023).

Dona Raimunda afirma que, desde que os Binotto chegaram ao território, na vida das famílias teve início tempos difíceis de uma árdua luta por seus direitos. Todos os lugares foram atingidos de alguma maneira. Até os locais que enterravam seus mortos, que a comunidade também chama de campo santo, foram destruídos pelo sojicultor.

[...] os cemitérios aí esses catarinenses acabaram com tudo, arrancaram tudo quanto foi de coisa, passou o trator, gradearam, e faz plantio em riba dos mortos [...] Lá não tem mais nada, lá só sabe a gente daqui, porque sabe que o cemitério era lá. Arrancaram tudo, esse ano que passou, arrancaram tudo, fizeram um monte e tocaram fogo. Eu fui lá, passei lá tava acabando de queimar. E depois plantaram soja, prantaram o milho, prantaram o capim. E tem o cemitério do retiro ali em cima, tem o cemitério grande, quando nós chegamos pra aqui já era cemitério. Olha gradiaram, só tem umas quatro sepulturas lá que não foi destruída, os outro tudo é plantio de soja e milho [...] meus avô, minha mãe é enterrado lá do lado de lá do Tauá. (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

Dona Raimunda expressa seu descontentamento com o desrespeito à cultura e aos modos de vida dos moradores da comunidade Tauá. Ela ressalta que o Campo Santo é um lugar sagrado para o povo que ali vivia, e que este local não foi respeitado, o que deveria ser guardado, assim como a comunidade respeita outros espaços, até mesmo onde o sojicultor está. Mas as ações dos agentes do agronegócio na Gleba Tauá visam não apenas destruir o presente, mas objetivam também destruir o passado, a memória e suas marcas sobre o território que acabam conferindo sacralidade a certos lugares.

Na imagem a seguir podemos observar o que sobrou do cemitério, com o avanço do desmatamento na comunidade.

**Figura 20** - Cemitério destruído na comunidade Gleba Tauá.



Fonte: Valéria Santos (2020)

A judicialização do conflito, por outro lado, aproximou a matriarca da comunidade de instituições como a defensoria, dando visibilidade e legitimidade a suas demandas. Ela tem acionado a justiça, cobrando os órgãos do Estado para que a regularização fundiária do território da sua família seja realizada.

Atualmente, a Gleba Tauá abriga as famílias tradicionais, incluindo famílias com posses formalmente reconhecidas pelo Getat, bem como aquelas que buscam a titulação de suas terras e aquelas que pleiteiam a institucionalização de criação de assentamento de reforma agrária. A comunidade como um todo enfrenta conflitos diários e os camponeses lutam incessantemente pela preservação de seu território. As decisões judiciais que se mostraram equivocadas, acabaram por legitimar parte da posse à família Binotto e contribuíram para a intensa prática de desmatamento da região.

No presente momento, as ações que analisam a posse tradicional e investigam a grilagem estão sendo consolidadas, aguardando uma resposta da Justiça Federal. O MPF se manifestou, citando o laudo antropológico e anexando-o ao processo judicial para reconhecer os direitos de regularização das famílias

tradicionais, aguardando a decisão do tribunal. Enquanto isso, a situação de violência na Gleba Tauá se intensifica. No entanto, há um claro sinal de resistência, a comunidade Tauá continua em sua luta, exigindo da Justiça uma posição firme no combate à grilagem e na proteção do Cerrado e de seus habitantes.

Aos 78 anos, Dona Raimunda afirma que a luta é cansativa, mas que ela não desiste do seu pedaço de chão:

Cansa porque a gente espera, espera, espera, a gente ser libertada pra gente ficar no cantinho da gente sossegado, sem despeita de qualquer hora tornar acontecer de novamente, mas o que que a gente é de fazer? Porque aí tá nas mãos da Justiça. E aí fica só amolando, amolando, amolando e a gente esperando (SILVA, Raimunda Pereira da. Entrevista realizada por Antonia Laudeci em 16 de abril de 2022).

A experiência vivenciada por Dona Raimundo desde o início da disputa pelo território articula gênero, mas também raça e classe. O machismo, o racismo e a desigualdade de gênero são fatores principais que marcam a forma que grileiros, justiça e polícia têm tratado os seus direitos civis e territoriais (Brasil de Fato, 2024, online). Assim como Barcellos (2013), vários estudos mostram a vida das mulheres que estão na linha de frente dos enfrentamentos dentro das comunidades. Dona Raimunda, que é vista como uma das principais lideranças da luta camponesa do centro norte do Tocantins, simboliza a resistência na luta pelo direito à terra e ao território, uma vez que reside e resiste na terra há mais de 50 anos.

Dona Raimunda apresenta para nós como a mulher camponesa sempre foi responsável pelo cuidado com os filhos, com a mãe, com a casa, com a roça, com a terra e com a água. Ela se apresenta como uma representante do modo de vida camponês tradicional e, ao articular sua vida e luta ao modo de vida camponês do Cerrado, consegue tornar a luta da Comunidade Gleba Tauá um símbolo entre dois projetos de sociedade: a defendida pelos camponeses e a defendida pelo agronegócio. A vida e a morte.

Para terminar este capítulo, mostramos essa imagem de Dona Raimunda entrando para dentro do território, nos levando a sua roça pelos caminhos abertos pelas marcas de seus pés. Seguida de perto pelo seu cachorro que se chama “Eu já lhe disse”, ela parece nos guiar para dentro do território, dos territórios, de volta ao lar ancestral.

**Figura 21** - Dona Raimunda em sua roça – Comunidade Tauá.



Fonte: Acervo pessoal de Moraes (2023)

**Figura 22** - A entrada do território de Dona Raimunda.



Fonte: Darnival Venâncio Ramos Jr (2023)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos ver, a vida de Dona Raimunda é narrada a partir de três grandes eventos que marcaram sua existência, estes marcados por três homens distintos. Acontecimentos que se iniciaram na infância, quando ela perde o pai ainda muito nova. O pai era visto como um alicerce em sua infância e juventude, e sua perda faz com que Dona Raimunda encontre o primeiro desafio, que era viver sem sua proteção.

Logo, o segundo evento que lhe marca a vida de forma não satisfatória, é o casamento arrumado pela mãe e pelo avô, ainda muito jovem, se casou com Raimundo, um homem 15 anos mais velho que ela, com quem teve doze filhos e viveu 21 anos o casamento sob o sofrimento das violências domésticas e psicológicas, até se separar e continuar a vida cuidando da casa, da roça e criando os filhos sozinha. E o terceiro evento, diretamente alinhado ao segundo, é a chegada dos Binottos à Gleba Tauá, que passam a confrontar Dona Raimunda a partir do momento em que o ex-marido passa seus direitos para Antônio Beniti que, por sua vez, entrega parte da terra onde vive Dona Raimunda para o sojicultor Emilio Binotto, gerando desde então, um conflito permanente dentro da comunidade, na disputa pela terra e pelo território.

As narrativas e a reflexão de Dona Raimunda mostram que os Binottos, desde que chegaram, tentaram tirar o direito de viver na terra das famílias camponesas de todas as maneiras, transformando o lugar de paz de Dona Raimunda em um local de grandes conflitos e ameaças a sua vida. Este impacto não apenas evidenciou a luta pela terra e pelos direitos dos pequenos agricultores familiares, como também destaca as questões ambientais e sociais de grande relevância. Dona Raimunda se tornou uma liderança simbólica, fundamental na resistência contra a expansão da plantação de soja no território e pelo direito ao território. Sua vida é marcada também por uma ligação com a terra e um compromisso com a preservação das tradições vivenciadas por sua família, se tornando desse modo, uma figura central na mobilização e denúncias às violações de direitos na comunidade Tauá.

No entanto, o que também se observa é que a mobilização liderada por Dona Raimunda, trouxe visibilidade para os problemas enfrentados pela Gleba Tauá e outras comunidades camponesas similares no Tocantins. A pressão pública e a denúncia das violações de direitos, tem ganhado espaço junto aos órgãos públicos do estado, para um olhar necessário ao direito à terra aos seus 50 anos de luta no

território. Apesar da morosidade dos órgãos no avanço ao processo de regularização, ela mantém sua posição firme, utilizando-se de estratégias de resistência pacífica e de uma articulação política que a ajuda a se manter no local que cresceu e se criou.

Então, os momentos estudados da vida de Dona Raimunda da Gleba Tauá é uma elucidação das muitas lutas, resistência e determinação humana que ela, enquanto mulher, tem carregado consigo todos esses anos. A resistência que ela lidera e simboliza não se baseia apenas na defesa da terra, mas também na luta pela manutenção de seus modos de vida e de dignidade para as futuras gerações, filhos, netos e bisnetos que vivem na comunidade junto a ela.

Ao longo desta dissertação, descrevemos não apenas a vida e os desafios enfrentados por Dona Raimunda, mas também as complexas dinâmicas sociais, econômicas e culturais que moldaram sua existência e a de sua comunidade. Dona Raimunda representa a luta de muitos brasileiros e brasileiras que, apesar das adversidades, continuam a buscar uma vida digna e justa. Sua história nos oferece valiosas lições sobre resistência, liderança comunitária e a importância da solidariedade. Ao registrar e publicizar momentos de sua trajetória de vida, contribuimos para preservar a memória dos protagonistas das lutas sociais regionais, mas também destacamos a relevância de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres negras em contextos camponeses frequentemente invisibilizadas pela historiografia tradicional.

A Gleba Tauá, com suas peculiaridades e desafios, serve como microcosmo das lutas enfrentadas por muitas outras comunidades camponesas no Brasil. Através das narrativas de Dona Raimunda, podemos compreender melhor as dinâmicas de exclusão social, a importância da aplicabilidade das políticas públicas e da necessidade do cumprimento constitucional sobre a destinação das terras públicas da União para fins de reforma agrária, compreendendo também as necessidade das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campesinato e a necessidade urgente de medidas que garantam a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Esperamos que esta dissertação inspire futuros estudos e ações que promovam o reconhecimento e a valorização das histórias de vida de indivíduos como Dona Raimunda. Que suas ações como matriarca e liderança, continue a inspirar novas gerações na luta por um Brasil mais justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; BARCELOS, Eduardo; NEVES, Lorrany Lourenço; RIBEIRO, Pedro Antônio; SANTOS, Valéria Pereira. “Esquema de grilagem dos Binotto na Gleba Tauá no Tocantins: Território tradicional devastado por família catarinense invasora de terras”. In: AGUIAR, Diana; BONFIM, Joice; CORREIA, Mauricio (orgs.). **Na fronteira da (i)legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba**. Salvador: AATR, 2021. AGUIAR, Vinicius Gomes. **Cartografia do conflito: Geotecnologia como Instrumento de luta contra o Racismo Ambiental no Norte do Tocantins**. 2023. No prelo.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. FGV Editora, 2004.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. A dimensão política dos “conhecimentos tradicionais” na Amazônia. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, n. 216, 2005.
- AMORIM, Gabriela. **Trabalho das parteiras tradicionais resiste ao tempo e à medicalização do parto**. Brasil de Fato. Salvador BA, 08, maio 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/08/trabalho-das-parteiras-tradicionais-resiste-ao-tempo-e-a-medicalizacao-do-parto>. Acesso em 22 de maio de 2024.
- AZEREDO, Verônica Pacheco de Oliveira; AZEREDO, Ive Oliveira Campolina; BRANDÃO, Maria Lúcia Silva. Ângela Davis: Dor e opressão da mulher em suas resistências e lutas históricas. **Revista Debates Insubmissos**, v. 2, n. 7, p. 46-66, 2019.
- BARCELLOS, Gilsa Helena. Mulheres e lutas socioambientais: as intersecções entre o global e o local. **Revista Katálysis**, v. 16, p. 214-222, 2013.
- CASTILHO, A. L. **Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CIDADE DE BARRA DO OURO. **Portal da transparência**. 2011. Disponível em: [https://www.google.com/search?q=imagens+de+barra+do+ouro+tocantins&oq=imagens+de+barra+do+ouro+tocantins&gs\\_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIKCAIQIRgWGB0YHjIKCAMQIRgWGB0YHtIBCTEzNjYxajBqN6qCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8#vhid=czbZtvU\\_YXI\\_zM&vssid=l](https://www.google.com/search?q=imagens+de+barra+do+ouro+tocantins&oq=imagens+de+barra+do+ouro+tocantins&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigATIKCAIQIRgWGB0YHjIKCAMQIRgWGB0YHtIBCTEzNjYxajBqN6qCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8#vhid=czbZtvU_YXI_zM&vssid=l). Acesso em: 05 de nov. de 2023.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2023**, Brasília DF, 22 de abr. De 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/downlods/download/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14308-conflitos-no-campo-brasil-2023>. Acesso em: 14 de mai. de 2024.
- CORRÊA, R. **Formação Social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: Sioge, 1993. 391p. \_ . Atenas Barsileira: mito e realidade. Suplemento Cultural e

Literário Guesa Errante. São Luís, Ano X, Edição, v. 258, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. Unesp, 2004.

DIAS, Reges Sodré da Luz Silva; DE BRITO, Eliseu Pereira. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2010. **Revista Escritas**, v. 3, 2011.

**FAMILIAS SÃO DESPEJADAS NO NORTE DO ESTADO EM AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE; MEMBROS DA CPT SÃO DETIDOS E ALEGAM INJUSTIÇA.** Conexaoto.com.br, 2015. Disponível em:

<https://conexaoto.com.br/2015/11/12/familias-sao-despejadas-no-norte-do-estado-em-acao-de-reintegracao-de-posse-membros-da-cpt-sao-detidos-e-alegam-injustica>.

Acesso em: 04 de mai. de 2024.

FRANCO, Itamar. **Lei nº 8.629 de 25 de fevereiro de 1993**. planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L8629compilado. 1993. Disponível em: <  
<https://legislacao.presidencia.gov.br/ato%20rurais%20de%20dom%C3%ADnio,de%20planos%20de%20reforma%20agr%C3%A1ria>>. Acesso em 16 de Abril de 2024.

GOMES, Luciano. O conceito histórico de agregado e metodologia em história social (sul do Brasil, virada do século XVIII para o XIX). **Tempo**, v. 29, p. 65-85, 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. UCPA, União dos Coletivos Pan-Africanistas. Rio de Janeiro: Diáspora Africana, 2018.

HAESBAERT, R; BRUCE, G. **A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari**. Revista GEOgraphia, Niterói, ano IV, n.7, p.7-31, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, p. 16, 2004.

HIRATA, Helena. **O trabalho de cuidado**. Sur. Rev. Int. Direitos Human., v. 13, p. 53-64, 2016.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UnB, 2002. Antropologia, v. 322.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. Hucitec, 1993.

MARTINS, José de Souza. A reinvenção da cidade na selva. **Tempo Social**, v. 31, p. 11-33, 2019.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. In: A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2003. p. 228-228.

MARTINS, José de Souza. **A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira**. História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade

contemporânea, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira.** *Tempo Social*; Rev. Social. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MARX, Karl. **As lutas de classes na França.** Boitempo Editorial, 2015.

MELO, Thiago da Silva. Latifúndio e descumprimento da função social da terra no Brasil. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA**: revista online, Uberlândia-MG, v. 20, n. 71, p. 137-151, 2019.

MENASCHE, Renata. **O Quatrilho: casamento, amor e estratégias de reprodução social camponesa.** Estudos Sociedade e Agricultura, 2000.

MENEZES, Marilda Aparecida de. Experiência de namoro e casamento em famílias de camponeses-migrantes. **História Oral**, v. 9, n. 2, 2006.

MONCAU, Gabriela. **No campo, nas águas, nas florestas e nas cidades: quais as lutas das mulheres?** Brasil de Fato. São Paulo (SP), 08, março 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/03/08/no-campo-nas-aguas-nas-florestas-e-nas-cidades-quais-as-lutas-das-mulheres>. Acesso em: 04 de mai. de 2024

NETO, Roberval Amaral. **A luta pela terra no Maranhão contemporâneo: A “Lei Sarney de Terras” e a resistência camponesa.** Entropia, v. 5, n. 9, p. 147-164, 2021.

OLIVEIRA, Gerson Alves de. **Os posseiros e a luta pela terra no Bico do Papagaio 1964/1985:** cultura e identidade. 2010.

PARENTE, Temis Gomes. **Desenvolvimento regional na perspectiva de gênero.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 45, 2012.

PINHEIRO, Leonardo José Cavalcanti. **O Patriarcado presente na Contemporaneidade: Contextos de Violência.** 2008. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Disponível em: <http://docplayer.com.br/68407021-O-patriarcado-presente-na-contemporaneidade-contextos-de-violencia-1.html>. Acesso em: 14 de set. de 2023.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral.** Letra e voz, 2010.

PORTO, Marcelo. **TO – Apesar da violência e ameaças de jagunços e grileiros, camponesas da Gleba Tauá continuam a resistir.** Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/to-apesar-da-violencia-e-ameacas-de-jaguncos-e-grileiros-camponesas-da-gleba-taua-continuam-a-resistir/#cronologia>. Acesso em jul.de 2023.

RAMOS, Dornival Venâncio; PETIT, Pere; CAVALCANTI, Erinaldo. Entrevista com o professor Alessandro Portelli. **Revista Escritas**, v. 10, n. 1, p. 262-276, 2018.

- RAMOS, Darnival Venâncio. Desencobrir O Sul, Desfetichizar O Pensamento. **Revista ENTRELETRAS** (Araguaína), v. 11, n. 2, 2020.
- RAMOS, Darnival Venâncio. Encontros epistêmicos e a formação do pesquisador em História Oral. **História Oral**, v. 22, n. 1, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. Companhia das Letras, 2019.
- ROCCO, Aline Trusset. **Cabelo crespo, o espelho da raça: as interações entre as novas mercadorias de consumo e a beleza da mulher negra**. 2017. 131f. 2017. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos–Unisinos, São Leopoldo.
- SABOURIN, Eric. **Dádiva e reciprocidade nas sociedades rurais contemporâneas**. 2004.
- SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. SP: Expressão popular, 2015.
- SANTOS, Aline Maiara Demétrio; WEDIG, Josiane Carine; CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **“Da Igreja à luta”: trajetórias políticas de mulheres agricultoras do Sudoeste do Paraná**. Revista Estudos Feministas, v. 29, p. e67222, 2021.
- SANTOS, Josiel Ferreira dos. **Dona França e a Ilha de São José: diálogo entre conhecimento acadêmico e ribeirinho**. Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2024. No prelo.
- SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.
- SANTOS, Marcio Martins dos. **LAUDO TÉCNICO Nº 42/2023-CNP/SPPEA - Laudo antropológico acerca da identidade de caráter tradicional da comunidade da região da Gleba Tauá, no município de Barra do Ouro/TO**. Brasil, Procuradoria da República no Município de Araguaína/TO. No prelo.
- SANTOS, V. Estudo de caso. **História de luta e resistência das famílias posseiras e ocupantes da gleba Tauá**. 2018. Disponível em: <https://porlatierra.org/casos/185>. Acesso em: 12 de mar. de 2023.
- ILVA, Luiz Inácio Lula da. **Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Planalto.gov.br. 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 21 de nov. de 2023.
- SOUZA, Lorena Francisco de; RATTTS, Alecsandro JP. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 28, n. 1, p. 144-156, 2008.

STERN, Steve J. **De la memoria suelta a la memoria emblemática: hacia el recordar y el olvidar como proceso histórico (Chile, 1973-1998)**. In: GARCÉS, Mario et al (orgs.). *Memoria para un nuevo siglo: Chile miradas a la segunda mitad del siglo XX*. Santiago: LOM, 2000, p. 11-33.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da transamazônica**. SciELO-Centro Edelstein, 2009.

VIEIRA, Maria Antonieta de Costa. **TERRITÓRIO EM MOVIMENTO – COMUNIDADES CAMPONESAS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (MISSÃO DE MARIA DA PRAIA E ROMARIA DO PADRE CÍCERO)**. Revista Pós Ciências Sociais, v. 9, n. 18. 18 de abril 2013. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/1333>. Acesso em: 23 jun. 2024.

WAHREN, Juan. **La naturaleza en disputa en América Latina: La encrucijada civilizatoria entre el “Desarrollo” y el “Buen Vivir”** desde una mirada decolonial. 2016.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguceia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico**, v. 12, n. 1, p. 11-73, 1988.

ZUMPANO, Andressa. **Juiz determina a paralisação de esbulho possessório e reintegração de posse na Gleba Tauá (TO) e fixa multa diária de 500 mil reais caso latifundiários descumpram decisão**. Cptnacional.org.br, 2022. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/6243-juizdetermina-a-paralisacao-de-esbulho-possessorio-e-reintegracao-de-posse-na-gleba-taua-to-e-fixa-multa-diaria-de-500-mil-reais-caso-latifundiarios-descumpram-decisao>. Acesso em: jan.de 2024

**Anexo A – Quadro de nomes e a relação com Dona Raimunda.**

<b>NOME</b>	<b>RELAÇÃO COM DONA RAIMUNDA</b>
Pedro	Pai de Dona Raimunda
Joana	Mãe de Dona Raimunda – teve 12 filhos, dos quais apenas 05 sobreviveram
Liberata	Avó de Dona Raimunda
Natalino	Avô de Dona Raimunda
Cesário	Conhecido do avô de Dona Raimunda, que os abrigaram até o avô Natalino receber o pagamento da venda de um pouco da produção para poderem seguir viagem (migração a pé).
Genoveva	Madrinha, mulher que sabia ler e escrever.
Alcimar	Morador da comunidade do Vão (comunidade onde Dona Raimunda Nasceu)
João Teles	Morador da comunidade do Vão e proprietário de terras que cedia local para Pedro plantar roça quando Dona Raimunda ainda era criança.
Antônia e Odilon	Irmãos de Dona Raimunda que migraram a pé com ela e os pais da Comunidade do Vão para a Gleba Tauá.
Raimundo	Ex-marido de Dona Raimunda
Eva	Parteira da comunidade Tauá
João Angélica	Morador da comunidade Tauá forçado, pela Família Binotto a sair da sede onde morada.
Fernando Cana Braba	Genro de João Angélica
Carmina	Vizinha de Dona Raimunda
André	Compadre de Dona Raimunda
Emilio Binotto	Fazendeiro sulista, produtor de soja, que alega ser proprietário de terra na Gleba Tauá.
Edilson Binotto	Filho de Emilio Binotto que alega ter direito a Gleba Tauá, sendo um dos Binottos.
Bruço	Funcionário do Emilio Binotto que tentou tirar Dona Raimunda da terra.